



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 63

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 08 de maio de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*
(*substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Cláudio Almeida*)

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- **Voto de Saudação pela passagem do quadragésimo aniversário do 25 de Abril**, subscrito por todos os Partidos e Representações Parlamentares.

Após a leitura do voto pela Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Saudação pelas comemorações do 1.º de Maio**, subscrito por todos os Partidos e Representações Parlamentares.

Após a leitura do voto pela Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pela conquista do título de Campeão da Liga Meo Açores, em futebol, ao Sport Club Angrense.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, foi aprovado por maioria;

- **Voto de Saudação pelo título alcançado pelo Clube Desportivo do Juncal.**

Após a apresentação do voto realizada pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.**

Após a apresentação do voto realizada pela Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação sobre o projeto “LIFE - Ilhas Santuário para as Aves Marinhas”, um dos melhores de 2013.**

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Borges (*PS*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*);

- **Voto de Congratulação pelos oito séculos de Língua Portuguesa.**

Tendo sido apresentado pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues (*CDS-PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados José Andrade (*PSD*) e Paulo Borges (*PS*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pela missão em prol da saúde mental e da psicogeriatría desenvolvida nos Açores pela Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus,** subscrito pelo Grupo

Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usou da palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira (*PS*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pela celebração dos cento e vinte cinco anos de atividade da Sociedade Filarmónica União Praiense.**

Após a apresentação do voto realizada pelo Sr. Deputado Ricardo Ramalho (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Saudação à Sociedade Filarmónica União Praiense da Vila da Praia da Ilha Graciosa pelos seus cento e vinte e cinco anos.**

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos (*PSD*);

- **Voto de saudação pelo Dia da Europa.**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Mendes (*BE*).

O voto supracitado foi aprovado por maioria;

- **Voto de Saudação ao Conservatório Regional de Ponta Delgada pelo 50.º aniversário da sua instalação oficial.**

Após a leitura do referido voto pelo Deputado José Andrade (*PSD*), usou da palavra para intervir a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*).

Colocado à votação, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Saudação pelo 125.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha.**

Tendo sido apresentado pelo Sr. Deputado António Parreira (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Terminado este ponto, apresentou uma Declaração Política o Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*).

Usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Miguel Costa (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Mendes (*BE*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

De seguida, passou-se à **Agenda da Reunião.**

- **Recurso quanto aos fundamentos da rejeição do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/X – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º s 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio e 2/2014/A, de 29 de**

janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Justificado o recurso pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usou da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

Submetido à votação, o recurso foi rejeitado por maioria.

- Projeto de Resolução n.º 58/X – “Em defesa do Hino Oficial da Região Autónoma dos Açores””, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O diploma foi apresentado pelo Sr. Deputado José Andrade, tendo participado no debate os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados José Andrade (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Francisco Coelho (*PS*).

- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de agosto””, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, participaram no debate os Srs. Deputados André Rodrigues (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), José San-Bento (*PS*), a Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

Colocado à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução n.º 7/X – “Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores “**, apresentado pelo Governo Regional.

Apresentada a justificação do pedido pelo Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Proposta de Resolução n.º 7/X – “Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*), participaram no debate os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), Duarte Freitas (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e André Bradford (*PS*).

No decorrer do debate foi entregue na Mesa pelo Partido Social Democrata um requerimento para baixa à Comissão do referido diploma, tendo o mesmo sido rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Joaquim Ferreira Machado
José Maria de Medeiros de Andrade
Luís Carlos Correia Garcia
Luís Miguel Forjaz Rendeiro
Maria Judite Gomes Parreira
Paulo Henrique Parece Batista
Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro
Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto Espínola
António Félix Flores Rodrigues
Artur Manuel Leal de Lima

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa Mendes
Partido Comunista Português (PCP)
Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A manhã de hoje está reservada ao PTAP. Vamos começar pelos votos e conforme ficou decidido pela Conferência de Líderes serão apresentados de imediato dois votos de saudação subscritos por todos os partidos com assento nesta Assembleia: um referente ao 40.º aniversário do 25 de Abril e outro referente às comemorações do 1.º de Maio.

VOTO DE SAUDAÇÃO

Há 40 anos chegou a Liberdade e com ela o Povo ganhou voz!

Com a revolução de abril, os eleitos democraticamente, dando sentido à vontade do povo, fundaram as bases de um Estado democrático, de uma sociedade mais justa, na procura de um futuro próspero para o nosso país e para os Portugueses. O reconhecimento da nossa Autonomia política e legislativa é também consequência da Liberdade. Honrando as históricas aspirações autonómicas, somos hoje, fruto de abril, uma Região Autónoma, com Estatuto Político-Administrativo e competências governativas.

Perpetuar a memória da revolução dos cravos é homenagear aqueles que lutaram por um país livre, mais justo e solidário.

Mas perpetuar a memória de abril é também não esquecer a história e com ela construir o futuro de todas as açorianas e açorianos.

E no atual contexto económico, financeiro e social em que nos encontramos, é responsabilidade de todos concentrar esforços para ultrapassarmos os obstáculos rumo ao desenvolvimento almejado.

Continuaremos por isso a construir abril, aprofundando as nossas competências autonómicas e mantendo a defesa intransigente da nossa autonomia, em nome dos Açores e do bem-estar do nosso Povo.

Pelo exposto e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Saudação pela passagem do quadragésimo aniversário do 25 de abril.

Horta, Sala das Sessões, 8 de maio de 2014

Os Líderes Parlamentares, Berto Messias, António Marinho, Artur Lima, Paulo Mendes, Aníbal Pires e Paulo Estêvão

Está à discussão este voto.

Não havendo inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo agora a ler o voto de saudação referente às comemorações do 1.º de Maio.

VOTO DE SAUDAÇÃO

Decorria o ano de 1886 quando, nos Estados Unidos da América, mais concretamente na cidade de Chicago, uma greve geral conseguiu alcançar reflexos internacionais de tal forma significantes, que culminaram com a declaração do dia 1 de Maio como o Dia Internacional do Trabalhador.

Após décadas de regime fascista, o 25 de abril veio permitir a comemoração, em liberdade, do 1º de Maio, alterando de forma definitiva o rumo do país e consagrando legalmente os direitos dos trabalhadores.

Hoje, passados 40 anos de liberdade, celebramos o 1º de Maio, num contexto de reconhecidas dificuldades sociais e económicas.

No entanto, o respeito por aqueles que ergueram a democracia, impele-nos a prosseguir o desígnio de continuar a lutar por uma sociedade mais justa, mais equitativa, procurando, sempre, níveis e padrões de vida coletivos compatíveis com a dignidade humana, onde existem oportunidades idênticas para todos.

Pelo exposto e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Saudação pelas comemorações do 1º de Maio.

Horta, Sala das Sessões, 8 de Maio de 2014.

Os Líderes Parlamentares, Berto Messias, António Marinho, Artur Lima, Paulo Mendes, Aníbal Pires e Paulo Estêvão

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então como dizia à apresentação de um voto de congratulação referente à conquista do campeonato de futebol “Liga Meo Açores”, pelo Sport Club Angrense.

Tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(Neste momento, o Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na Mesa pelo Deputado Cláudio Almeida)

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Conquista do Campeonato de Futebol “Liga Meo Açores” – Sport Club Angrense

O Sport Club Angrense foi fundado em 1 de dezembro de 1929, tendo os Estatutos do Clube, ainda em vigor, sido aprovados pelo Governador em exercício do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, no dia 16 de janeiro de 1942.

Conquistou o primeiro título de Campeão Distrital de Angra do Heroísmo, na época de 1931/1932.

Na época de 1933/1934, o Sport Club Angrense conquista o título de Campeão Açoriano, em Ponta Delgada, embora essa vitória nunca tenha sido reconhecida oficialmente porque o Torneio Açoriano para a Taça de Portugal só teve início no ano seguinte, e a prova passou a servir também para proclamar o Campeão Regional.

O Sport Club Angrense é a primeira equipa da Terceira a conquistar o Torneio Açoriano.

Nos anos 30, 40 e 50 o Sport Club Angrense afirmou-se como um dos mais importantes clubes de futebol dos Açores, tendo conquistado oito campeonatos distritais.

Na época de 1959/1960 o Sport Club Angrense atinge o ponto mais alto do seu palmarés com a conquista dos títulos de Campeão Distrital, Campeão Açoriano e Campeão Insular.

Em 1967 foi o primeiro clube da Região a deslocar-se às comunidades açorianas no Canadá, visitas que se repetiram nos anos de 1977 e 1979.

O Sport Club Angrense conquista mais títulos de Campeão Distrital de Angra do Heroísmo, nas épocas de 1976/1977 e 1978/1979.

No dia 1 de dezembro de 1979 comemorou as suas Bodas de Ouro, tendo sido agraciado com a Medalha de “Educação Física – Serviços de Mérito”, atribuída pelo Senhor Presidente da República, General Ramalho Eanes.

Na época de 1980/1981 o Sport Club Angrense sagra-se Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e Campeão dos Açores, e ingressa pela primeira vez no Campeonato Nacional da III Divisão Nacional, feito que repetiu ao conquistar os Campeonatos da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, nas épocas de 1985/1986 e de 1987/1988, sendo nesta época também Campeão Açoriano.

Na década de 90, o Sport Club Angrense é o Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo na época de 1991/1992, e na época seguinte regressa ao Campeonato Nacional da III Divisão, disputando a primeira edição da Série Açores.

Depois de um período de grave crise financeira, ultrapassada graças ao esforço, ao trabalho e à dedicação dos seus órgãos diretivos, associados e colaboradores, o Sport Club Angrense conquista o título de Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo em 1999/2000, e na época seguinte regressa à Série Açores do Campeonato Nacional da III Divisão, onde se manteve até à época que há pouco terminou.

No dia 1 de dezembro de 2004 o Sport Club Angrense comemora as Bodas de Diamante, e atualmente, assume um lugar cimeiro na linha dos mais destacados clubes desportivos dos Açores.

À sua rica e valiosa história, a equipa principal de futebol do Sport Club Angrense associou a conquista do Campeonato da Liga Meo Açores, no passado dia 3 de abril, e pela segunda vez, o direito de participar na próxima época desportiva na então denominada II Divisão Nacional, agora, Campeonato Nacional de Séniores.

É de toda a justiça registar que a equipa do Sport Club Angrense, que se sagrou Campeã da Liga Meo Açores, é constituída na sua totalidade por jogadores da ilha Terceira e com quatro anos de formação na Região, fruto da aposta num trabalho de excelência na formação nos últimos anos, que envolve cerca de 250 crianças e jovens, num louvável serviço prestado à comunidade, ao proporcionar condições saudáveis para a ocupação dos seus tempos livres.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida na sua sessão plenária de maio de 2014, a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista do título de Campeão da Liga Meo Açores, em futebol, e o direito de ingressar no Campeonato Nacional de Séniores, na próxima época.

Do presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento à Direção do Sport Club Angrense, demais órgãos sociais e colaboradores.

Disse.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2014

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Domingos Cunha, Paulo Borges, António Toste, Cláudia Cardoso e Francisco Coelho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com muita naturalidade e alegria que o PSD se associa a este voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista.

Damos de facto os parabéns ao Sport Club Angrense pelas suas conquistas, pelos seus feitos, pela sua história, pelo currículo e pelo percurso que muito bem aqui está descrito neste voto apresentado pelo PS. Mais valor tem ainda o Sport Club Angrense no seu passado recente pelo facto de se ter conseguido reerguer e recuperar de uma situação financeira difícil que é comum, infelizmente, a muitos clubes da Região.

O Sport Club Angrense conseguiu recuperar, conseguiu reerguer-se, conseguiu reunir prata da casa suficiente para voltar a ser um clube forte, competitivo e ter resultados. Eles aí estão. É um bom exemplo que os clubes desportivos da Região devem seguir e o PSD aproveita esta ocasião também para felicitar não só o clube, mas todos aqueles que se empenharam e que têm dado o seu contributo para voltar a fazer do Angrense um clube muito importante no contexto desportivo da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM tem votado todos os votos a favor quando se trata de felicitar, de apoiar as conquistas desportivas dos clubes açorianos em provas nacionais e internacionais. No âmbito das provas de carácter regional, que são disputadas por vários clubes açorianos nós não temos preferências, porque a vitória de uns é sempre a derrota de outros. Por isso, o PPM irá votar contra.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Está tudo tão atento que nem sequer para votar.

Já tinha feito a votação, mas vou repetir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de sentar.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para a apresentação de um voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista referente ao Grupo Desportivo e Social do Juncal, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Grupo Desportivo e Social do Juncal tem ao longo dos últimos anos conquistado um conjunto significativo de troféus na modalidade de ténis de mesa.

Fundado em 2002, depois de em 2001 ter iniciado, por via do Centro Social do Juncal, a prática daquela modalidade na freguesia de Santa Cruz, concelho da Praia da Vitória na Ilha Terceira, o Centro Social do Juncal é, hoje, um dos expoentes máximos da prática do ténis de mesa na região e no país, tendo, inclusivamente, atingindo resultados merecedores de destaque em competições internacionais.

Além dos méritos desportivos, esta Instituição da Praia da Vitória desenvolve um importante trabalho social na comunidade onde se insere, desenvolvendo inúmeras iniciativas na sua sede, de cariz social, cultural e desportivo.

O Juncal, como é popularmente designado, conta atualmente com mais de 120 praticantes da modalidade, estando representado em todos os escalões da modalidade e em ambas as categorias (femininos e masculinos).

Recentemente registou, mais um sucesso desportivo ao sagrar-se campeão nacional de ténis de mesa feminino.

De realçar que, mesmo tratando-se de um título em absolutos, o Clube fez-se representar, na referida competição, por duas atletas juniores formadas no clube, Patrícia Maciel (júnior de 2.º ano) e Raquel Andrade (júnior de 1.º ano).

As importantes conquistas desportivas, e acima de tudo, o empenho dos seus atletas e dirigentes são merecedores de realce e reconhecimento. A fórmula encontrada, que junta a experiência com a aposta em atletas açorianas formadas no clube, é um exemplo que deve ser seguido por outras instituições.

Está de parabéns aquela coletividade, os seus principais dirigentes e impulsionadores José Carlos Costa, Luís Maciel e Roberto Andrade, e aquela comunidade praiense que muitos sucessos tem alcançado, promovendo a Praia da Vitória, a Ilha Terceira e os Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária, no dia 8 de maio de 2014, a aprovação deste voto de Saudação pelo título alcançado pelo Clube Desportivo do Juncal cujo brilhante desempenho se assinala.

Sala das sessões, 8 de maio de 2014

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Cláudia Cardoso, Domingos Cunha, António Toste e Paulo Borges

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também sobre o Grupo Desportivo do Juncal o PSD apresenta um voto de congratulação.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Conquista do campeonato nacional feminino em ténis de mesa pelo Grupo Desportivo do Juncal

O Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal sagrou-se, no dia 19 de abril, campeão nacional da 1ª Divisão Sénior Feminina em Ténis de Mesa, o escalão mais alto da modalidade em Portugal.

Trata-se de uma vitória histórica para o clube e o corolário de um percurso de uma década de qualidade, sempre em crescendo!

Este título é o prémio pelo trabalho realizado pelas atletas ao longo dos anos. Pela sua união em torno de um interesse comum, pelo apoio mutuo em momentos cruciais e de maior tensão, pela persistência e perseverança na melhoria do seu rendimento e ritmo competitivo. E pelo seu espírito de sacrifício, em prol da obtenção de níveis de excelência.

É, também, fruto do trabalho profissional da sua equipa técnica, na transmissão de conhecimentos e de valores que permitiram uma maior evolução e superação de lacunas resultantes da falta de competição a um nível mais elevado.

Mas não podemos ignorar, nem esquecer o empenho e a dedicação dos seus dirigentes e o reconhecido trabalho efetuado pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal na valorização do desporto na ilha Terceira, nomeadamente no que às camadas jovens diz respeito.

Reconhecendo que o exercício físico é uma mais-valia e um importante contributo para o desenvolvimento global e harmonioso do ser humano, bem como uma salutar ocupação dos tempos livres e que a prática de uma modalidade desportiva, individual ou coletiva, pode ser de primordial importância quer para a formação cívica, quer para o combate ao abandono escolar, quer, ainda, para a promoção de desempenhos potenciadores de sucesso e de bons resultados escolares, o Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal

tem prestado um excelente serviço na prevenção de riscos e no desenvolvimento integral das crianças e jovens.

Desejamos que a aposta feita na modalidade e que tão bons resultados tem dado pelo aumento do número de praticantes, e, conseqüentemente, da conquista de títulos a nível individual e coletivo e ainda pela frequente chamada de atletas a representar a Seleção Nacional, seja uma bandeira que o Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal erga bem alto para continuar a dignificar o nome dos Açores em Portugal e no Mundo.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, felicitando atletas, equipa técnica, dirigentes e simpatizantes, desejando-lhes que continuem a somar sucessos desportivos, a bem do desporto açoriano e que deste voto seja dado conhecimento ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, à Associação de Ténis de Mesa da Ilha Terceira e à Federação de Ténis de Mesa.

Horta, Sala das Sessões, 08 de maio de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Judite Parreira, Luís Rendeiro, Luís Garcia e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de congratulação referente aos Projetos LIFE, tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Paulo Borges.

Deputado Paulo Borges (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“LIFE - Ilhas Santuário para as Aves Marinhas”, um dos melhores de 2013

Os projetos LIFE constituem projetos criados pela União Europeia para a conservação da natureza no seu território e em alguns países candidatos e países vizinhos. Por exemplo, os projetos tipificados como «Natureza e Biodiversidade» possuem como objetivo melhorar a conservação de espécies e habitats ameaçados, ajudando a aplicar as Diretivas Aves e Habitats e a implantar a rede de áreas protegidas Natura 2000.

Os fundos do programa LIFE financiaram mais de mil planos de gestão e, **anualmente**, centenas de projetos no âmbito da rede Natura 2000, implementando medidas fundamentais para lutar contra a perda de biodiversidade, sendo atualmente um dos instrumentos mais importantes para a conservação de habitats e espécies na Europa.

Nos Açores vários projetos LIFE têm sido geridos pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) tendo como parceiros o Governo Regional dos Açores e outras entidades como as Câmaras Municipais do Nordeste, Povoação e Vila do Corvo, a Universidade dos Açores, e a Royal Society for the Protection of Birds (Reino Unido). Mais recentemente também a Câmara Municipal da Praia da Vitória é responsável pela gestão de um destes importantes projetos.

Todos os anos a Comissão Europeia avalia os projetos LIFE concluídos durante o ano anterior, e este ano a SPEA volta a ter, pela terceira vez, um dos seus projetos distinguidos como um dos melhores, o LIFE “Ilhas Santuário para as Aves Marinhas”. Trata-se de um projeto coordenado pela SPEA em parceria com a Secretaria Regional dos Recursos Naturais, a Câmara Municipal da Vila do Corvo e a Royal Society for the Protection of Birds (RSPB).

As ilhas dos Açores costumavam ser a casa de milhões de aves que aqui encontravam os locais ideais para nidificar, contudo ao longo do tempo, a maioria dessas colónias diminuiu drasticamente, quer devido à destruição dos

habitats, quer devido à introdução de predadores (como os ratos e gatos) e de vegetação exótica invasora. Decorrendo, durante 4 anos (2009 a 2012) e com o foco na ilha do Corvo e no Ilhéu de Vila Franca do Campo em São Miguel, o projeto LIFE Ilhas Santuário para as Aves Marinhas trabalhou para a conservação de colónias de aves marinhas dos Açores, através da restauração de habitat e do controlo e da erradicação de espécies exóticas invasoras quer animais, quer vegetais. Para além das ações no terreno foi desenvolvido um extenso leque de atividades de promoção do território, de divulgação e educação ambiental, de investigação, entre outras, contribuindo para a promoção da economia local e abrangendo todos os jovens da ilha do Corvo.

De facto, a SPEA tem estado na vanguarda da conservação da natureza nos Açores. Poderemos salientar os seguintes indicadores:

- Prémio Best of the Best LIFE/Comissão Europeia e Menção Honrosa do Prémio BES Biodiversidade para “LIFE Priolo” (2009/2010)
- Prémio BES Biodiversidade e Prémio Best of LIFE para LIFE IBA's marinhas (abrangendo Continente, Açores e Madeira) (2009/2010)
- Prémio Best LIFE para “LIFE Ilhas Santuário para as aves marinhas” agora recebido
- Priolo como um dos maiores sucessos de conservação na UE no Ano Internacional de Biodiversidade (2010)
- 1º grande projeto de conservação de turfeira em São Miguel (LIFE Laurissilva Sustentável – 2009 - 2013)
- Única vedação anti predadores em toda a Europa e Oceano Atlântico na ilha do Corvo

A SPEA tem desenvolvido um trabalho exemplar nos Açores, sendo de destacar: a angariação de 3.250.000 euros angariados em fundos comunitários até 2013; o contributo de 350.000 euros/ano para o PIB da Região, sobre mais de 150 empresas regionais (dados 2008); a criação de emprego e formação: 24 postos diretos e > 250 voluntários e estagiários nacionais e internacionais; o estímulo ao turismo de natureza, envolvendo empresários locais e promovendo

a Região em Portugal e no estrangeiro; e a promoção da Região ao nível da investigação e implementação de ações de conservação.

Será ainda de destacar o Centro do Priolo que cumpre um programa de educação ambiental que abrange todas as escolas de São Miguel com mais de 2000 jovens envolvidos por ano. Bem como todo o trabalho realizado na Ilha do Corvo abrangendo todos os jovens da ilha.

Com o trabalho continuado da SPEA nos Açores, hoje vastas áreas de habitats prioritários dos Açores e da Europa (floresta, turfeiras e áreas costeiras) estão recuperadas, esperando-se benefícios em termos de serviços de ecossistemas e proteção da biodiversidade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação deste Voto de Congratulação, tendo em conta o reconhecimento internacional do trabalho meritório desenvolvido pela SPEA, que volta a ter, pela terceira vez, um dos seus projetos distinguidos como um dos melhores: o LIFE “Ilhas Santuário para as Aves Marinhas”.

Do presente Voto de Congratulação deve ser dado conhecimento à SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, aos Diretores dos Parques Naturais do Corvo e de São Miguel, à Câmara Municipal do Nordeste, à Câmara Municipal da Povoação e à Câmara Municipal de Vila do Porto.

Horta, Sala das Sessões, 8 de maio de 2014

Os Deputados Regionais do Partido Socialista, Berto Messias, Paulo Borges, José San-Bento, Miguel Costa e Arlinda Nunes

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este sim é um voto que o PPM pode acompanhar. Trata-se de reconhecer um bom trabalho que esta instituição tem vindo a desenvolver, nomeadamente na ilha do Corvo, que reconheço e que testemunho.

O anterior voto de âmbito desportivo num campeonato açoriano é a mesma coisa que a Assembleia da República votar um voto de congratulação a favor do Benfica por ter ganho o Campeonato Nacional. Nunca se viu tal coisa!

Portanto, temos que ter cuidado da Assembleia não tomar partido e de facto destacar um trabalho que é feito em prol dos Açores.

A nossa perspetiva tem de ser sempre uma perspetiva neutral, obviamente.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado André Bradford (PS):

Então como é que votou o voto do Juncal?!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para um voto de congratulação, apresentado pelo CDS, referente aos 800 anos da Língua Portuguesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

800 anos da Língua Portuguesa

A contabilização dos 800 anos da Língua Portuguesa tem como referência o Testamento de D. Afonso II (1214) considerado o primeiro escrito português. Várias entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, aceitam essa data como a data de referência do início da nossa língua.

Muito tempo passou desde a separação do Galego do Português até que se pudesse afirmar, através de um dos maiores vultos da cultura portuguesa, Fernando Pessoa, que “A minha Pátria é a Língua Portuguesa”.

Sabemos que não se pode gritar bem alto sem voz, nem verbalizar ideias sem língua. A nossa língua expressa claramente o nosso ambiente e a nossa cultura.

Dizia Caetano Veloso: “Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões”. Aqui nos Açores, tal como o mar roça nas pedras, roçamos na Pátria, na Mátria e na Frátria com Natália Correia.

Aqui nos Açores introduzimos através de Emanuel Félix o concretismo poético em Portugal.

Aqui nos Açores, os sonetos de Antero de Quental atingem qualidade comparável aos de Camões e aos de Bocage.

Aqui nos Açores, afirmamos com Vitorino Nemésio a açorianidade e a literatura açoriana.

A língua ajuda-nos a crescer, levados pela nossa própria vontade, com uma sensação de um tempo que nunca acaba, lançando pontes que atingem muitas cidades, muitos recantos e muitos lugares do mundo. Acreditamos que podemos efetivamente pensar e falar globalmente: Aqui, Ali e Agora, e que o poderemos fazer, em Português.

A língua portuguesa não é só herança ou cultura; é também diplomacia, política e economia.

Num estudo recente do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, as indústrias e os serviços em que a língua portuguesa é um elemento chave representam 17% do Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal. Nesse contexto a língua constitui um elemento cada vez mais importante na economia e na criação de valor acrescentado. “E isto é tanto mais evidente, quanto é certo que os sectores criativos nas economias modernas têm cada vez mais em consideração a língua e a cultura.”, afirma o Professor Guilherme Oliveira Martins.

O português é a terceira língua europeia com maior projeção mundial prevendo-se que o número de pessoas que venham a falar e a escrever português continue a aumentar.

Considera o Professor Vítor Aguiar e Silva que a língua portuguesa é «a mais esplendorosa, perdurável e irradiante criação de Portugal».

Foram tantos os Açorianos que contribuíram para o engrandecimento da Língua Portuguesa e muitos mais serão aqueles que no futuro lhe darão honrosos contributos.

Congratulamo-nos pelos 800 anos da língua portuguesa e congratulamo-nos também pelos contributos que deram à língua portuguesa nestes últimos 400 anos, cronistas, poetas, romancistas, versejadores e contistas açorianos, se tomarmos como referência para obter essa contagem a obra de Gaspar Frutuoso. Entendemos que este voto institucional de congratulação pelos oito séculos da Língua Portuguesa pode constituir-se num reforço da importância do português na vida de todos nós, especialmente para os alunos de Língua Portuguesa na Região Autónoma dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pelos oito séculos de Língua Portuguesa, do qual deve ser dado conhecimento formal a todas as escolas da Região Autónoma dos Açores e seus alunos e ao Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores.

Os Deputados Regionais, Artur Lima, Félix Rodrigues e Ana Espínola

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este voto proposto pelo CDS-PP e congratula-se também pelos 800 anos da língua portuguesa que há mais de quatro séculos acumulam igualmente o contributo qualitativo do povo açoriano.

Mas vamos ainda mais longe. “Se a minha pátria é a língua portuguesa” como dizia Fernando Pessoa, a nossa pátria está também onde quer que se fale a nossa língua.

Por causa da língua portuguesa, e em especial por causa do sotaque açoriano, não podemos esquecer, devemos inclusivamente valorizar, os nossos irmãos que preservam a nossa língua no outro lado do Atlântico.

Em grandes nações como os Estados Unidos da América e o Canadá fala-se hoje português muito especialmente por causa dos açorianos.

Por isso, gostaríamos de invocar e associar aqui as comemorações dos cinquenta anos da Escola de Língua Portuguesa de Toronto, dinamizada pelo First Portuguese Canadian Cultural Center, que se iniciaram no passado fim de semana e que culminam no próximo mês de outubro.

Por isso, gostaríamos de sugerir ao Parlamento, em geral, e ao CDS, em particular, que deste voto fosse dado conhecimento também a todas as escolas que ensinam a língua portuguesa com reconhecimento oficial nas comunidades açorianas dos Estados Unidos da América e do Canadá.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS a que já se associou o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tem uma importância particular também noutra nível que considerarei que tem a ver com o problema da homogeneização das línguas a nível internacional.

Alguns estudiosos de línguas têm apresentado recentemente uma série de estudos que demonstram um pouco a forma como o nosso planeta se tem desenvolvido com o comércio internacional, a migração dos humanos entre continentes, o que tem levado à perda de muitas línguas e à erosão de muitas outras línguas.

Esta necessidade de manter a unicidade e a particularidade de uma língua tem muito a ver também com a capacidade cultural de um povo de a glorificar e manter.

Assim, o Grupo Parlamentar do PS considera esta iniciativa extremamente relevante e sugiro também dar conhecimento à Universidade dos Açores, porque é uma das instituições onde temos departamentos que se dedicam ao estudo da cultura açoriana e também das línguas específicas e dos dialetos específicos dos Açores.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para um voto de congratulação subscrito pelo PPM e pelo CDS referente à missão em prol da saúde mental e da psicogeriatría desenvolvida nos Açores pela Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus a propósito do centenário da morte do seu fundador.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Bento Menni nasceu na cidade italiana de Milão, a 11 de Março de 1841, sendo o quinto de 15 irmãos.

Em 1860, entrou na Ordem Hospitaleira de São João de Deus, trocando o nome de Ângelo Hércules, recebido no batismo, pelo de Bento. Fez os estudos filosóficos e teológicos no Seminário de Lodi e depois no colégio Romano (Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma). Foi ordenado sacerdote em 1866.

Pio IX confiou-lhe a difícil missão de restaurar em Espanha a extinta Ordem Hospitaleira, tarefa que iniciou em 1867.

À restauração da Ordem em Espanha seguiu-se também, no final do século XIX, a restauração da mesma em Portugal e, no início do século XX, no México.

Foi um homem de caridade inesgotável e de excepcionais dotes de governo. Por altura da sua morte, ocorrida no ano de 1914, tinha criado 22 grandes centros entre asilos, hospitais gerais e hospitais psiquiátricos.

Em 23 de Junho de 1985 foi declarado beato pelo Papa João Paulo II, que o canonizou em 21 de Novembro de 1999, ato pelo qual se reconheceu perante a Igreja a sua santidade, por ele vivida num grau extraordinário.

A Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus foi fundada em Ciempozuelos – Madrid (Espanha) – em 31 de Maio de 1881, por São Bento Menni, Sacerdote da Ordem de São João de Deus, juntamente com María Josefa Recio e María Angustias Giménez, para dar resposta à situação de abandono sanitário e exclusão social dos doentes mentais da época, unificando dois critérios fundamentais: caridade e ciência.

Juntaram-se-lhes outras oito irmãs, oferecendo o rosto feminino da Hospitalidade.

Nesses tempos, o tradicional abandono dos doentes e a carência de cuidados de saúde públicos adequados chamava mais a atenção no caso dos doentes mentais, das crianças com deformações ósseas, escrófulas, tuberculose e outros padecimentos, reduzidos à marginalidade e abandonados à própria sorte.

O início foi particularmente difícil. A magnitude da obra e a falta de meios e de recursos económicos e assistenciais só puderam ser compensadas pela generosa entrega das irmãs e pelas contribuições pessoais e materiais de alguns colaboradores, benfeitores e voluntários.

O notável crescimento dos cuidados de saúde públicos, tanto em estrutura e pessoal como em recursos materiais, especialmente nos países desenvolvidos, não abafa o panorama original do momento fundacional da Congregação: o ser humano que sofre devido à doença e às limitações da própria sociedade para lhe prestar o atendimento humano e médico de que necessita.

Por isso, a missão e o espírito fundacional da Congregação não só continua atual, como também é necessário para colaborar no grave problema assistencial das pessoas mais marginadas.

Podemos sintetizar todos os valores num só: HOSPITALIDADE.

A hospitalidade é um valor humano essencial nos âmbitos social, assistencial e sanitário. Consiste em oferecer espaço e tempo, atenção e cuidados, humanidade e recursos.

Presente em 25 países espalhados por 4 continentes, com 39 centros na América do Norte, América do Sul, África e Ásia e com 51 centros na Europa, 2 dos quais nos Açores, a Congregação de Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus realiza a sua missão de acolhimento, assistência e cuidado de saúde integral da pessoa com doença mental, deficiência física e/ou psíquica e outras patologias, de acordo com o carisma fundacional.

A missão das Irmãs Hospitaleiras complementa e colmata uma lacuna no sistema público de saúde, prestando valorosos serviços aos açorianos através da Casa de Saúde N.ª Sr.ª da Conceição, em São Miguel, e da Casa de Saúde do Espírito Santo, na Ilha Terceira.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, os deputados abaixo assinados propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove, por altura do centenário da morte de Bento Menni, um voto de congratulação pela missão em prol da saúde mental e da psicogeriatría desenvolvida nos Açores pela Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus.

Deste voto deve ser dado conhecimento às direções das Casas de Saúde de N.ª Sr.ª da Conceição, na Ilha de São Miguel, e do Espírito Santo, na Ilha Terceira, e à Superiora-Geral da Congregação.

Horta, Sala das Sessões, 8 de maio de 2014

Os Deputados Regionais, Paulo Estêvão, Artur Lima, Félix Rodrigues e Ana Espínola

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Benilde Oliveira tem a palavra.

(*) **Deputada Benilde Oliveira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus tem desenvolvido um trabalho extraordinário ao nível da saúde mental, revelando-se uma entidade de referência no tratamento das patologias mentais, em particular nas senhoras, pelo que o PS associa-se com grande empenho a este voto de reconhecimento pelo excelente trabalho desta Congregação fundada por Bento Menni, uma referência extraordinária a nível humano, sendo canonizado a 21 de novembro de 1999 pelo Papa João Paulo II, cujo centenário da sua morte agora se assinala.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um voto de congratulação referente aos 125 anos de atividade da Sociedade Filarmónica União Praisense.

Para a apresentação do voto pelo Partido Socialista tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

125 Anos de Atividade da Sociedade Filarmónica União Praisense

A Sociedade Filarmónica União Praisense foi fundada na ilha Graciosa, a 12 de maio de 1889. A primeira direção provisória foi constituída por Jerónimo Melo, Padre Aurélio Vasconcelos e António da Cunha Vasconcelos.

Esta importante instituição, que suporta a banda filarmónica mais antiga da ilha, tem vindo a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento sociocultural da Graciosa e sobretudo da freguesia de São Mateus. Ao longo de

toda a sua existência esta filarmónica tem mantido níveis de qualidade elevados, devido ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelos seus maestros e músicos.

O primeiro maestro foi João Manuel Ramalho, seguindo-se muitos outros ao longo da sua história destacando-se o saudoso José Berto Magalhães e o amigo sempre presente António Melo. Atualmente Luís Aguiar é quem desempenha estas funções de uma forma abnegada e competente.

Durante a sua existência esta banda nunca interrompeu a sua atividade, graças à dedicação e persistência dos seus músicos, maestros, corpos gerentes e associados que, mesmo em tempos difíceis, sempre se empenharam de modo a manter os laços que unem esta associação cultural.

Esta coletividade detém um vasto currículo e já realizou várias digressões, nomeadamente às ilhas do Pico, São Jorge, Terceira, Faial, São Miguel e aos Estados Unidos da América e Canadá, efetuando vários concertos para as comunidades ali residentes, destacando-se a participação nas Festas do Espírito Santo da Nova Inglaterra tendo aí realizado um concerto no auditório da cidade de Peabody a convite do Mayor desta cidade.

Atualmente a banda tem 46 músicos no ativo, tendo como grande suporte a sua escola de música que tem funcionado graças à dedicação dos seus monitores, que graciosamente tem vindo a formar e a preparar os novos músicos.

A banda da Sociedade Filarmónica União Praiense continua a ser uma entidade fundamental no desenvolvimento cultural da freguesia de São Mateus, da Ilha e da Região, sendo constituída por músicos, na sua maioria jovens, que continuam a realizar concertos que animam festas e arraiais.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de maio de 2014, emita o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, congratula-se pela celebração dos 125 anos de atividade da Sociedade Filarmónica União Praiense

sendo esta congratulação extensiva a todos os membros dos corpos sociais, músicos e sócios desta coletividade”

Do presente voto deve ser dado conhecimento à direção da Sociedade Filarmónica União Praise, Federação de Bandas Filarmónicas dos Açores, Junta de Freguesia de São Mateus, Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Disse.

Horta, sala das sessões, 8 de maio de 2014.

Os Deputados Regionais, Ricardo Ramalho, José Ávila e Berto Messias

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto também referente à Sociedade Filarmónica União Praise, pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos.

Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

A Sociedade Filarmónica União Praise da Vila da Praia da Graciosa completa, no dia 12 de Maio de 2014, cento e vinte e cinco anos de existência. Fundada a 12 de Maio de 1889 é a mais antiga desta Ilha, seguida da Filarmónica Recreio dos Artista (1913), Filarmónica União Popular Luzense (1938) e a Filarmónica União Progresso Guadalupe (1963).

A filarmónica União Praise foi fundada por um grupo de homens que se reuniram na casa de Francisco Vicente Ramos, com o nome de Sociedade Artista União Praise.

A Direção provisória, nascida dessa reunião, ficou formada pelos seguintes elementos: Jerónimo de Castro e Canto e Melo, Reverendo Aurélio da Cunha Vasconcelos e António da Cunha Vasconcelos.

Os Estatutos da “União Praise” foram aprovados em 8 de Dezembro de 1889, tendo sido redigidos pelo Dr. Brito de Albuquerque.

Num dos artigos destes estatutos diz-se “Esta Sociedade tem por fim promover a instrução dos sócios artistas e especialmente desenvolver o gosto pela música”.

A “União Praise” foi a escola da boa educação, pois naquele tempo, em que o analfabetismo era muito, a banda ajudava a educar as pessoas, no rigor dos tempos antigos.

Várias crises teve esta Filarmónica ao longo da sua existência, mas, de todas conseguiu sair e manter-se sempre ativa.

A participação da banda em toda a vida da freguesia quer nas festas religiosas, quer nas profanas, quer ainda em outras freguesias da Graciosa ou fora da Ilha são nota a destacar na vida desta Sociedade.

Os regentes da banda são as pessoas responsáveis pelo ensino e orientação musical, duma Filarmónica.

A banda União Praise teve vários, destacando-se João Manuel Espínola Ramalho (o primeiro regente), Germano da Costa, Carlos Melo, António Coelho, António Pixes, Manuel Pixes, José Berto, Romão Rosento de Melo, João Correia de Melo, António Melo e presentemente Luis Aguiar.

A “União Praise” nas diversas sedes que teve, possibilitou sempre aos seus executantes e aos seus sócios um espaço de convívio e de cultura. Deste modo promoveu serões para sócios e família e teatros com muita qualidade para a época. Depois veio a época do cinema (1970) chegando a ter máquina própria para projetar filmes.

O grande sonho da União Praise era ter uma sede.

Só que, passaram anos sem que ela o tivesse conseguido realizar. Em 1988 a direção da altura adquiriu um terreno na Rua Dr. Meneses.

Em 12 de Maio de 1994, a Sociedade Filarmónica União Praise, teve a alegria de entrar na nova sede, ainda incompleta, mas já com muitas possibilidades de trabalho.

Foi com muita alegria e emoção que os sócios, executantes e o povo da freguesia de S. Mateus viram a União Praise entrar na sua nova sede caracterizando-se assim um sonho de mais de cem anos que muitos perseguiram, mas que foi esta geração que o viu satisfeito, à qual tive a honra de estar Associado.

No ano de 1995, a União Praise foi em digressão às comunidades emigrantes dos EUA e do Canadá, a quem levou um abraço de saudade musical, tendo sido acolhida com muito carinho e estima.

A Filarmónica União Praise continua ainda hoje a prestar relevantes serviços à comunidade, devendo-se à grande coragem e determinação das direções e dos executantes que se dedicam de alma e coração nesse magnífico trabalho em prol da música e cultura da Ilha Graciosa.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de Saudação à Sociedade Filarmónica União Praise da Vila da Praia da Ilha Graciosa pelos seus cento e vinte e cinco anos.

Que seja dado conhecimento aos seus órgãos dirigentes, à Freguesia de São Mateus e ao Município de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, 08 de Maio de 2014

Os Deputados, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Valdemiro Vasconcelos, João Bruto da Costa, Luís Garcia e Bruno Belo

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um voto de saudação referente ao Dia da Europa, apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Dia da Europa

Amanhã, dia 9 de maio, comemora-se o Dia da Europa.

Quando, em 9 de maio de 1950, Robert Schuman, então Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês, propôs à República Federal da Alemanha e aos outros países europeus a criação de uma comunidade de interesses pacíficos realizou um ato histórico.

Ao estender a mão aos adversários da véspera, não só apagava os rancores da guerra e o peso do passado como desencadeava um processo totalmente novo na ordem das relações internacionais, ao propor a velhas nações, pelo exercício conjunto das suas próprias soberanias, a recuperação da influência que cada uma delas se revelava impotente para exercer sozinha.

Esta proposta de Robert Schuman, conhecida como "Declaração Schuman", é considerada o começo da criação do que é hoje a União Europeia.

Dando corpo a esta emblemática data, na Cimeira de Milão de 1985, os Chefes de Estado e de Governo decidiram fazer do dia 9 de maio o "Dia da Europa".

Passaram 64 anos desde que Schuman decidiu dar aquele decisivo primeiro passo.

Desde essa altura, são muitos os momentos que marcam uma evolução importante no processo de integração europeia e no alargamento comunitário, desde a CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, primeira

experiência de organização europeia comunitária do pós II Guerra Mundial, até à atual União Europeia.

Mas apesar das evoluções significativas que esse processo de integração permitiu, hoje são muitas as incertezas e enormes os desafios.

A crise do euro, a crise das dívidas soberanas, o desemprego crescente, a instabilidade social, a austeridade liberal dominante nos Governos Europeus, a insensibilidade Alemã, a suposta rutura entre os Estados do Norte e os Estados do Sul ou o desencanto e afastamento dos cidadãos das organizações europeias representam um quadro difícil e de grande instabilidade para a União Europeia.

As ideias liberais prosseguidas de forma cega, injusta e persecutória, pela Direita europeia têm colocado em causa, um pouco por toda a Europa, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Deputado, isso é mais para uma declaração política!

O Orador: ... o Estado Social e a coesão, dizimando direitos sociais, a economia dos países mais frágeis, dificultando por esta via a vida de milhares de europeus.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

O Orador: Em virtude disso, temos assistido ao recrudescimento de nacionalismos que julgávamos há muito ultrapassados. A governação liberal europeia tem sido um desastre, quer do ponto de vista económico-financeiro, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

O Orador: ... quer do ponto de vista dos direitos sociais. A sua continuação, materializada na primazia dos mercados sobre a dimensão política da União, poderá colocar em causa a continuidade da própria União Europeia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tenha vergonha na cara!

O Orador: A essência do espírito europeu comum está em risco. A primazia dos mercados sobre as pessoas tem contribuído para o desencanto com o projeto europeu. A Europa tem que ser devolvida aos cidadãos. Este é, por isso, o momento para regressarmos aos princípios democráticos. É a política que deve controlar os mercados financeiros e não o seu contrário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Num momento em que os princípios fundacionais da União Europeia são colocados em causa, defender a Europa é contribuir para a mudança. Celebrar a Europa é celebrar os valores da solidariedade e do Estado Social. É acreditar numa Europa mais justa e sustentável. É no fundo, defender as pessoas.

Este ano, assinala-se o Dia da Europa a poucas semanas das eleições europeias.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Afinal isto não é um voto! É campanha eleitoral! Vá fazer campanha para fora da Assembleia!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a fazer campanha! Que vergonha!

O Orador: Um momento de afirmar a democracia e de reafirmar a importância da participação dos cidadãos neste ato eleitoral.

É no plano europeu que muitas das questões que influenciam as nossas vidas serão decididas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ainda vai mostrar um cartão vermelho à Europa!

O Orador: Não é, por conseguinte, de todo indiferente para a nossa vida ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Portugal está a pagar a dívida que os senhores fizeram!

O Orador: ... o resultado das próximas eleições para o parlamento europeu.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto não é um voto, Sra. Presidente. É campanha!

O Orador: Assim, votar no próximo dia 25 de maio pode fazer a diferença.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto é uma vergonha! Isto é campanha eleitoral, não é um voto! Está a fazer uma declaração política!

Deputado António Ventura (PSD): E continua!

Deputado Francisco César (PS): Aquilo é uma indecência?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem vergonha na cara!

O Orador: Nos últimos anos a Europa deixou de ser um referencial de boas práticas políticas e sociais. As próximas eleições poderão voltar a colocar o projeto europeu no rumo certo.

Uma Europa menos monetarista e mais social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Igual ao Partido Socialista!

O Orador: Mais preocupada com o emprego e com a coesão social e menos refém da dívida e dos Mercados. A austeridade imposta aos cidadãos em nome dessa dívida está a matar os princípios de construção europeia e a provocar fortíssimas instabilidades sociais e económicas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é digno do líder da bancada do Partido Socialista!

O Orador: Precisamos de uma nova abordagem, corajosa e diferente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto é inédito! Nunca se constou uma coisa desta na Assembleia!

O Orador: É por isso que estas eleições europeias são a grande oportunidade de inverter esta situação e de alterar a conceção neoliberal dominante na Europa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, isto não se admite! É campanha eleitoral!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não se admite!

O Orador: Nos Açores, não podemos achar ou acreditar que estamos longe dessa realidade europeia. O que se passa nos corredores de Bruxelas e de Estrasburgo tem grande influência na nossa vida quotidiana, enquanto Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que desespero!

O Orador: Isso verifica-se em variadíssimas matérias. A perceção dos cidadãos açorianos da real importância das instâncias comunitárias não deve estar circunscrita à programação financeira dos quadros comunitários. Deve ser muito mais do que isso, na afirmação de preocupações estratégicas determinantes para o futuro dos Açores como os Assuntos do Mar, a Agricultura e as Pescas, a mobilidade e os transportes ou a energia, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ao ponto que chegou o PS. Está ali impávido! Que vergonha!

O Orador: ... tudo sectores relevantes para a promoção e criação de emprego na nossa Região.

Por isso, no momento que se assinala o Dia da Europa, é fundamental que todos os agentes do sistema político regional e nacional afirmem a importância da participação nas próximas eleições europeias.

Apesar das dificuldades e dos constrangimentos, acreditamos que o balanço do processo de integração europeia é positivo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Depois disto tudo é possível nesta Casa!

O Orador: No entanto, são muitos os desafios que temos pela frente.

Hoje, não temos dúvidas que acrescentamos muito à União Europeia e que somos uma mais-valia para um projeto europeu abrangente e inclusivo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Somos, somos!

O Orador: É assim, fundamental, garantir uma representação externa da nossa Região no Parlamento Europeu, com credibilidade, com consistência política ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é vergonhoso!

O Orador: ... e com a capacidade de influência e de intervenção nos grandes fóruns europeus e mundiais, com o conhecimento e domínio dos dossiers discutidos na Europa, com grande influência nos Açores.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Uma representação forte, com a capacidade de pensar nos Açores e agir na Europa, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estive aqui a ver votos anteriores apresentados pelo Partido Socialista nesta Assembleia sobre o Dia da Europa e não têm nada a ver com isto!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... defendendo os nossos interesses e afirmando as mais-valias que a nossa Região representa para o espaço europeu, devido à nossa agricultura, ao nosso potencial marítimo, ao nosso posicionamento geoestratégico, ao nosso turismo sustentável ou à nossa gestão dos recursos energéticos e ambientais que se assume como uma referência a nível europeu.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores propõe a aprovação de um voto de saudação pelo

Dia da Europa, realçando a importância do projeto europeu para os Açores e para Portugal.

Disse.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2014

Os Deputados Regionais, Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa e Arlinda Nunes

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Devia ter vergonha do que foi fazer ali!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

A Mesa já tem uma inscrição.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra, Sra. Presidente, para anunciar, com muita pena minha, porque o PSD está de alma e coração com o projeto europeu, que não podemos votar favoravelmente este voto do Partido Socialista.

Desde logo e começando porque ele não é um voto, ele é uma declaração política. Não havia espaço para fazer e foi “travestida” de um voto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Europa está da maneira que está por causa de gente como vocês!

O Orador: Sra. Presidente, penso que toda a gente saberá, da parte deste grupo parlamentar, a nossa convicção naquilo que é o rumo e que é a importância do projeto europeu. Penso que toda a gente compreenderá também o amor que eu pessoalmente nutro pelo projeto europeu e pela União Europeia.

É por isso mesmo, Sra. Presidente, que digo que acho que foi um mau serviço que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista prestou àquilo que deve ser o projeto europeu que nos deve irmanar.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: O projeto europeu para mim, mais do que um projeto político ou sequer económico e a União Europeia mais do que uma comunidade política ou sequer económica, é uma comunidade de valores, de direitos humanos, da solidariedade, da democracia, da liberdade. Isso hoje aqui foi vítima de um atentado por parte deste voto proposto pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Que vergonha! A Europa está como está por causa de gente como vocês!

O Orador: Por isso, Sra. Presidente, é com muita pena mesmo que não nos podemos associar a este voto, porque respeitamos a União Europeia e achamos que o projeto europeu merece outro tipo de tratamento por um grupo parlamentar com a importância do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para registar o abuso da parte da bancada do Partido Socialista e do senhor líder parlamentar em vir fazer um voto (que deveria ser de alegria, de congratulação para todos nós) de divergência. Mas é esse o hábito desta bancada do Partido Socialista que se tem especializado nessa matéria ultimamente.

A Europa se calhar está dessa maneira ou de alguma maneira como está hoje em dia devido a socialistas deste quilate e deste calibre, porque o que se deveria

admitir aqui, hoje, era 17.3 de taxa de desemprego. Isso é que o senhor deveria ter referido aqui.

O senhor deveria ter referido aqui é que os Açores são a região mais atrasada da Europa devido às vossas políticas.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: O que o senhor deveria ter referido aqui é que somos a última região do país em termos de coesão social e territorial.

Deputado José San-Bento (PS): Seria mentira!

Deputado Francisco César (PS): Pior que o Botswana!

O Orador: Isso é que o deveria envergonhar e o senhor dali de cima devia ter vergonha de pertencer à Europa, porque não aproveita os fundos, não aproveitou os fundos que lhe foram disponibilizados para desenvolver a sua terra, para desenvolver o seu povo. Os fundos da Europa foram aproveitados para ganhar eleições, fazer propaganda do piorio da maneira que o senhor fez ali em cima hoje, de se atirar contra os outros, Sr. Deputado Berto Messias.

Devia ter vergonha de ao fim de dois Quadros Comunitários de Apoio não ter conseguido desenvolver os Açores com os fundos comunitários. O dinheiro esteve ao dispor dos socialistas açorianos, ...

Deputado André Bradford (PS): Foi dos Açores! Não foi dos socialistas açorianos!

O Orador: ... não foi da direita açoriana, foi dos socialistas açorianos, que esbanjaram dinheiro e não conseguiram desenvolver a sua terra na saúde, na pobreza, criar riqueza, no emprego, na juventude. Falharam redondamente no projeto de coesão social e desenvolvimento dos Açores.

Isso é que não era motivo para vir ali comemorar o Dia da Europa. Era motivo de tristeza, de não termos aproveitado os fundos europeus que a Europa pôs ao nosso dispor por manifesta incapacidade vossa, incompetência vossa da vossa governação.

Isso é que o devia envergonhar, Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Francisco César (PS): Está a fazer a desforra do debate!

O Orador: Já agora esqueceu-se de referir o seu tão proclamado camarada Hollande. Esqueceu-se também do grego que levou isto à falência.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Hollande levou o país à falência?!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que o Partido Socialista fez hoje em relação ao projeto europeu é algo sem precedentes na história parlamentar dos Açores e na história do Partido Socialista em Portugal.

Deputado André Bradford (PS): Vindo de si, então!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E no mundo!

O Orador: O Partido Socialista em Portugal tem valorizado o pluralismo europeu em questões de nacionalidade e dos interesses nacionais que são na Europa defendidos ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor tem uma grande moral para vir falar disso!

O Orador: ... no âmbito de um contexto global ao serviço da solidariedade, ao serviço do desenvolvimento, do progresso e da paz entre os povos.

A União Europeia nasceu depois da II Guerra Mundial para garantir um espaço de liberdade, de paz e de prosperidade e a paz e a prosperidade só são possíveis num projeto em que se incluam todas as correntes políticas democráticas. A pior coisa que se pode fazer ao projeto europeu é instrumentalizá-lo como o Partido Socialista fez hoje nesta Casa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Isso é algo que está ao nível do que o Bloco de Esquerda tem feito e do que o Partido Comunista tem feito. Agora não se esperava da parte do Partido Socialista, um partido que tem mantido uma posição coerente da defesa do pluralismo e da defesa da diversidade do projeto europeu, porque o projeto

Europeu não pode ter hegemonias nacionais, não pode ter hegemonias do ponto de vista ideológico e partidário. No projeto europeu têm de caber todos. É um projeto de diversidade.

O que os senhores aqui fizeram foi apresentar um voto, um voto de divisão, um voto que vai no sentido contrário ao espírito europeu, que é um sentido de inclusão de todos, de cooperação e os senhores vieram aqui com um projeto divisionista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

O Orador: Isto é a pior coisa que se pode fazer a um projeto como o projeto europeu, que é um projeto inclusivo, um projeto em que cabem todos os que defendem o espírito democrático.

E meus senhores, o Partido Socialista pela primeira vez na história do Parlamento português e na história do Parlamento dos Açores colou-se naquela posição sectária, dogmática de utilizar e instrumentalizar o projeto europeu, tomando posição a respeito de questões que são questões conjunturais, que têm diferentes leituras, mas na Europa o que é necessário fazer nestas horas difíceis é fazer um esforço de diálogo, um esforço de reconhecer as diferentes correntes ideológicas democráticas, um esforço de convergirmos todos e não um esforço de tentar captar o projeto europeu em proveito próprio, ainda por cima no contexto pré eleitoral que estamos a viver.

Foi um exercício de demagogia vergonhoso por parte do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: A Representação Parlamentar do PCP não pode associar-se a este voto e não pode associar-se a este voto desde logo porque o projeto europeu está desvirtuado, ...

Deputado Francisco César (PS): Mas o senhor quer sair do euro ou não?

O Orador: ... não é uma Europa dos povos, não é uma Europa social.

Deputado Francisco César (PS): O senhor quer sair do euro ou não?

O Orador: Com certeza, Sr. Deputado!

Este projeto europeu está completamente desvirtuado como dizia, não é a Europa dos povos, não é uma Europa social. É uma Europa dos oligopólios financeiros, é uma Europa ao serviço de interesses que não são propriamente os interesses dos cidadãos.

Mas não é só por isso que a Representação Parlamentar não se associa a este voto que o Partido Socialista aqui traz. É porque o Partido Socialista não só utiliza esta figura de voto para ...

Deputado Francisco César (PS): Na União Soviética isto é que era um projeto comum, não era?

O Orador: Isso acabou há muito tempo.

Deputado Francisco César (PS): Pois, pois!

O Orador: A Representação Parlamentar do PCP não se pode associar a esta iniciativa, a este voto do Partido Socialista, até pelo seguinte: se é verdade que a direita tem responsabilidades, o Partido Socialista Europeu também tem responsabilidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está! Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Há, portanto, aqui um exercício de hipocrisia política quando faz referências apenas a uma parte de quem tem responsabilidades, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... se calhar a maior parte, mas a verdade é que o Partido Socialista Europeu tem tantas responsabilidades como o Partido Popular Europeu.

Aliás, nas questões essenciais, os deputados do Partido Popular Europeu e os do Partido Socialista Europeu votam da mesma forma e também votam contra os Açores, como por exemplo quando votaram o fim das quotas, porque também o Partido Socialista votou pelo fim das quotas leiteiras.

Portanto, isto foi um exercício de hipocrisia política, Sr. Deputado, porque quer desresponsabilizar a sua família política europeia, mas, Sr. Deputado, santa paciência! Isso não se faz!

Deputado Francisco César (PS): Qual é o projeto do PCP? Não tem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o do PS?

O Orador: Sr. Deputado, há que efetivamente no dia 25 de maio apelar ao voto dos cidadãos, mas é apelar ao voto dos cidadãos encontrando alternativas de voto àqueles que têm conduzido a Europa à situação em que ela está.

Deputado Francisco César (PS): Qual é o projeto europeu do PCP?

O Orador: De facto, é preciso encontrar alternativas de voto e é preciso que os cidadãos votem, mas é para retirar poder a quem tem conduzido a Europa e o nosso país à situação em que se encontram.

A verdade é esta: o Partido Popular Europeu domina na governação de alguns países, domina na governação da Europa, mas o Partido Socialista Europeu também.

Deputado Francisco César (PS): Qual é o projeto do PCP?

O Orador: Isso, V. Exa. não pode escamotear.

Portanto, a Representação Parlamentar do PCP, sim senhor, apela ao voto dos açorianos no dia 25 de maio, ...

Deputado Francisco César (PS): Qual o projeto do PCP?

O Orador: ... mas é para dar o tal cartão vermelho que V. Exa. pediu ao Governo da República um dia destes, ...

Deputado Francisco César (PS): E ficamos todos em campo, não é?

O Orador: ... é para mostrar o cartão vermelho a quem tem destruído o projeto europeu, o projeto dos povos e o projeto social europeu.

Quem tem destruído esse projeto, com os efeitos que todos nós estamos a sentir, é o Partido Socialista e é o Partido Popular Europeu.

Isso, o senhor esqueceu-se de dizer.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Qual é o projeto do PCP?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

À semelhança do que ocorreu ontem numa discussão de um Projeto de Resolução aqui da autoria do Grupo Parlamentar do CDS-PP, em que os considerandos pareciam e eram demasiado ambiciosos para a parte resolutiva, partilho o mesmo em relação a este voto de saudação pelo Dia da Europa apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em que de facto grande parte do que aqui está exposto eu não o faria melhor!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Deputado Berto Messias, aprenda esta lição!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Gostei!

O Orador: Faz um balanço bastante correto, mas é incompreensível o resultado desse balanço.

Como é que após fazerem um balanço desta forma tão crítica em relação à União Europeia concluem que apesar de tudo o balanço é positivo?

Não sei como é que é possível fazer esse tipo de balanço, ainda mais numa campanha nas eleições europeias em que o vosso candidato, o vosso cabeça de lista, faz questão de se juntar à direita, faz questão de se confundir com o PSD e com o CDS?

Deputado Francisco César (PS): Ainda não percebemos o que é que o Bloco propõe!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ó Francisco, bem que te esforças, mas não consegues! É tarde!

O Orador: Portanto, é impossível, neste momento, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda votar favoravelmente este voto de saudação, por isso vamo-nos abster.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai retirar o voto!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Faça um voto de silêncio!

Deputado Luís Garcia (PSD): Era o melhor que o senhor fazia!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos falar de desemprego e pobreza!

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que estou absolutamente perplexo ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com a sua atitude!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos tentar que nos possamos ouvir.

Sr. Deputado Berto Messias faça o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que escreveu o voto?

O Orador: Devo dizer que estou absolutamente perplexo com as afirmações e a postura dos partidos da direita neste Parlamento em reação a este voto, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aquela direita também!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o PCP?

O Orador: ... que, permitam-me a expressão, “enfiaram o barrete” e se assumiram como fieis escudeiros da política neoliberal que infelizmente hoje domina a Europa e o nosso país.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mário Soares!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor esfregou os pés no Regimento. Isso não foi voto, não foi nada!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Discurso completamente sectário! Não tem nada a ver com o projeto europeu. Não faria melhor como diz o Bloco!

Presidente: Srs. Deputados, assim não nos entendemos. Temos que manter algum silêncio para que seja possível ...

Os apartes são completamente regimentais, mas isto não são apartes. Isto é barulho!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vá lá, Sr. Deputado. Assim perdemos o ritmo!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, vamos permitir que o Sr. Deputado Berto Messias possa concluir a sua intervenção, por isso agradeço que façam silêncio.

O Orador: Concluir não, começar, Sra. Presidente!

Presidente: Sim, começar! Exatamente.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Devo dizer que estou absolutamente perplexo com as afirmações que foram aqui feitas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vá lá, Sr. Deputado. Assim perdemos o ritmo!

Presidente: Srs. Deputados, isto está a passar todos os limites.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda não passou!

Deputado Bruno Belo (PSD): Já passou!

Presidente: É a terceira vez que vos chamo a atenção e sinceramente acho que já somos todos adultos e temos que perceber o que é que se está aqui a passar.

O Sr. Deputado Berto Messias pediu a palavra e ainda não conseguiu intervir.

Portanto, agradeço e apelo a todos vós, à vossa capacidade de contenção, para que seja possível o Sr. Deputado Berto Messias usar da palavra neste plenário.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

É porque conhecendo o programa ideológico, as bases programáticas do PCP percebo as suas afirmações e a leitura que faz deste voto, até admito a concordância com alguns dos parágrafos do voto do Bloco de Esquerda, agora, de facto, não percebo as afirmações e o posicionamento dos partidos da direita neste voto.

O voto que o PS apresentou é um voto claro, transparente, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sectário, divisionista do projeto europeu!

Deputado Luís Rendeiro (PSD) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma indignidade política total!

O Orador: ... que será disponibilizado no *site* do Parlamento e, portanto, está perfeitamente clara a nossa posição, mas gostaria de perceber, porque não percebi (ouvi intervenções inflamadas e muito discordantes com o voto que

apresentámos) com que é que os senhores discordam do voto do Partido Socialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Péssima ideia da Europa!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Peça ao Sr. Presidente do Governo que ele explica!

O Orador: No voto que fizemos afirmámos a importância de uma Europa mais social, mais solidária, mais preocupada com a promoção e criação de emprego.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esqueceu-se do Hollande!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor está tentando remediar o caso!

O Orador: Foi isso que fizemos naquele voto.

Nós afirmámos aquilo que está na agenda do Partido Socialista Europeu, é certo, mas também em alguns setores dentro do Partido Popular Europeu, a afirmação da dimensão política da União Europeia sobrepondo-se à dimensão dos mercados e à dimensão excessivamente económica e especulativa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Como diz o Diácono Remédios: “Não havia necessidade”!

O Orador: Foi isso que nós afirmámos daquela tribuna de forma clara e transparente.

Nós afirmámos, o Partido Socialista afirmou, a importância da participação eleitoral nas próximas eleições europeias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sabe o que é que disse!

O Orador: Foi isso que o PS afirmou daquela tribuna. Portanto, não percebo as vossas discordâncias e as vossas intervenções inflamadas.

Afirmei dali a importância de garantirmos no Parlamento Europeu uma defesa competente e consistente da nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade! Isso era o que o senhor queria fazer!

O Orador: Foi isso que o PS fez daquela tribuna.

Afirmei ali e realcei os setores que são estratégicos e importantes no Parlamento Europeu para a nossa Região, mas também a importância e a necessidade de afirmarmos que os Açores hoje são também uma mais-valia para

a União Europeia, afirmando as mais-valias da nossa agricultura, o nosso potencial marítimo, a importância da gestão do nosso turismo ambiente, da nossa energia ... Enfim, não percebo ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oh Sr. Deputado, o Sr. Deputado não escreveu isso aqui!

O Orador: ... e fico absolutamente perplexo com aquelas que são as vossas afirmações relativamente a este voto.

Devo dizer, Sras. e Srs. Deputados, que os senhores são livres de acharem o que entenderem sobre este voto, sobre o Dia da Europa, sobre aquilo que entendem da Europa e sobre aquilo que entendem sobre as próximas eleições europeias.

Esse é um direito que vos assiste, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Somos a favor da Europa! Nós defendemos uma Europa!

O Orador: ... da mesma forma que o Partido Socialista tem o direito de afirmar, de assinalar e de saudar o Dia da Europa da forma como entende mais clara, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é um insulto! Não é um voto, é um insulto!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... afirmando de forma clara e transparente aquilo que nós entendemos ser mais pertinente: uma melhor Europa, uma Europa mais social, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sectária!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Partido Socialista não tinha necessidade disto!

O Orador: ... menos monetarista, mais preocupada com a coesão e com a promoção do emprego, a importância dos cidadãos participarem nas próximas eleições europeias e a importância dos Açores continuarem a afirmar aqueles que são os setores estratégicos para o desenvolvimento da nossa Região, que têm maior impacto e que causam maior discussão no Parlamento Europeu.

Foi isso que o Partido Socialista fez, ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: ... de forma clara e transparente assinalando o Dia da Europa.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um péssimo contributo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito mau!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia e um quarto.

(Eram 11 horas e 43 minutos)

(Neste momento, o Deputado Valdemiro Vasconcelos reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos. Continuamos com a apresentação de votos.

(Eram 12 horas e 18 minutos)

Para a apresentação de um voto de saudação referente aos cinquenta anos do Conservatório Regional de Ponta Delgada, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

50 anos do Conservatório Regional de Ponta Delgada

O Conservatório Regional de Ponta Delgada completa este ano meio século de existência oficial.

As comemorações começaram a 11 de janeiro, com um concerto inaugural no Teatro Micaelense, e prolongam-se até 15 de outubro, com uma sessão evocativa do 50º aniversário da abertura oficial das suas aulas em 1964.

A sua criação oficial ocorreu a 12 de maio de 1964, por despacho do Subsecretário da Educação Nacional, mas a sua história preliminar remonta a 1922.

Há 92 anos, era fundada a Academia Musical de Ponta Delgada – por Aníbal de Bettencourt Barbosa, Rodrigo Rodrigues e António de Medeiros Franco, entre outros, com o apoio institucional da Junta Geral e da Câmara Municipal – que ministrou cursos regulares de Solfejo, Canto Coral, Piano e Violino a um grupo inicial de 73 alunos provisoriamente instalado no antigo Convento da Graça.

Em 1964, a direção da Academia Musical, presidida pelo Dr. João Bernardo de Oliveira Rodrigues, conseguiu transformar esta entidade numa escola oficializada com paralelismo pedagógico, que passa a designar-se como “Conservatório Regional de Ponta Delgada”.

Sob a presidência renovada do Dr. João Bernardo e com a direção pedagógica de Maria Teresa Oliveira Rodrigues, o nosso primeiro Conservatório Regional inaugura as suas aulas de Iniciação Musical, Solfejo e Piano com 120 alunos num edifício da Rua dos Mercadores.

Em 1978, já então instalado na Rua do Colégio pelo aumento de alunos entretanto registado, o Conservatório passa para a alçada do Governo Regional e ganha estatuto definitivo em 1980, a par do Conservatório Regional de Angra do Heroísmo e pouco antes do Conservatório Regional da Horta.

Em 2004 regressa às dependências do antigo Convento da Graça e entra no século XXI como único Conservatório Regional a funcionar autonomamente nos Açores.

Atualmente, conta com mais de meio milhar de alunos e quase meia centena de professores em 18 cursos de instrumentos de cinco departamentos distribuídos por três níveis (Iniciação, Básico e Secundário) e por três regimes (Articulado, Supletivo e Livre), designadamente, nas TECLAS, Piano, Órgão e Cravo; nas CORDAS, Violino, Violoncelo, Viola de Arco, Guitarra e Viola da Terra; nos SOPROS, Flauta, Oboé, Fagote, Clarinete e Saxofone; nos METAIS, Trompa, Trompete, Tuba e Trombone; para além da PERCURSÃO.

A sua dinâmica atual honra uma história que se sabe importante e perspetiva um futuro que se quer promissor.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Saudação ao Conservatório Regional de Ponta Delgada pelo 50º aniversário da sua instalação oficial**, do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva instituição.

Horta, Sala das Sessões, 8 de maio de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, José Andrade, Joaquim Machado, Cláudio Almeida, Luís Garcia e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se naturalmente e com todo o gosto ao presente voto de saudação que visa uma das instituições mais importantes da cidade de Ponta Delgada e mesmo do arquipélago dos Açores pelo trabalho que vem desenvolvendo ao longo das últimas cinco décadas em prol da música e do seu ensino, difundindo através das suas centenas de alunos música e arte pelas casas, pela cidade, pela ilha, pela Região.

Uma vez que as comemorações se iniciaram em janeiro, prolongam-se até outubro, como aliás o Sr. Deputado muito bem frisou, o Partido Socialista terá também oportunidade de com grande gosto, com reiterado gosto, apresentar, para além desta associação de que hoje dou conta, um voto de saudação pelos cinquenta anos do Conservatório Regional de Ponta Delgada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para o último voto, um voto de saudação referente ao aniversário da Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha.

Pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

125.º Aniversário

Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha

No passado dia 1 de maio, a Harmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha, hoje Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha completou 125 anos de história. De acordo com o Artigo 1.º dos seus Estatutos foi fundada no dia 1 de maio de 1889.

Também de acordo com o Artigo 30.º dos mesmos Estatutos, a Filarmónica fará anualmente uma tocata gratuita, no dia da festa de Nossa Senhora do Rosário, a quem invocou como padroeira. Nos últimos anos a Sociedade Filarmónica tem comemorado o seu aniversário no dia 1 de novembro, dia da festa da sua padroeira.

A 29 de fevereiro de 1896, na Sala das sessões e ensaio da Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha foram aprovados os referidos Estatutos. Em 29 de junho do mesmo ano foram reconhecidas as vinte e sete assinaturas dos primeiros sócios. Sendo o seu Alvará aprovado pelo Governo Civil, a 17 de outubro de 1896.

Para as Comemorações do seu 125.º Aniversário, a Direção da Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha preparou um vasto programa que decorrerá durante este ano de 2014.

Atualmente existem cento e duas filarmónicas na Região e vinte e quatro na Ilha Terceira, sendo a Recreio dos Lavradores da Ribeirinha a 7.ª mais antiga da ilha.

Entre outros nomes dos sócios fundadores da Associação, constam os nomes do Vigário João Augusto da Silva Furtado, o Padre António Vaz Toste Parreira, o Regente, Jeronymo José Coelho e as duas senhoras, Maria Eugénia e Maria Custódia.

Inicialmente a Filarmónica ensaiava na casa situada em frente ao Império (casa do José Fernandes), passando mais tarde para a Despensa do referido Império, no segundo Piso.

Decorridos oitenta e quatro anos, em 1973, mais precisamente, no dia 15 de janeiro (dia de Santo Amaro) foi constituída uma comissão para tratar da fusão do Império, Clube da Bola e da Filarmónica.

Posteriormente, em 23 de janeiro de 1977, são aprovados os novos Estatutos da então “Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha”.

Depois de um trabalho deveras difícil, quer pela fusão das três partes envolvidas, quer ainda pela grande obra levada a cabo com as dificuldades financeiras próprias daquele tempo, no dia 22 de julho de 1989, ano das comemorações do Centenário, inaugurou a sua nova Sede Social.

Em 2003, catorze anos depois, iniciou as obras de remodelação de grande parte do espaço existente, tornando-o mais funcional e apelativo, bem como a construção do novo Salão de Festas que havia sido pensado anteriormente.

Naquela época não foi possível levar por diante o referido projeto do Salão, por indefinição do proprietário do terreno adquirir.

Durante estes cento e vinte e cinco anos passaram por esta Filarmónica dezassete regentes, o primeiro regente foi um dos sócios fundadores, Jeronymo José Coelho, entre outros nomes, como Manuel Perdigão, Diamantino Borges, António Coelho, Raul Coelho, Padre António Gonçalves dos Santos, José Rodrigues, José Lourenço (Brincão), José Borges e Alberto Ferreira. A partir de 1997 a regência da Filarmónica ficou a cargo do Maestro Tibério Vargas.

Desta Filarmónica também nasceram maestros que, com os seus conhecimentos também contribuíram para o seu progresso e desenvolvimento. Foram pessoas que deram muito do seu trabalho em prol da sua banda e da sua freguesia.

Para além dos desfiles, das tocatas e dos concertos musicais realizados na ilha, a Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha já realizou diversas digressões, nomeadamente, ao Canadá, à Ilha da Madeira, ao Continente Português, designadamente, a Portalegre-Gavião e a Barcelos, bem como ainda às ilhas do Pico, São Jorge, Graciosa, Flores, Corvo e São Miguel.

Com dois CD's gravados e um livro editado, com o título "Um lugar de relevo na comunidade", a Recreio dos Lavradores atingiu grandes sucessos musicais, contribuindo assim para o enriquecimento musical local e regional.

Com cento e vinte e cinco anos de história, a Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha continua com o mesmo propósito e objetivo: tocar e divulgar a música, formar jovens músicos, contribuir para o desenvolvimento musical da localidade, da ilha e da Região. Assim, há a destacar o número de elementos que a compõem, cinquenta e três filarmónicos, na sua grande maioria jovens, e a Escola de Música da responsabilidade do formador, Manuel Norberto Brum, sinais que evidenciam a garantia da continuidade da mesma.

Reviver a história da Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha, é reconhecer o mérito do trabalho e homenagear todos aqueles que por ali passaram e ajudaram a erguer o património edificado e cultural que hoje ela possui.

Com mais de um século de história, as nossas filarmónicas possuem uma genuinidade muito própria e desempenham um papel fundamental na sociedade. São o garante das tradições e da cultura de um povo, são forças vivas que, para além de abrilhantarem eventos culturais e do ensinamento musical, contribuem ativamente para a integração de um ambiente saudável, inculcando valores sociais marcantes para a vida cotidiana dos jovens.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de 8 de maio de 2014, a aprovação deste voto de Saudação, pelo 125.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha.

Do presente voto de Saudação seja dado conhecimento à Direção da Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha, à Direção Musical, aos músicos e ao maestro.

Horta, Sala das Sessões, 8 de maio de 2014

Os Deputados Regionais, Berto Messias, António Parreira, Cláudia Cardoso, Domingos Cunha e Paulo Borges

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se natural e alegremente a este voto e felicita a Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha pelo seu 125.º aniversário.

É a filarmónica mais antiga da ilha Terceira.

Estes 125 anos foram muito mais do que o tempo que passou. Foram 125 anos de história, de memórias, de vontades e de feitos. Foram 125 anos de pessoas.

O PSD curva-se em homenagem aos homens e mulheres da Ribeirinha e também de fora da Ribeirinha que deram corpo e alma a estes 125 anos de história e de sucesso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Concluimos assim a apresentação de votos. Vamos passar às declarações políticas.

Hoje é o Partido Social Democrata que inicia as declarações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector público empresarial regional enfrenta, como é do conhecimento público, grandes dificuldades e desequilíbrios.

A renúncia ao cargo, do presidente do conselho de administração do grupo SATA, constitui o mais recente episódio num conjunto de situações que estão a deixar os açorianos muito preocupados com o futuro da sua transportadora aérea.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O atraso na aprovação de planos de exploração, as divergências relacionadas com a necessidade de estancar o endividamento galopante e a imposição política de medidas que contrariam a boa gestão e a saúde financeira da transportadora, não deixam grande espaço de manobra para quem se preocupa com a sustentabilidade do bem público que lhe foi entregue.

De facto, ao PSD/Açores têm chegado inúmeros relatos de trabalhadores preocupados com o seu futuro, descrentes da sustentabilidade da sua companhia aérea, magoados por sentirem uma grande hostilidade do governo regional sempre que é necessário tratar de algum assunto laboral.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Muitos sentem-se tratados como funcionários ao serviço dos interesses do Partido Socialista e não trabalhadores de uma empresa que presta um serviço público essencial para os Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em 7 anos, com mais um avião Airbus A320, com o aumento da capacidade da frota da SATA – Air Açores, com mais 100 colaboradores, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso é na EDA. Não é na SATA!

O Orador: ... a nossa companhia aérea perdeu 200 mil passageiros. São resultados desastrosos que nem a desculpa da crise justifica.

Deputado Francisco César (PS): Está a ler o seu artigo, Sr. Deputado? É escusado! Escusava de ter feito a intervenção!

O Orador: Horários alterados em cima do joelho durante reuniões públicas, ausência de orientações estratégicas, dúvidas quanto à capacidade do governo regional para assumir os seus compromissos financeiros para com a companhia, ...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: ... são exemplos de como a gestão política da SATA conseguiu desequilibrar e desestabilizar a nossa transportadora aérea.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A tudo isto, o governo regional tem respondido com um ruidoso silêncio. Repito, um ruidoso silêncio só interrompido pelo seu presidente para dizer aos açorianos que nada tinha a dizer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Na prática, o presidente do governo disse tratar-se de um assunto sem importância suficiente ... para se dar ao trabalho de explicar, pelo menos, os critérios que levaram à escolha do novo presidente do conselho de administração da SATA.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cartão do Partido Socialista!

O Orador: Por muito que custe ao governo regional e por muito que seja necessário mostrar quem manda, a demissão e a substituição do presidente de uma empresa pública, com a dimensão da SATA, não é uma mera alteração administrativa e não pode ser tratada como um assunto que só respeita à vida interna do Partido Socialista.

As dúvidas e interrogações são mais do que muitas:

- Quando foi aprovado o plano de atividades da SATA para o ano 2014?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi!

O Orador: - O que está a ser feito pela SATA e pelo governo regional para responder à necessidade de renovação da frota de longo curso?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nada!

O Orador: Ou a SATA não o irá fazer?

- Por que é que a SATA, num dia, diz que vai abandonar as ligações Funchal/Porto Santo, porque não tinha interesse, e no noutro acabou por entregar uma proposta feita em cima da hora e em cima do joelho?

Deputado Francisco César (PS): Isso é um ajuste direto. Não tem nada a ver!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Onde é que já terei ouvido isso?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: - Por que razão que os aviões da SATA ficam parados no estacionamento do aeroporto de Ponta Delgada, enquanto a SATA assegura ligações com aviões fretados?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: - Se não há plano de exploração aprovado, ...

Deputado Francisco César (PS): Há!

O Orador: ... quando prevê o governo que ele venha a ser aprovado?

- Encontrando-se encerradas as contas relativas ao ano passado (2013), sabe o governo se os resultados foram positivos ou negativos e em que montante?

- Entende o governo regional que não tem qualquer obrigação de responder às dúvidas dos açorianos e dos partidos da oposição sobre a nossa transportadora aérea regional?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é a dívida?

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para o PSD/Açores, o grupo SATA tem um papel imprescindível para a economia regional.

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que quer dar cabo dele com as OSP's!

O Orador: Pode e deve dar um contributo essencial para a recuperação económica da nossa Região e para a dinamização das nossas ilhas.

É urgente proceder a uma descida do tarifário aéreo inter-ilhas que fomente a circulação dos açorianos, tal como é urgente concretizar uma estratégia que permita rentabilizar o investimento feito recentemente com a aquisição da frota Dash.

Hoje, nos Açores, vivemos, no transporte aéreo, um daqueles paradoxos que só encontram explicação na propaganda governamental:

- Preços desproporcionados;
- Aviões novos a voar meios vazios entre as ilhas, sem que nada seja feito para que as taxas de ocupação possam melhorar;
- Aviões parados e abandono de rotas que são executadas ou que foram executadas num mercado concorrencial.

Mais passageiros, maiores receitas é um conceito que este governo regional parece desconhecer, preso que está no paradoxo de que se nada fizer, tudo se resolve, nada fazendo.

O governo regional pode pensar que não falando sobre os assuntos, desculpando-se com o governo da República e com todos os problemas do mundo, consegue fugir às suas responsabilidades nos graves problemas que atravessam a Região e, neste caso em concreto, no sector dos transportes aéreos. Como ainda ontem vimos aqui no debate sobre os fundos comunitários: nos Açores é preciso fazer melhor com os recursos que temos.

É preciso mais trabalho, é preciso mais competência, é preciso mais bom senso, mas sobretudo é preciso mais ambição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Com os erros acumulados a situação da SATA é complexa, mas aqui estamos para questionar o governo, encontrar respostas para os desafios de agora, mas sobretudo corporizar um novo projeto que dê esperança aos açorianos e aos Açores!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Como sabem cada grupo ou representação parlamentar e o Governo pode intervir nesta matéria, mas apenas uma única vez.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Deputado Luís Garcia (PSD): O Governo não tem nada a dizer sobre isto!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por saudar a intervenção do Deputado Jorge Macedo e o conteúdo da sua declaração política, porque ainda que eventualmente possamos ter visões diferentes daquilo que deve ser o futuro e a estratégia para a transportadora aérea regional, a verdade é que é um assunto que nos preocupa e que temos trazido aqui a debate.

Aliás, promovemos recentemente, no mês passado, uma interpelação exatamente sobre a estratégia da SATA no novo paradigma para os transportes na Região Autónoma dos Açores.

A verdade é que tirando o facto de ter havido uma substituição pela saída do presidente do conselho de administração, toda a situação no Grupo SATA se mantém, mantém-se e tem-se vindo a agravar.

Ontem foi a EuroAtlantic que fez um ACMI, antes de ontem foi a White, ou vice-versa, entretanto os aviões que normalmente fazem a ligação dos voos da noite para Ponta Delgada que eram normalmente os 310, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ficam avariados!

O Orador: ... nomeadamente por causa da questão da carga, a verdade é que também têm sido substituídos por 320 causando alguns problemas no escoamento da carga, designadamente do pescado fresco. Recentemente houve algumas queixas dos comerciantes relativamente a isso.

Se é verdade que o Governo Regional tem, ainda que de forma ténue e pouco rigorosa, vindo a dizer aquilo que pretende fazer com o Grupo SATA, particularmente com a SATA Internacional, a verdade é que não posso deixar de expressar a minha total concordância com uma expressão que o Sr. Deputado utilizou: “que tudo se vai resolver não fazendo nada”. E assim é, Sr. Deputado! A verdade é essa!

Estão a sair muitos trabalhadores altamente qualificados da SATA Internacional o que coloca ou pode colocar em causa, até porque todos nós temos consciência que o recurso aos ACMIs tem a ver exatamente com a falta de tripulantes, designadamente de pilotos, porque as aeronaves estão no chão.

Portanto, a questão é a seguinte: os quadros estão a sair, a dimensão da SATA e a operação da SATA Internacional vai-se reduzindo até à medida, justamente até à medida, que o Governo Regional quer efetivamente.

Não sei se é essa a medida que serve o interesse público da Região, porque como já aqui foi dito nesta câmara o mês passado, como tem sido dito na opinião pública, a SATA, o Grupo SATA e a SATA Internacional, designadamente, pode servir como um motor económico e financeiro para a Região, não só no serviço a que está obrigada pelo serviço público que presta, mas sobretudo trazendo e transportando turistas, pessoas, facilitando a mobilidade também das açorianas e açorianos.

A verdade é que o Governo Regional está, na minha opinião, a deixar cair a SATA Internacional para uma operação residual. Até podemos considerar apenas isso, que é uma versão minimalista da SATA Internacional, mas com essa versão minimalista então o Governo Regional terá de assumir os custos que tem uma versão minimalista para a SATA Internacional, porque certamente uma empresa a funcionar como o Governo Regional a está a desenhar nunca poderá ter resultados positivos, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Mas tem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nunca teve!

O Orador: Nunca poderá!

Aliás, o mês passado, estava aqui a defender que a SATA Internacional (tomou mal ou bem, mas tomou) devia, já que está no transporte aéreo, ir para o mercado e fazer aquilo que lhe compete que é pôr os aviões a voar, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... porque os aviões no chão não ganham dinheiro, perdem dinheiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Aliás, nessa altura, em aparte, o Deputado Artur Lima dizia-me que isto era conversa de capitalista.

Deputado Francisco César (PS): Isso é La Palisse!

O Orador: Até pode ser, mas nós temos aquela empresa não é para perder dinheiro, é para ganhar dinheiro. É para ganhar dinheiro!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: É isso que o Governo Regional não está a fazer. O Governo Regional está a deixar cair a empresa, a reduzi-la a um modelo minimalista, mas então que assuma os custos que isso tem para a Região e que não é só ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... o problema dos pilotos. Eles vão acabar por se ir embora, o mercado está completamente aberto. Eles vão-se embora, têm lugar em qualquer lado do mundo. O problema não é esse.

O problema é que com a diminuição da atividade da SATA vão haver outros trabalhadores que estão diretamente empregados na empresa que vão perder o seu emprego e há muita atividade que gira à volta da transportadora aérea regional que vai deixar também (portanto, os chamados postos de trabalho indiretos) cair.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: É isso que nos preocupa.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela sua tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Só tenho quarenta segundos, mas é o suficiente para fazer uma pergunta que se impõe, tendo em conta a atual conjuntura. O Governo não pode deixar de responder nesta câmara a uma questão da maior atualidade e que urge esclarecer convenientemente.

A questão é: quais são as razões que explicam o pedido de demissão do Dr. Gomes de Menezes, presidente do conselho de administração do Grupo SATA?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esta resposta tem de ser dada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Há aqui um assunto que veio a debate por esta declaração política do PSD e que é a estratégica, ou seja, a SATA.

A SATA é estratégica para os Açores e para os açorianos. **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Devia ser!

O Orador: Serve exatamente para garantir a mobilidade dos Açores e há um objetivo claro aqui que é a redução dos custos associados a esse transporte que é essencial para os Açores e para os açorianos.

Há também aqui princípios básicos que têm a ver com as rotas que são deficitárias e que já foram amplamente explicados aqui, nesta Casa: que todas as rotas que não dão lucro e que não trazem nenhum benefício para os açorianos devem ser abolidas.

Portanto, esse também é um assunto que acho que está encerrado. **Deputado André Bradford (PS):** Nada óbvio para o Sr. Deputado Aníbal Pires!

O Orador: Depois, esta declaração política do PSD é completamente despropositada e mais do mesmo.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que é despropositada? A declaração política do PSD?

O que foi despropositado foi a demissão do presidente do conselho de administração SATA!

O Orador: Aliás, é mais um motivo de riso que é aquilo que o PSD, nesta Casa, sabe fazer melhor do que ninguém.

É exatamente quando o PSD vem com críticas constantes e repetidas à gestão desta empresa estratégica para os Açores, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pensei que o Sr. Deputado viesse falar da situação financeira da empresa!

O Orador: ... ao mesmo tempo vem dizer que é preciso baixar tarifas aéreas inter-ilhas e não apresenta um único critério para que isso aconteça.

Como é que o senhor faz isso?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Impressionante! Os senhores passam a vida a demonstrar a vossa incompetência para resolver os problemas!

O Orador: Como é que os senhores fazem isso?

Até hoje continuamos à espera, porque nós ao contrário dos senhores continuamos à procura das soluções.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Pagar as indemnizações compensatórias a tempo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Impressionante como os senhores vêm mostrar que são incompetentes para resolver os problemas!

O Orador: Se calhar o senhor, junto do seu Governo da República, devia fazer mais algum esforço.

Pior ainda!

Os senhores vêm para aqui com uma preocupação no que diz respeito a mudanças de gestores, que é um acontecimento completamente natural.

Acontece em todas as empresas! Só não pode acontecer nesta, provavelmente!

Mas há aqui objetivamente que reconhecer o esforço do anterior presidente (que pede a demissão por razões pessoais e há que respeitá-las), do trabalho desenvolvido e dedicado aos Açores e aos açorianos e há aqui também que confiar na nova administração ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nova?!

O Orador: ... que tem um desafio pela frente, complexo, num mercado que é complexo por natureza.

Este é mais um setor, este é o setor que não faz ... Ou melhor, este é um setor, Sr. Deputado Jorge Macedo, que não se faz com política especulativa, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... cavalgando em demagogias, como os senhores fazem como mais ninguém sabe fazer, e contributos zero.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor ainda não disse nada!

O Orador: É sim um setor que exige constantes soluções e são nessas que o PS/Açores, este grupo parlamentar, e nos Açores que estamos e estaremos sempre concentrados.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vejo que hoje alguns se juntam à crítica que o CDS faz há anos e devo felicitar o Sr. Deputado Jorge Macedo pela sua intervenção muito oportuna que trouxe aqui ao Parlamento.

(Diálogo entre as bancadas do PS e do PSD)

O Orador: O Sr. Deputado Bruto da Costa fica sempre muito entusiasmado quando eu falo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu não disse nada!

O Orador: É costumeiro! Pode entusiasmar-se!

Bem-vindos ao clube dos que hoje em dia reconhecem que não é a SATA um ativo estratégico, devia ser um ativo estratégico para servir os Açores. Devia ser e não é!

Deputado José San-Bento (PS): Isto é uma palhaçada!

O Orador: Devia ser e não é!

Deputado Berto Messias (PS): Está a ouvir, Sr. Deputado Jorge Macedo?

O Orador: Porque falou-se em rotas, mas quando se cria uma rota não se faz um estudo de mercado para perceber qual é a potencialidade dessa rota?

Não! Cria-se uma rota num ano e fecha-se no outro, porque deu seis milhões de prejuízo.

Deputado Miguel Costa (PS): Mas não há rota em lado nenhum!

O Orador: Não há competência política na gestão da SATA.

Tira-se um e põe-se o comissário que já estava a estagiar há um ano na SATA.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é no Ministério da Agricultura!

O Orador: É promovido a presidente do conselho de administração. O comissário que veio do continente fazer o estágio durante um ano foi aprovado

politicamente pelo Governo e é promovido a presidente do conselho de administração.

Quer-se saber qual é a dívida da SATA, Sr. Secretário Regional!

Qual é a dívida do Grupo SATA?

Qual é a estratégia da SATA para os aviões de longo de curso? Qual é a estratégia da SATA para o longo de curso?

Qual é a estratégia da SATA para o médio curso?

Qual é a estratégia da SATA para a SATA Air Açores e para as viagens inter-ilhas?

Aqui, nesta Casa, critiquei a aquisição dos Dash 400 e a composição daquela frota megalómana: quatro 400 e dois 200. Megalómana! Quando devia ter sido exatamente ao contrário.

Ninguém me deu razão. Hoje parece que já me dão razão.

Deputado André Bradford (PS): Ainda ninguém lhe deu razão!

O Orador: A pergunta que faço é: os tais aviões muito eficientes que os senhores compraram em que é que se traduziram na baixa das tarifas aéreas para os açorianos?

O Sr. Secretário vai dizer também quanto é que a SATA Air Açores leva do orçamento regional.

Em quanto é que o Grupo SATA é financiado pelo orçamento regional?

Já que fazem tão bem contas, Sr. Secretário, que têm o número de passageiros à unidade, diga-me quanto é que cada passagem aérea leva do orçamento regional, ou seja, se eu pago entre a Horta e a Terceira 160 €, quanto é que a SATA leva a mais do orçamento regional nesta ligação (ou entre a Terceira e Ponta Delgada, ou entre Ponta Delgada e as Flores)? Quanto é, Sr. Secretário?

Quanto é que se anda a subsidiar uma empresa que discrimina trabalhadores?

Que trata de uma maneira em Ponta Delgada e de outra maneira na Terceira?

Quanto é que se paga a uma empresa que discrimina açorianos, que tem açorianos de primeira e de segunda? Quanto é que se paga, Sr. Secretário?

Quando é que acaba com isso?

Quando é que a SATA vai ser posta verdadeiramente com uma estratégia de desenvolvimento, de coesão social e territorial dos açorianos?

Quando é que a SATA vai servir todos os açorianos em pé de igualdade?

Ainda há bocado ouvimos aqui criticar a direita ferozmente pelo Sr. Deputado Berto Messias, mas ouvi pelo Sr. Deputado Miguel Costa que afinal de contas não podemos servir todos, temos uma redução de custos na empresa, Sr. Deputado.

Deputado Miguel Costa (PS): O quê? Eu?

O Orador: Mas é o socialismo a impor austeridade, medidas de austeridade, de contenção de custos?

Deputado André Bradford (PS): Não disse nada disso!

O Orador: É o socialismo, Sr. Secretário?

Qual redução de custos, Sr. Secretário?

Ouvimos também aqui já V. Exa. dizer em intervenções passadas que a SATA não pode servir os açorianos de maneira igual, que não faz esmolas.

Sr. Secretário, quando é que a SATA vai servir todos os açorianos em pé de igualdade?

Quando é que vou poder ir ao Funchal ...

Quando é que os açorianos podem todos ir ao Funchal numa rota de serviço público nas mesmas condições que um açoriano residente em S. Miguel?

Já perguntei-lhe isso dezenas de vezes. É uma dezena e mais uma que volto a perguntar-lhe: por que é que eu para ir ao Funchal pago o dobro de um micalense, Sr. Secretário?

Tem de explicar isso.

A SATA da maneira que está não serve. A SATA apenas serve os interesses políticos do Governo Regional dos Açores que se escusa a dar explicações.

Portanto, Sr. Secretário, dívida da SATA, estratégia de médio curso, estratégia de longo curso, estratégia para as viagens inter-ilhas. Isso é fundamental saber e sobretudo o que é o futuro da SATA, Sr. Secretário Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vitor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais é sempre um desafio falar sobre a SATA como já se percebeu.

A SATA é a companhia aérea da Região.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Falso!

O Orador: A SATA tem um objeto social claro e objetivo, ...

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Qual é?

O Orador: ... que é servir os Açores e servir os açorianos.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é falso!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Isso é Palisse e baliês!

O Orador: O Governo dos Açores, enquanto representante dos verdadeiros acionistas que são todos os açorianos, dá as indicações que o acionista tem que dar à SATA. Naturalmente não cabe aos acionistas de nenhuma empresa, e a SATA por maioria de razão, interferir na sua gestão operacional.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Orientações é uma coisa e preferência é outra!

O Orador: Há questões operacionais que devem ser tratadas no âmbito da gestão operacional e da gestão da empresa.

Há um princípio que o acionista tem de transmitir a todas as empresas públicas da Região que é a destas empresas serem eficientes, por isso não percebo porque é que se olha com espanto quando se fala na redução de custos.

A eficiência, nomeadamente a eficiência operacional, está intimamente ligada à redução desses mesmos custos e é algo que nos devemos orgulhar e devemos primar para que assim aconteça.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Se o Governo não interferisse nas questões da empresa era bom!

O Orador: Em relação a questões que foram aqui levantadas, nomeadamente de natureza laboral, de grande hostilidade.

Oh, Sr. Deputado Jorge Macedo, mas quem é que impôs a todos os trabalhadores portugueses estas medidas que levam a criar a insatisfação junto dos trabalhadores?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já cá faltava!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Foi o Governo que o senhor apoiou em 2009!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se esqueça do Governo que apoiou!

O Orador: Não foi o Governo dos Açores certamente!

O Governo dos Açores primou por dar indicações ao conselho de administração da SATA, como de todas as empresas públicas, para que dentro daquilo que é a legalidade encontrassem soluções que amenizassem os impactos negativos da política que foi imposta pelo Governo da República.

Fala-se igualmente na perda de passageiros. Duzentos mil passageiros foi aquele número que o Sr. Deputado Jorge Macedo tanto escreveu no seu artigo como referiu aqui no plenário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Será que os trabalhadores queixam-se do Governo da República?

O Orador: Oh, Sr. Deputado, onde é que está a perda desses passageiros?

Quais são as rotas onde se verificou a perda desses passageiros?

Todos nós sabemos de que é que estamos a falar.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Já se esqueceu de quem votou em 2009!

O Orador: Todos nós sabemos de onde é que vem a perda destes passageiros.

A estratégia que está definida como orientação do acionista para a SATA é muito clara e já tive oportunidade de referir no anterior plenário.

A SATA tem que ser um instrumento ao serviço dos Açores e dos açorianos; os Açores têm que ter a centralidade na sua operação entre a Europa e a América e é neste sentido que reforça as ligações ao continente norte-americano.

Posso dizer-lhes que fruto desse aumento de conectividade com os Estados Unidos e o Canadá se verificou um incremento no número de passageiros, de passagens compradas, de 40% para os Estados Unidos e cerca de 60% para o Canadá.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é verdade!

O Orador: Esta é uma estratégia clara, esta é uma estratégia objetiva.

Em relação àquilo que foi dito, oh Sr. Deputado, os conselhos de administração nas empresas existem para definir o que deve ser feito dentro da empresa, dentro da organização. Nós devemos ter todo o respeito por aqueles que desempenharam as suas funções e devemos olhar para a frente e é o futuro que deve ser olhado com muita atenção, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O PS esta semana não quer falar de nada do que aconteceu, só quer falar do que vai acontecer!

O Orador: ... porque temos grandes desafios.

Todos nós sabemos que o ano de 2013 não foi um ano fácil. Foi um ano com grandes dificuldades, foi um ano em que foi necessário desenvolver um conjunto de ações para dar resposta às dificuldades que foram impostas, mas mais importante que o passado é o futuro e neste sentido o que em primeiro lugar gostaria de comunicar a todos os Srs. Deputados é que já no decorrer da próxima semana irá tomar posse o novo conselho de administração da SATA, que será presidido, como também já é público, pelo Dr. Luís Parreiral, do qual farão parte igualmente o Dr. Francisco Franco, que é uma pessoa com grande experiência em toda a área financeira, o Eng.º Francisco Gil, que continuará a assumir as funções na área comercial, a Dra. Isabel Barata, na área dos recursos humanos,

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito competente!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não há aí interesses políticos nenhuns!

Deputado Bruno Belo (PSD): Nada!

O Orador: ... e que este conselho de administração será reforçado com o Eng.º João Bettencourt Soares, que tem uma vasta experiência na área da aviação civil, era diretor até à presente data de engenharia e manutenção da Portugália, uma pessoa dos Açores, uma pessoa que conhece os Açores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Parreiral de onde é que é?

O Orador: ... com uma grande componente técnica, que irá possibilitar que a SATA fique habilitada a responder aos desafios que tem para o futuro que são grandes desafios, nomeadamente tendo uma estratégia adotada para o novo cenário no âmbito de novas Obrigações de Serviço Público ...

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): E de longo curso?

O Orador: ... e continuar a desenvolver os Açores como uma plataforma de ligação entre a Europa e a América do Norte.

É este o caminho que nós queremos seguir.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Frota de longo curso e a questão financeira da empresa!

O Orador: É este o caminho que o acionista tem obrigação de dizer à SATA, como às outras empresas públicas para seguirem.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Renovação da frota de longo curso!

O Orador: Oh, Srs. Deputados, em relação à frota de longo curso não vou aqui discutir aviões, porque eu não tenho competência técnica para o fazer.

Deputado André Bradford (PS): Mas há gente aqui que acha que tem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é notório!

O Orador: Se os senhores têm, eu não tenho.

A renovação da frota será feita diante de determinados parâmetros ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas quando?

O Orador: ... que terão de ser avaliados no âmbito do conselho de administração da SATA e a indicação que o acionista dá é que essa renovação da frota deve ser feita de forma a que se possa responder àquilo que são as necessidades dos clientes da SATA, que são em grande parte os próprios acionistas da SATA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas afinal por que saiu o presidente da SATA?

O Orador: Em relação ao custo das viagens que o Sr. Deputado Artur Lima falou.

Oh, Sr. Deputado, o Sr. Deputado esteve presente nesta câmara na aprovação do Plano e Orçamento para 2014.

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Sabe perfeitamente qual é o montante que é transferido para a SATA, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sei. Já me esqueci. Quero que o senhor diga!

O Orador: ... também como sabe que as verbas que são transferidas para a SATA Air Açores nada têm a ver com o custo por rota. É um custo por défice de exploração, que é isto que está nas Obrigações de Serviço Público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, pois é! Aí é que está!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, julgo que fui suficientemente claro para responder à sua pergunta.

É evidente que a estratégia passa, como disse o Sr. Deputado Jorge Macedo, por ter mais passageiros, mas não é mais passageiros, mais receitas, Sr. Deputado. É mais passageiros, mais rentabilidade. É esta a diferença de visão que nós temos relativamente às empresas. Não nos basta faturar muito, nós temos de faturar e criar valor.

Naturalmente que o essencial aqui é criar valor para a Região com um serviço de qualidade para os açorianos e com um serviço que possibilite a canalização de fluxos turísticos para a Região também, que possibilite esse incremento nos fluxos para a Região e que sirva a Região no pressuposto de termos aqui uma verdadeira plataforma de ligação entre a Europa e a América do Norte.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Zero respostas, Sr. Secretário!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ficámos muito mais descansados!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar por falar, aliás, vou limitar a minha intervenção àquele que é um dos grandes orgulhos da SATA: a sua política de recursos humanos.

Devo salientar que a SATA se calhar é uma das únicas empresas ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Que dá lucros!

O Orador: ... que promove o trabalho temporário e o trabalho temporário encapotado de trabalho definitivo. Estou a referir-me a trabalhadores alegadamente temporários que servem a SATA durante seis meses, não mais de oito meses se contarmos com os meses de férias.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Têm o cartãozinho cor-de-rosa, têm?

O Orador: Trata-se de um contingente que a SATA tem sempre à sua disposição de trabalhadores que servem para tudo e que até têm uma carreira própria.

Aliás, como aqui já foi dito, a SATA não pode ter nos seus clientes açorianos de primeira e açorianos de segunda, assim como também não pode ter trabalhadores de primeira e de segunda, porque existem duas carreiras paralelas na SATA: a carreira dos trabalhadores que estão e bem integrados ao serviço da SATA e uma carreira daqueles que são facilmente descartáveis.

Aliás, temos trabalhadores nesta situação por vezes ao longo de seis, sete, oito e até tenho notícia de trabalhadores que se mantêm durante dez anos nesse esquema, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais um esquema!

O Orador: ... num esquema que considera uma tabela salarial própria, com alegadas progressões na carreira, progressões na carreira traduzidas numa política de escalonamento que atende à chamada de trabalhadores para o pseudo trabalho temporário, conforme a sua antiguidade neste contingente de trabalhadores temporários.

Gostaria de saber se o Sr. Secretário estaria disponível para ...

Deputado José San-Bento (PS): Não pode responder!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É retórica! Mas pode abanar com a cabecinha!

O Orador: Já não poderá responder!

Mas fica a dúvida no ar: se a SATA poderia de alguma forma arranjar forma de integrar alguns destes trabalhadores temporários?

Penso que era muito importante, porque senão teremos uma empresa que trabalha com mão de obra descartável e não é isso que desejamos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Concluídas as intervenções, para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Berto Messias (PS): Não vai falar baliês, Sr. Deputado? Poupe-nos do baliês!

Deputado António Marinho (PSD): Não! Baliês foi antes!

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo ou Turismo e Transportes, Vítor Fraga, eu e o PSD temos que reconhecer uma competência sua: V. Exa. consegue falar durante sete minutos sem dizer coisa nenhuma e sem responder a nenhuma das questões colocadas pelos partidos da oposição.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Era muito mais claro e acutilante quando em 5 de novembro de 2010 referiu o seguinte: “ A democracia tem destas coisas. Nos últimos quinze anos Portugal foi governado por incompetentes em quem não votei, mas vou ter de pagar a sua incompetência.”

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Bruno Belo (PSD): Foi muito forte!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Secretário, subscrevo essa coisa também!

O Orador: Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, o PSD colocou neste debate diversas questões que V. Exa. teve o condão de continuar a não responder.

Tem em sua posse o plano de atividades da SATA para este ano. Perguntámos quando é que V. Exa. iria aprová-lo, não tivemos resposta.

Perguntámos, tem também em sua posse, o que está a ser feito para responder ao plano que a SATA já lhe apresentou para a renovação da frota de longo curso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos lá! Sabe isso! Vou ter de fazer um protesto!

O Orador: Voltou a não responder.

Perguntámos, e tem em sua posse, quando é que o Governo prevê aprovar o plano de exploração.

Perguntámos ainda quais são os valores positivos ou negativos dos resultados das contas de 2013 da SATA e V. Exa. também não respondeu, mas escuda-se no velho argumento de que “nós não nos ingerimos na gestão corrente da SATA”.

Deputado André Bradford (PS): Não é um argumento, é uma boa prática!

O Orador: Oh, Sr. Secretário, o presidente do conselho de administração da SATA, Gomes de Menezes, saiu e bateu com a porta porque o senhor saiu da SATA para o Governo e queria continuar a mandar no dia a dia da SATA. Isso é público, notório e reconhecido.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Depois não se ingere nos assuntos internos do dia-a-dia da SATA, mas todas as vezes que é para anunciar uma nova rota o Governo Regional se não está a anunciar, está logo na primeira fila. Sempre que é para alterar horários que eventualmente possam ser denunciados por açorianos ou nesta Casa, V. Exa. aqui mesmo, ingerindo-se nos assuntos operacionais e de gestão corrente da SATA, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nem mais! Muito bem!

O Orador: ... quando é para anunciar a compra de aviões para a renovação da frota é o Governo (não foi V. Exa., mas estava no Governo, na altura o Sr. Secretário Regional da Economia, agora atual Presidente do Governo Regional) o primeiro da fila a anunciar quais são os aviões que vão equipar a nova frota da SATA.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é. É uma boa tentativa, mas está enganado!

O Orador: Mas vou dizer e repetir aquilo que já disse várias vezes. Foi V. Exa. também que disse que o navio Atlântida chegava no dia 13 de maio, ao lado do conselho de administração da Atlânticoline, e o Atlântida afundou-se na Quinta-feira Santa seguinte.

Deputados Joaquim Machado e Luís Rendeiro (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quanto à questão da perda de 200 mil passageiros, o argumento da crise (escrevi isso no texto já há espera que V. Exa. fosse dizer isso), não cola. Vou explicar-lhe porquê.

Porque a SATA perde 14% de passageiros e sabe qual foi a redução de passageiros nos aeroportos dos Açores?

3,4%! Ou seja, a SATA consegue quase quintuplicar o número de passageiros reduzidos nos aeroportos dos Açores.

Onde é que a SATA perdeu passageiros?

Foi nos regimes concorrenciais, nas rotas concorrenciais, fora dos Açores.

Foi aí que a SATA perdeu competitividade e perdeu passageiros. **Vozes dos**

Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, vou terminar dizendo-lhe que este debate também serviu para outra coisa.

Comecei o debate, a intervenção, sensivelmente às 12h e 35m e às 12h e 43m o GaCS colocou uma nota a anunciar a nova composição do conselho de administração.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Que mais não seja por isso serviu para clarificar uma coisa que V. Exa., Sr. Presidente do Governo, dizia que não era nada consigo, ...

(Risos da bancada dos Membros do Governo)

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não foi isso que eu disse! Seja sério nas minhas citações!

O Orador: ... mas afinal era consigo, porque o GaCS depende diretamente da Presidência do Governo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Miguel Costa e com a amizade e deferência que lhe tenho, só tenho que lhe colocar uma questão.

Não lhe posso colocar uma questão, tenho que fazer uma observação relativamente àquilo que disse, sendo minimamente cordato e tendo cumprido as regras parlamentares.

Não é correto dizer-se, não é razoável admitir-se, que uma passagem de uma qualquer *gateway* dos Açores (vou utilizar Ponta Delgada para Lisboa ou Porto) possa custar 88€ como tarifa promocional, ou 134€ como é a proposta da revisão de Obrigações de Serviço Público, quando uma passagem de um florentino Flores/Ponta Delgada/Flores custa 150€ ou mais.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Tarifa!

O Orador: Não é razoável que isso aconteça.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Tarifa!

O Orador: Não basta dizer que se vai fazer, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente, já termino mesmo.

... é preciso fazer mesmo, porque neste momento os Açores estão altamente penalizados não só pelos preços exorbitantes das passagens com o exterior, mas

também pelos preços elevadíssimos, exorbitantes das tarifas no inter-ilhas que a SATA pratica.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos por agora os nossos trabalhos. Regressamos às 15 horas com a Agenda.

(Eram 13 horas e 15 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Conforme ficou estabelecido na Conferência de Líderes, vamos abrir os nossos trabalhos desta tarde com o ponto oito da nossa Agenda, uma vez que se trata de um recurso para plenário de uma decisão da Mesa e como tal o artigo 121.º do nosso Regimento, que rege sobre essa matéria, confere prioridade na Agenda a este assunto.

O ponto oito refere-se então especificamente ao **Recurso quanto aos fundamentos da rejeição do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/X – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º s 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio e 2/2014/A, de 29 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”**.

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional foi apresentado pelo PCP, pelo que conforme ficou decidido na Conferência de Líderes, o Deputado Aníbal Pires terá cinco minutos para expor os motivos em relação a este recurso e cada um dos outros grupos e representações parlamentares, querendo, também poderão intervir com cinco minutos, uma única vez.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PCP que visa alterar e dando-lhe a mesma natureza original da remuneração complementar de modo a que em função das alterações que lhe foram introduzidas no Orçamento da Região para 2014 dar resposta a situações que consideramos de injustiça e discriminação, como seja o facto de às horas extraordinárias e ao trabalho suplementar serem deduzidas no valor da remuneração complementar ou o facto dela ser paga apenas em treze prestações.

Dos fundamentos do despacho para, designadamente do parecer jurídico, o indeferimento da admissibilidade desta iniciativa do PCP, para além das questões formais que são aqui, com certeza, corretamente enunciadas, no último parágrafo do ponto três, da página dois, lê-se assim: “Contudo, constata-se que o Orçamento da Região para o ano 2014 não prevê as verbas necessárias para fazer face ao aumento da despesa pública resultante da presente iniciativa legislativa.”

Ora bem, eu diria que esta afirmação ou este fundamento tem tanta validade como a afirmação do PCP quando diz que estas verbas já estão orçamentadas e efetivamente se nós analisarmos os orçamentos dos departamentos do Governo e de alguns serviços do Governo podemos verificar que efetivamente estão orçamentadas rúbricas para o pagamento de horas extraordinárias e para o pagamento da remuneração complementar, o que nos leva a crer que estes valores estão devidamente orçamentados.

Por outro lado, há aqui uma outra questão que é a questão política que subsiste a esta iniciativa do PCP ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um roubo!

O Orador: ... e que tem a ver com o facto de se procurar dar resposta ...

Aliás, no plenário passado os partidos da oposição recomendaram ao Governo, ou tentaram recomendar ao Governo, que resolvesse o problema, até para se poder dar satisfação a uma onda de descontentamento que é crescente, que eventualmente poderá degenerar em conflitualidade social e que tem como base uma injustiça e uma situação de discriminação que se pode resumir desta maneira: há trabalhadores na administração pública que trabalham ...

Deputado Berto Messias (PS): O que é que estamos a discutir, Sra. Presidente?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O que é que estamos a discutir, Sra. Presidente? Assim também falo!

O Orador: ... e não são pagos por isso, isto é, vão fazer trabalho extraordinário e recebem depois a mesma coisa de um outro trabalhador que não ...

Presidente: Sr. Deputado, no início da sua intervenção fez o enquadramento do projeto, pelo que se tem de cingir à questão e à matéria do recurso.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Com certeza.

Portanto, trata-se aqui de corrigir esta situação de injustiça.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais algum partido, algum deputado que queira intervir.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, poucos segundos, para informar a câmara que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreve em absoluto a decisão tomada pela Sra. Presidente e pela Mesa da Assembleia Legislativa dos Açores ao indeferir o agendamento desta proposta pelas razões perfeitamente claras vertidas na decisão na Mesa e, portanto, nós não aprovaremos este recurso apresentado pelo Partido Comunista Português.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma intervenção.

Não havendo, vamos colocar à votação o recurso para plenário da decisão da Mesa apresentado pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O recurso para plenário foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos com a nossa Agenda e para o ponto seis: **Projeto de Resolução n.º 58/X – “Em defesa do Hino Oficial da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Alerto apenas a câmara que em relação a este Projeto de Resolução foi entregue à Mesa uma proposta de substituição integral. É sobre ela que iremos discutir e também depois será esta a proposta que será votada.

Para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a primeira geração autonomista de 1895, especialmente com a instauração do regime democrático em 1974 e, sobretudo, com a consagração constitucional da Autonomia em 1976, deram frutos a fé e a firmeza no esplendor de um cântico novo.

Com o cântico novo da Autonomia democrática, os Açores conquistaram autoridade política e instituíram órgãos de governo próprio que são a nossa certeza de traçar a glória de um povo.

Somos um povo que se quer reconhecido e respeitado, com força e com vontade de levar os Açores para a frente! Por cada uma das nossas ilhas e, em comunhão, pela nossa Autonomia.

Temos uma Autonomia fundada nas marcas democráticas da Liberdade, Justiça e Razão que estão presentes no elevado sentido do hino que nos distingue e que estão acesas no alto clarão da bandeira que nos guia.

A nossa bandeira e o nosso hino identificam e motivam este povo a ir para a frente, a lutar pelo direito à diferença que nos assiste e a batalhar pelo passado imortal que nos orgulha.

No futuro, como no passado, queremos a luz semear em benefício de um povo triunfal que foi e é capaz de vencer a Geografia para cumprir a História.

Honrando o passado e preparando o futuro, queremos ser hoje os construtores de um destino com brio alcançado onde colheremos mais frutos para o nosso desenvolvimento sustentado e mais flores para a nossa qualidade de vida.

Fazemo-lo porque é essa a legítima aspiração das ilhas que somos e servimos e porque é esse o sentido sagrado das estrelas que coroam os Açores.

Queremos e devemos continuar para a frente, com os Açorianos, pelo progresso e pela paz à terra unida que a Autonomia construiu onde o mar nos separava.

Os largos voos do açor autonómico que com ardor firmamos ao serviço da nossa terra dão-nos a convicção de que vale a pena semear o futuro para que mais floresçam os ramos da vitória merecida do povo açoriano.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Afinal, a letra de Natália, tão contestada por alguns, é tão adequada para todos.

E a música, que lhe serviu de berço e que lhe serve de palco, encontra nas suas palavras a própria origem da sua composição centenária.

Sendo o Hino Oficial um dos elementos mais representativos dos símbolos heráldicos da Região Autónoma dos Açores e sendo a Assembleia Legislativa, como órgão máximo do sistema autonómico, a primeira responsável pela respetiva defesa e dignificação, impõe-se-nos fazer pedagogia e marcar posição – sempre e quando agora se assinalam os 120 anos da estreia da sua música e os 30 anos da primeira interpretação da sua letra.

A música oficial do Hino dos Açores foi composta pelo regente de filarmónica Joaquim Lima e primeiramente executada pela Filarmónica Progresso do Norte,

da freguesia de Rabo de Peixe, a 3 de fevereiro de 1894. Intitulava-se então “Hino Popular da Autonomia dos Açores”.

Logo a 14 de abril de 1894, dia das eleições gerais em que foram eleitos os deputados autonomistas Gil Mont’Alverne de Sequeira, Pereira Ataíde e Duarte de Andrade Albuquerque, realizou-se um cortejo pelas ruas de Ponta Delgada integrando filarmónicas que tocavam este Hino da Autonomia.

No ano seguinte, o mesmo hino foi também festivamente executado, por filarmónicas açorianas concentradas na Praça do Município de Ponta Delgada, para comemorar a promulgação do decreto autonomista de 2 de março de 1895. Este hino terá tido diferentes letras ao longo dos tempos em função da conjuntura política. Com o nacionalismo do Estado Novo, foi votado ao ostracismo. Com a Autonomia Constitucional, foi convenientemente recuperado e oficialmente adotado pelos órgãos de governo próprio como Hino Oficial da Região Autónoma dos Açores.

A sua música, com arranjo do maestro Teófilo Frazão sobre o original do compositor Joaquim Lima, foi aprovada por Decreto Regulamentar Regional de 18 de maio 1979 – faz este mês, exatamente, 35 anos.

A sua letra, face à inexistência de versão anterior com aceitação generalizada, foi encomendada pelo governo regional a Natália Correia, por muitos considerada a maior poetisa açoriana de todos os tempos. Aprovada por Decreto Regulamentar Regional de 1980, foi pela primeira vez cantada em público pelos alunos do Colégio de São Francisco Xavier, em Ponta Delgada, no dia 27 de junho de 1984.

Trinta anos depois da primeira interpretação da letra e 120 anos passados sobre a estreia pública da música, o PSD propõe ao Parlamento dos Açores uma Resolução oportuna e consequente.

Desde logo, que reafirme a importância histórica da música de Joaquim Lima e o significado autonómico da letra de Natália Correia como componentes adequadas do Hino Oficial da Região Autónoma dos Açores.

Mas também, e sobretudo, que delibere incentivar, por iniciativa própria ou através do governo, a divulgação generalizada do Hino dos Açores em todos os

estabelecimentos açorianos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, designadamente através da sua aprendizagem e da sua interpretação pelos respetivos alunos em eventos escolares de dignidade apropriada, intensificando assim as diligências já desenvolvidas nesse sentido.

Se conhecerem, compreenderem e sentirem a letra e a música do Hino dos Açores, as novas gerações açorianas garantem, sempre e cada vez mais, a sua pertinência e a sua permanência.

É isso que propomos aos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores quando agora se completam as primeiras quatro décadas da democracia portuguesa – que reafirmem e que reforcem a importância e a divulgação dos símbolos identitários da nossa condição autonómica.

É o esforço permanente da pedagogia autonómica, que tanto deve ser desenvolvido externamente para salvaguarda das conquistas políticas, como reiterado internamente para garantia do sentimento regionalista.

Esta preocupação não é, naturalmente, exclusiva do PSD. É certamente partilhada pelo PS, pelo CDS-PP, pelo BE, PCP e PPM.

Há muitas questões políticas que ideologicamente nos separam mas há um azul e branco que fraternalmente nos reúne em redor das nove estrelas.

Temos essa responsabilidade do passado.

Temos esse desafio para o futuro.

Hoje, como ontem e amanhã, **os Açores são mesmo a nossa certeza.**

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Conforme bem lembrou no início destes trabalhos a Sra. Presidente, nós vamos debater e aprovar uma proposta de substituição integral que o proponente fez a esta iniciativa resolutiva.

Pensamos que sobre a história desta iniciativa, aliás, fidedignamente relatada no respetivo relatório, sobre ela tivemos oportunidade de tomar posição e de lançar, de forma frontal e leal, um repto ao Partido Social Democrata. O que agora interessa relevar é que o Partido Social Democrata entendeu por bem, na qualidade de proponente e atentas também as suas prerrogativas regimentais, responder a esse repto de uma forma que nos parece bastante positiva.

Assim sendo, penso que é mais útil, mais construtivo e seguramente mais de acordo com o princípio da boa-fé fixarmo-nos no resultado em vez do percurso. É o que farei a partir de agora.

Não há dúvida que subscrevemos e pensamos que estas questões da simbólica e da identidade são absolutamente essenciais e que sobre elas deve haver, como creio que há e já é tempo também disso, um consenso e uma unanimidade firmes e muito seguras.

Tivemos oportunidade em comissão de ouvir presencialmente o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura que relatou-nos aquilo que a tutela tem conhecimento que as próprias escolas fazem habitualmente e também se mostrou sensível, e inclusive predisposto, a fazer uma nova iniciativa e uma nova rememoração junto das escolas dessa importância.

Tivemos também o testemunho importante por escrito da Sra. Presidente da Assembleia Legislativa e, portanto, sobre a importância da pedagogia que deve ser sempre renovada, quer junto dos órgãos de governo próprio, quer junto de todas as organizações da sociedade civil acerca daquilo que é a essencialidade dos nossos símbolos autonómicos é, creio eu, perfeitamente consensual.

Assim sendo, independentemente de tudo aquilo que ao nível individual, de grupo, de associação, de ilha e de forma mais ou menos particular nos possa sempre comover e mover acerca da realidade açoriana, a verdade é que os símbolos oficiais são isso mesmo e como tal devem merecer, conforme estatutária e legalmente consagrado, o respeito, a honra devida e também a

divulgação e a vivência prática, razões porque naturalmente o Partido Socialista vai votar a favor desta iniciativa.

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, penso que estamos em condições de votar este Projeto de Resolução.

Sr. Secretário Regional, peço desculpa.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Partido Social Democrata não só pela iniciativa, mas também pelo facto de ter substituído a primeira versão deste Projeto, embora seja a segunda versão que está aqui em discussão, mas gostaria de salientar o receio que num determinado momento parece ter havido no PSD do hino e os símbolos autonómicos estarem em perigo.

Confesso, com fraqueza, que nunca senti isso. Nunca foi posta em nenhuma situação em que eu estivesse presente qualquer dúvida acerca da bondade e, sobretudo, da consensualidade que gira à volta do hino da Região Autónoma dos Açores.

Relativamente à segunda versão do requerimento, também dizer no que diz respeito ao seu ponto um que o Governo se alia àquilo que parece ser o consenso e de facto pretende reafirmar e solidarizar-se com a iniciativa da importância histórica quer da música, quer da letra do hino da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, relativamente a esse primeiro ponto não há mais nada a acrescentar.

No entanto, no segundo ponto, que é voltado concretamente para a secretaria que tutelo, e é por isso que estou a usar da palavra, gostaria de dar alguns dados.

Aliás, já o fiz na comissão, relativamente ao incentivo e à divulgação generalizada do hino, da música e da letra nas escolas.

A esse propósito gostaria de lembrar que no Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013, Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, no seu artigo 21.º, “Valores e cidadania”, está claramente definido que (e posso ler): “ No desenvolvimento dos valores universais, nacionais e regionais, numa cultura de cidadania capaz de fomentar os valores da dignidade da pessoa humana, da democracia, da responsabilidade, da liberdade e da identidade nacional e regional, o aluno tem o direito e o dever de conhecer e respeitar ativamente em termos adequados à sua idade e capacidade de discernimento.”

Fala nos valores e princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa, a bandeira e o hino nacionais, e na alínea c) temos o Estatuto Político-Administrativo, a bandeira e o hino da Região Autónoma dos Açores.

Em cumprimento desta medida, que de resto já vinha da versão anterior do Estatuto do Aluno, têm sido feitas várias iniciativas junto das escolas que gostaria de lembrar nesta Assembleia.

Como já disse na alínea c), do artigo 21.º, do Estatuto do Aluno, estão claramente definidas as obrigações e os direitos também dos alunos sobre esta matéria.

No artigo 17.º do Regime de Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo determina-se o seguinte: “Todas as escolas devem possuir um conjunto composto pelas bandeiras nacional, regional e da União Europeia, cabendo ao órgão executivo colocá-las num lugar de maior destaque no interior da escola”, ou seja, atribui-se às unidades orgânicas a obrigação de aplicar o que está definido na legislação.

Também se diz que “todas as escolas devem possuir um conjunto”...

Peço desculpa: “Os professores do ensino básico devem ensinar os seus alunos a cantar os hinos nacional e regional, dá-los a conhecer e a compreender as suas letras.”

Portanto, no que diz respeito a determinações legais estamos todos consensualizados.

Temos também o Referencial Curricular para a educação básica dos Açores, que é o Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2011, de 2 de agosto, que salienta entre outras coisas que: “Para explorar o tema transversal da açorianidade teremos, além da disciplina de português no ensino básico, a área das ciências humanas e sociais que deve realizar trabalhos de pesquisa que permitam recolher e reproduzir símbolos”. Diz concretamente bandeira e hino da Região.

(Aparte inaudível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Como?

Sr. Deputado, talvez fosse adequado o Sr. Deputado lembrar-se disto.

Em cumprimento do que está regulamentado ...

Sr. Deputado, é só para dizer que este Projeto de Resolução do PSD é positivo, é útil, mas ao fim ao cabo também está a repetir aquilo que a legislação já dizia. É sempre bom chamar isso à atenção.

O portal do Governo disponibiliza aquilo a que é vulgar chamar-se o “kit autonómico” com informação sobre os símbolos heráldicos dos Açores, bem como a informação sobre os textos legais relativos à bandeira regional, aqueles textos que foram referidos pelo Sr. Deputado José Andrade.

Em 2012, no ano letivo de 2011/2012, solicitou-se às escolas o envio de testemunhos dos docentes sobre atividades já realizadas dentro e fora da sala de aula no âmbito do Currículo Regional.

Procurou-se com essa atividade fomentar o momento próprio da partilha de experiências pedagógicas entre docentes da mesma escola para depois serem dadas a conhecer aos professores das restantes unidades orgânicas da Região.

A Direção Regional da Educação compilou os testemunhos submetidos numa publicação em formato digital intitulada “A dimensão regional do Currículo do Ensino Básico: testemunhos dos docentes e educadores de infância”, que está publicada no portal da educação.

Portanto, Srs. Deputados, aqueles que já conhecem naturalmente já leram; aqueles que eventualmente não conhecem, poderão ler. Está disponível.

Também no âmbito do CRE, do Currículo Regional, disponibilizou-se um banco de recursos pedagógicos. Foram envolvidas várias escolas e foi construído e elaborado pelos alunos do 1.º ciclo da Escola Básica e Secundária Tomás Borba de Angra um puzzle sobre os símbolos regionais e uma atividade sobre o hino e a bandeira regionais que ficaram à disposição de todas as outras escolas.

Só para dizer que naquilo que compete à Assembleia foi cumprido o seu papel; naquilo que compete ao Governo foram dadas instruções e incentivados trabalhos e iniciativas junto das escolas no sentido de valorizar o hino nas suas duas dimensões e, como também disse na comissão, agora será feita uma recordação às escolas no sentido de incentivarem, de continuarem este tipo de trabalho.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A política tem que ser sempre feita com a coragem e a frontalidade que todos nós temos que ter no âmbito das nossas opiniões sobre estes assuntos e o PPM não foge uma vez mais à coragem política, à frontalidade e ao assumir das suas posições como sempre fez ao longo da sua história parlamentar.

A verdade para nós é que os símbolos são importantes para os países e para as regiões.

Aquela bandeira que ali está, aquela bandeira azul e branca, recorda a todos os açorianos a origem monárquica do nosso estatuto da autonomia de 1895.

É um facto meus senhores. É um facto!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Também a sua camisa e a sua gravata!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Se recorda a si, a mim não me lembra a monarquia!

O Orador: A bandeira é azul e branca porque a primeira autonomia dos Açores foi criada em 1895 quando Portugal era uma monarquia liberal. Portanto, esta bandeira tem esta cor exatamente porque a origem da autonomia dos Açores é uma origem monárquica.

Meus senhores, querem falar de símbolos, vamos falar de símbolos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Também gostava de dizer em relação a esta matéria que há regimes, como o Estado Novo, que nós bem conhecemos, em que existia uma utilização abusiva dos símbolos em relação a uma discussão do que deveria ser a noção e o projeto nacional, em que os símbolos se sobrepunham e eram absolutamente indiscutíveis.

É necessário que todos tenham a absoluta consciência que a soberania reside no povo e muitas vezes por alterações políticas, alterações de regime, por isso é que nós temos ao lado uma bandeira (reconheçam) muito menos bonita verde e vermelha ao lado da bandeira azul e branca, porque o regime se alterou e porque os símbolos que foram colocados são diferentes e a sensibilidade era diferente.

Nós vemos bandeiras de todos os países do mundo e de muitas regiões a alterarem-se constantemente de acordo com acontecimentos políticos e sociais que essas regiões e esses países conhecem ao longo da sua história.

Por isso, meus senhores, penso que temos de nos centrar naquela que é a matéria fundamental, que é promover o desenvolvimento do nosso povo e resguardar sempre a soberania popular, mesmo quando não concordamos com uma iniciativa qualquer.

É conhecido que existiu uma iniciativa popular nesse sentido que não recolheu o apoio. Não recolheu o apoio!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Isso não é verdade!

O Orador: Mas essa iniciativa e a democracia parlamentar dos Açores devem reconhecer o seguinte: deve reconhecer a todas as pessoas o direito de discutir inclusivamente a letra do hino e a cor da bandeira. Uma democracia plena não deixa de reconhecer aquilo que é fundamental, que é a liberdade.

Se sobrepõe os símbolos, se considera que aqueles símbolos são os símbolos sagrados e que não podem ser alterados, não podem ser alterados por potências estrangeiras, por países estrangeiros, por vontades externas. Não podem ser alterados! Mas podem ser alterados por quem detém a soberania popular e é o povo. A vontade do povo e a vontade dos representantes do povo. Se isso acontecer pode ser discutido, meus senhores. Pode ser discutido!

Portanto, nesse sentido gostava de dizer que reconheço a todos a possibilidade de se discutir e depois acatar a decisão da maioria legítima e democrática dos órgãos de governo próprio dos Açores.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É assim mesmo!

O Orador: Mas pode discutir-se, porque a soberania pertence ao povo.

Segunda questão: estou muito à vontade em relação a esta matéria do ponto de vista da identidade açoriana.

A proposta do PPM, por exemplo, que se ensine a história, geografia e a cultura dos Açores nas nossas escolas, que acho que é absolutamente fundamental, é uma das áreas onde nós vamos registar maiores avanços do ponto de vista da consciência dos açorianos enquanto povo, da consciência da singularidade da nossa evolução histórica. Essa questão é fundamental.

Devo dizer, como aqui já foi dito pelo Sr. Secretário da Educação, que em relação à divulgação do hino e à divulgação dos nossos símbolos, que essa divulgação já é feita nas nossas escolas e também já está contemplada por lei.

É esta a minha opinião e a opinião do meu partido sobre esta matéria.

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): O senhor não disse como é que ia votar!

Deputado Francisco César (*PS*): É a favor ou contra?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sr. Deputado José Andrade, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Comprovadamente estamos de acordo, pelo menos os republicanos estamos todos de acordo, e congratulamo-nos com a circunstância de ter sido atingido o objetivo desta iniciativa que gostaria aqui rapidamente de reafirmar.

O que pretendíamos e aquilo que o Parlamento acaba de aprovar com expressiva maioria era que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deliberasse incentivar, por iniciativa própria ou através do Governo, a divulgação generalizada do hino dos Açores em todos os estabelecimentos açorianos do ensino básico e do ensino secundário, designadamente através da sua aprendizagem e da sua interpretação pelos respetivos alunos em eventos escolares de dignidade apropriada, intensificando desta forma as diligências já desenvolvidas nesse sentido.

Quando, no decorrer do debate, o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura aqui confirmou (e bem!) que face à aprovação desta iniciativa o Governo havia de intensificar as iniciativas que já desencadeou, nós só nos podemos congratular com o facto do Parlamento ter dado um contributo, ainda que simbólico, como é próprio aliás do simbolismo do hino, para que os nossos

símbolos identitários sejam sempre e cada vez mais conhecidos, apreciados, respeitados e considerados pelas novas gerações da autonomia açoriana.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para uma declaração de voto muito rápida, para dizer ao Sr. Deputado que votei favoravelmente esta iniciativa do PSD, mas sem nenhuma simpatia pela República, não foi por ser republicano que votei esta iniciativa.

Portanto, não me incluo nos republicanos que estão todos de acordo nessa iniciativa.

Não tenho nenhuma simpatia pela primeira República, muito menos pela segunda e também pela terceira não tenho. Foram a desgraça deste país. Queria dizer que votei a substância não por ser republicano ou monárquico.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A abstenção do PPM tem a ver com aquilo que nós temos de reconhecer não em relação ao texto, que como já disse é em alguns aspetos importantes uma redundância, porque já está a ser feito, mas a iniciativa na sua génese tem um texto e tem uma história e da minha parte teria sido muito fácil ter votado a favor, com certeza, mas nós temos que ter a coragem política de conhecer o processo político e a sua intenção política.

A minha abstenção (que teria sido um voto contra; em relação ao texto original o PPM teria votado contra), ...

Deputado André Bradford (PS): Nós também!

O Orador: ... nesta matéria, tem a ver com a história deste processo e a finalidade neste processo ficou absolutamente demonstrada em relação àquele que era o texto inicial.

Portanto, não podia fazer de conta que aquilo não tinha acontecido e que o processo não foi aquele.

Tendo em conta estas questões, o PPM optou por abster-se.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente também para, em nome desta bancada, congratular-me com o larguíssimo consenso aliás que esta resolução mereceu.

De resto, a democracia é assim. Não obriga, felizmente, nem a consensos, nem a unanimidades. Eles vão-se fazendo em matérias essenciais, naturalmente pelo decorrer do tempo e pela consolidação daquilo que é essencial.

Penso que é importante nesta matéria, como noutras de igual importância, simbólica ou real, sublinharmos esse larguíssimo consenso.

De resto, penso que até na avareza de palavras com que o proponente e esta bancada também tentou falar para não afugentar ou dispersar o essencial isso ficou também patente.

Esta declaração de voto, aliás, serve para isso, porque se não existisse, se calhar, também em homenagem aos nossos velhos jornais regionais que tanto prezamos, teríamos que usar a figura de publicar uma declaração à laia um pouco daquelas que cada vez vemos menos “de que os maridos não se responsabilizam por dívidas dos ex-cônjuges”.

Felizmente, não é preciso. Temos aqui a declaração de voto e, portanto, cada um é naturalmente responsável por aquilo que disse. É, sobretudo, o largo consenso que gostava de sublinhar, porque as nossas divergências são fundamentais em democracia, mas exatamente devido a essa liberdade e a essa pluralidade os consensos sobre matérias essenciais também são de sublinhar e de aplaudir.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições para declarações de voto vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto sete da Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de agosto”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Para a apresentação do diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresenta mais uma vez um conjunto de propostas de alteração à adaptação à Região do Código dos Contratos Públicos de 2008, o qual visa impor rigor e transparência às obras públicas.

É bom lembrar que a limitação em 5% para a generalidade das obras públicas foi introduzida por um Governo do PS na República enquanto forma de disciplinar a relação entre Estado e entidades privadas. É assim difícil entender como o PS na Região optou por uma adaptação que, à época, transformou a exceção na regra.

Os açorianos e açorianas não podem continuar a assistir a um delapidar do erário público em obras suportadas em projetos inadequados, fontes de atraso e das famigeradas derrapagens orçamentais.

Estamos perante um quadro legislativo que deve ser entendido como defensor dos direitos do consumidor, neste caso Estado, e no caso vertente, a Região.

Portanto, não pode ser confundido com recurso para espalhar dinheiros públicos, para compensar empreiteiros que, para garantirem adjudicações, apresentam orçamentos baixos para a montante serem compensados através dos designados trabalhos a mais.

Há quem ainda acredite na perfeição da autorregulação dos mercados, mas nós, Bloco de Esquerda, queremos uma adaptação à Região do Código dos Contratos Públicos coprotetora dos interesses da Região, ao contrário de quem prefere ter uma Região tarefeira dos empreiteiros.

Este desbaratar de dinheiros públicos condiciona as políticas que deveriam contrariar os efeitos da crise socio económica que atravessamos.

As exigências técnicas, arquitetónicas e geomorfológicas, mesmo que específicas da nossa Região, não poderão ser a justificação para que tivéssemos adotado, relativamente ao Código dos Contratos Públicos, como regra, o limite de 25% em trabalhos a mais, como se toda a obra pública na Região fosse especial.

São inúmeros os exemplos de obras públicas que atestam e provam a inadequação desta adaptação à Região do Código dos Contratos Públicos com prejuízos para todos os açorianos e açorianas.

Sabemos que parte substancial do problema encontra-se na ausência e deficiência no planeamento e na fiscalização das obras públicas, mas a inoperância não deve ser premiada pela prática de margens de manobra exorbitantes, pois dessa forma estaremos a premiar a incompetência, a falta de planificação e a irresponsabilidade.

Consideramos que esta proposta está mais completa, porque além de continuar a impor um limite de 5% em trabalhos a mais para a generalidade das obras públicas, impõe critérios nas obras de valor superior a um milhão de euros, cujo projeto de execução deve ser objeto de prévia revisão por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração distinta do autor do mesmo.

Os trabalhos a mais também devem deixar de servir de pagamentos por conta de preços anormalmente baixos.

Em suma, estas são alterações que só serão temidas por quem tem algo a esconder ou a ganhar com as persistentes derrapagens orçamentais, assim como das obras com planeamento proforma.

Obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): Olhe quem anda noutro mundo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/X, da Iniciativa do BE, propõe a Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de agosto, que estabelece as regras especiais de contratação pública na RAA.

O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, aprovou o CCP, importante para o desenvolvimento socioeconómico do país, mas que desde logo se verificou desajustado da realidade regional e da necessária adaptação ao interesse regional, dentro dos limites impostos pelas Diretivas Comunitárias dos Contratos Públicos.

A adaptação à região teve por base a realidade geomorfológica do arquipélago, condicionante primeira nos projetos de obras públicas regionais, designadamente através do seu impacto na execução dos contratos e na avaliação de eventuais trabalhos a mais, especialmente em obras aeroportuárias, marítimo-portuárias e outras obras complexas do ponto de vista geotécnico.

A presente iniciativa do BE não é novidade, uma vez que em 2009 apresentou uma proposta semelhante, que na altura obteve parecer desfavorável da Comissão de Política Geral, e posteriormente em Plenário foi rejeitado com os votos contra do PS, PSD e CDS/PP, com os votos a favor dos restantes e na altura houve propostas de alteração do BE e do PPM.

No Artigo 1.º propõe propostas de alteração do artigo 23.º do DLR n.º 34/2008/A, regime de trabalho a mais, onde pretende a alteração da percentagem prevista na alínea b) de 25% para 5% e na alínea c) de 50% para 25%. Estas alterações, na opinião do PS, são desadequadas da realidade regional, muito restritivas, capazes de gerar efeitos negativos na execução dos contratos e aumentar os custos para o erário público.

Do regime proposto, no nosso entender, podem surgir efeitos negativos, como o atraso na execução das obras, dificuldades de conjugação de programas de diferentes empreiteiros na mesma obra, custos com indemnizações, aumento de

conflitos sobre a responsabilidade dos trabalhos e também sobre a garantia dos trabalhos em obra.

A proposta do BE, não tem em conta que o regime de trabalhos a mais na Região já é mais restritivo do aquele que se encontra previsto no CCP e na Diretiva relativa aos Contratos Públicos.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

Deputado Miguel Costa (PS): É bom lembrar isso!

O Orador: Ou seja, o Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, permite que os trabalhos a mais podem ir até 40% do preço contratual, independentemente da natureza ou tipo de obra, enquanto as Diretivas Comunitárias permitem ir até 50%.

A proposta em análise também não valoriza o conjunto integrado de procedimentos e mecanismos, previstos no CCP, com vista a garantir o controlo de custos na execução do contrato, como a revisão do projeto, a responsabilidade por erros e omissões, e a verificação do controlo da legalidade da formação e execução dos contratos pelo Tribunal de Contas, onde se incluiu a realização de trabalhos a mais.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Na recente auditoria 07/2013 do Tribunal de Contas, precisamente aos contratos adicionais das empreitadas públicas da RAA, apurou-se que em sessenta e oito contratos de empreitada visados pelo TC, celebrados entre junho de 2009 e dezembro de 2011, apenas doze (cerca de 17,6% do universo) registaram adicionais que no seu conjunto representaram um acréscimo global de despesa equivalente a 3,16% do volume financeiro inicialmente contratado.

Por um lado, verifica-se que não é regra existir trabalhos a mais, por outro, comprova-se que o valor médio em trabalhos a mais é muito inferior ao valor que o BE pretende passar para a opinião pública como sendo regra geral.

Deputados Berto Messias e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: No artigo 2.º, a proposta de adaptação do n.º 2 do artigo 43.º do CCP, nos termos preconizados pelo BE, no entender do PS, é desadequada

porque ignora que esta está condicionada à entrada em vigor do diploma que estabeleça o regime aplicável à revisão do projeto.

Deputado Rogério Veiros (PS): Isto não é a bancada do CDS. É mesmo para ser assim!

O Orador: Pretende assim atribuir a responsabilidade por incumprimento das obrigações de conceção do projeto apenas à entidade revisora, excluindo o autor do projeto. Por um lado não deve ser ignorada a responsabilidade da revisão do projeto, mas por outro também não pode ser ignorado os direitos de autor.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: No artigo 3.º, a proposta de adaptação da alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do CCP (regime do preço anormalmente baixo), consideramos que a proposta do BE é desadequada, uma vez que a alteração do limiar do preço anormalmente baixo de 40% para 10% reduz excessivamente a margem de apreciação, análise e decisão, e consideramos que esta alteração condiciona a prática de preços competitivos e consequentemente a celebração de contratos mais económicos para o erário público.

O Partido Socialista está consciente dos efeitos negativos associados à apresentação de propostas de preço anormalmente baixo, quer para a boa execução do contrato de empreitada, quer para mercado da construção, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... onde a degradação de preços e as práticas concorrenciais desleais podem conduzir à degradação do setor da construção com todos os prejuízos que daí advém.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Como podemos demonstrar anteriormente, as alterações propostas por esta iniciativa do BE são demasiado restritivas, acarretam riscos para o normal desenvolvimento das obras e que provocam sobrecustos para o erário público, ao contrário dos objetivos iniciais do BE. Voltamos a lembrar que o regime atualmente em vigor é mais restritivo do que o da República.

Demonstramos, de igual modo, que os trabalhos a mais não são regra na administração pública regional e não são responsáveis exclusivos do acréscimo de despesa nas obras públicas.

Por isso também estranhámos que no dia 21 de março o BE tenha dito que não há uma obra que não derrape nos Açores muito perto de 25%, quando nos sessenta e oito contratos analisados pelo TC não há um que se aproxime dos 25%.

Continuando, o PS considera importante garantir o maior rigor possível na execução das obras públicas, bem como em todas as fases dos procedimentos previstos pelo CCP, e consequentemente, preservar o mais possível a correspondência entre o procedimento adjudicatório e o contrato, mas ponderando os efeitos negativos que podem ocorrer de um regime rígido como aquele que o BE propõe.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: A necessidade de garantir o normal desenvolvimento dos trabalhos, a necessidade de garantir a paz contratual, a necessidade de evitar maiores custos para o erário público, são razões que continuam atuais e que nos levam, PS, a considerar a iniciativa do BE desadequada, não melhorando a realidade da contratação Pública Regional, muito pelo contrário, é potenciadora de mais custos para o erário público.

Por tudo isto, o Partido Socialista votará contra esta iniciativa de DLR.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Miguel Costa (PS): Mais explicado do que isto é impossível!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

De facto, chego à conclusão que o Sr. Deputado André Rodrigues não leu o mesmo relatório, ou os mesmos relatórios que eu tenho lido do Tribunal de Contas.

Deputado José San-Bento (PS): Leu!

O Orador: Tenho vários exemplos que demonstram exatamente o contrário. Vejamos só o que aconteceu à auditoria à empreitada de relvamento sintético do campo de futebol do complexo desportivo da Ribeira Grande: 21,931% de trabalhos a mais.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Já ouvimos essa cassette!

O Orador: Auditoria ao contrato adicional relativo à empreitada do pavimento com relva sintética e construção dos balneários, instalações sanitárias do campo de futebol da Maia, desvio de 24,49%.

Deputado Miguel Costa (PS): É da câmara municipal!

O Orador: Empreitada de execução do sistema de abastecimento da água à agropecuária no conselho de Vila do Porto, desvio de 73,9%.

Mas vamos a outros mais conhecidos, como por exemplo, o contrato de empreitada de construção da Escola Básica e Integrada de Ponta Garça, com uma derrapagem no valor de, ou na percentagem de 23,49%.

Podia continuar por aqui fora.

Deputado José Contente (PS): Não podia!

Deputado Francisco César (PS): Não podia! O problema é esse!

Deputado André Rodrigues (PS): Não continue!

O Orador: Aliás, até temos futuras derrapagens!

Temos por exemplo o caso do Parque de Exposições da ilha Terceira. Já temos valores bastante significativos de trabalhos a mais e ainda temos possíveis problemas de autos de medição que eventualmente poderão não corresponder à realidade da obra.

Mas temos vários casos, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Ou é, ou não é!

Deputado Miguel Costa (PS): Isso é uma síndrome do Bloco de Esquerda!

O Orador: ... temos vários casos de sintomas de projetos deficientes, de falta de planeamento.

Deputado Rogério Veiros (PS): O BE se tivesse mais votos, tinha mais deputados! Eventualmente!

O Orador: Temos casos, como por exemplo, da total ausência de planeamento, como foi o caso da construção de um polidesportivo em Água de Alto, no município da Vila Franca do Campo, em que o objeto do contrato ...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é um país diferente!

O Orador: É um país diferente, de facto!

... é feito depois da obra terminar. Não faz qualquer sentido!

Deputado Miguel Costa (PS): Faz, faz!

O Orador: Claro! Faz sempre todo o sentido!

Aliás, o PS está cada vez mais isolado nesta questão. É o único que não revê, na realidade, os problemas existentes, no que diz respeito às derrapagens orçamentais nas obras públicas.

Temos as obras que acabam quando têm de acabar e custarão aquilo que tiverem de custar, sempre. Essa é a regra na Região. Uma autêntica ausência de rigor.

Publicações na base, no famoso portal das Obras Públicas, que são publicadas um ano ou mesmo dois anos depois da celebração do contrato.

Temos aqui o caso da nova Biblioteca Municipal da Madalena, que também já tem um atraso, e além do atraso da execução a data de publicação na base ...

Deputados André Rodrigues e Lizuarte Machado (PS): Isso é da câmara!

O Orador: ... foi muito depois da data de celebração de contrato.

Não! As câmaras não respondem à adaptação à Região de Código dos Contratos Públicos, respondem a um código à parte de certeza!

Depois, temos o contrato para a empreitada de construção da primeira fase do Parque de Exposições da ilha Terceira em que nós temos a publicação na base, no tal portal das Obras Públicas, passados dois anos após a data de celebração de contrato e como todos nós sabemos é uma obra que está mais do que atrasada.

Aliás, o Governo Regional na resposta que deu ao Bloco de Esquerda muito recentemente, relativamente a esse atraso, está mais preocupado com a situação financeira da empresa a quem foi adjudicada a obra do que propriamente ao real interesse da Região.

Deputado André Bradford (PS): O senhor não está preocupado com os trabalhadores?!

O Orador: Não faz qualquer sentido!

Os trabalhadores nem recebem na maior parte das vezes. O problema é esse!

Deputado André Bradford (PS): Ai, não recebem?! Não é graças à sua iniciativa!

O Orador: Aliás, este problema de publicações na base em data muito posterior à celebração do contrato é também um sintoma de falta de transparência.

Vivemos uma situação cada vez mais caótica, que beneficia quem não cumpre, quem não tem rigor na elaboração dos projetos e quem recorre aos trabalhos a mais para compensar orçamentos demasiado baixos só para garantir uma adjudicação.

Se acha este regime tão normal, imagine o que seria querer construir uma casa, com todos os seus confortos, como por exemplo ali o Sr. Deputado José San-Bento é capaz de querer uma autêntica mansão, uma nova biblioteca para colocar lá todos os seus livros e depois no decorrer na obra (é claro que antes o empreiteiro dar-lhe-ia um orçamento, penso que as pessoas, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados devem ter o bom-senso de pedir sempre um orçamento antes da realização da obra) ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ó senhor, quem tem dinheiro para uma mansão quer lá saber do orçamento da obra!

O Orador: ... surgem imprevistos, como por exemplo, encontrarem, sei lá, alguma madeira que não era bem aquela que os Srs. Deputados queriam para o mobiliário da vossa biblioteca. Portanto, a partir daí o valor iria avolumar, avolumar, avolumar.

Chegando ao final da obra os Srs. Deputados e Deputadas achariam completamente normal que o orçamento que estava previsto ultrapassasse em 25% o custo real da obra.

Deputado Francisco César (PS): Conhece a casa do Deputado José San-Bento!

O Orador: Portanto, quando se trata dos nossos bolsos nós somos muito rigorosos, aqui para os Deputados e Deputadas do Partido Socialista. Não é?

Deputado André Bradford (PS): Isso é eventualmente!

O Orador: Nesses casos são muito rigorosos. Agora quando se trata do erário público, bem, aí o rigor não interessa.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E em Salva Terra de Magos, não?

O Orador: A nossa proposta traz também algo de inovador, não se fica pela limitação dos trabalhos a mais. Também tem a ver com o rigor na fase de planeamento, coisa que não tem havido. Não sei qual é que é o problema dos Srs. Deputados e Deputadas do Partido Socialista em, pelo menos, verem algum mérito nesta proposta de alteração do Bloco de Esquerda, já que é consensual que o grande problema das obras públicas nos Açores tem a ver com a ausência ou deficiência na fase de projeção.

Deputado Francisco César (PS): Ausência de projetos?!

O Orador: Não estou a ver por que é que uma entidade exterior não possa contribuir de alguma forma para impor rigor aos orçamentos que são feitos na Região.

Quero lembrar que a tal derrapagem, a derrapagem da escola da Ponta Garça que já agora teria dado, quem sabe, para melhorar o Complemento Regional de Pensão, nessa obra foi feita de facto a revisão do projeto, mas por alguma razão ninguém quis saber da revisão do projeto.

Resultado: uma derrapagem e bem acentuada.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre este Projeto de Decreto Legislativo Regional agora em debate devemos dizer que em primeira análise qualquer que seja a derrapagem é sempre um problema, porque trata-se de gerir mal o dinheiro que é de todos nós.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Miguel Costa (PS): Não é!

O Orador: E se há imprevistos que a nossa natureza pode trazer no decorrer de uma obra, a incompetência e a impreparação não podem ser a natureza da gestão dos dinheiros públicos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Um euro mal gasto numa obra por impreparação, descuido ou ligeireza faz sempre falta noutra e, sobretudo, nas políticas de apoio à família. Isto para dizer que deve servir este diploma para introduzir uma maior moralização, transparência e rigor na gestão pública, mas nunca para desresponsabilizar quem tem a obrigatoriedade de contratar, acompanhar e elaborar projetos, sobretudo contribuir para a desvalorização técnica na administração pública.

Nunca podemos atuar nas consequências sem nos preocuparmos com as causas. A pouca valorização dos projetos, a permissividade do sistema confundindo-se situações que justificam uma ação nas causas como uma inevitabilidade, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Já falaram com os vossos Presidentes de Câmara?

O Orador: ... a falta de acompanhamento de projetos por parte dos donos da obra e a sua validação para concurso após revisão, uma cultura de desenvolvimento de processo produtivo de forma desadequada dos objetivos e da atual realidade, não podem fazer dos trabalhos a mais um instrumento de utilização sistemática e sem outro condicionamento que não o simples limite qualitativo.

Por outro lado, temos que ter a consciência de que devido ao peso que as obras públicas têm no setor da construção civil nos Açores, sabemos que a administração pública faz o mercado e tem que ter outra responsabilidade nos critérios de concurso como refere o parecer da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores: “o setor da construção civil na Região está destruído pela programação que se fez ou que não se fez”.

Com isto não quer o PSD/Açores apontar o dedo a ninguém, apenas apontar as fragilidades do sistema. Nem todos são maus profissionais, como é óbvio!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se a tudo isto juntarmos a exagerada, contínua e prolongada tendência da maior parte dos donos da obra em fixar preços de projetos, fiscalização e obras demasiado baixos, levando à exaustão financeira e também à falência de muitas empresas, o fundamental e mais importante é a necessidade dos donos da obra adotarem preços base honestos, isto é, que permitam no sistema legal alguma margem de lucro. Muitas vezes isto não tem sido assegurado minimamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sem preços de base reais só se está a contribuir para se inviabilizar as empresas do setor.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os dinheiros públicos devem ser geridos com rigor e transparência, para que os contribuintes não tenham quaisquer dúvidas sobre como o dinheiro dos seus impostos é gasto em obras públicas.

O facto de constantemente ouvirmos falar em derrapagens, leva a uma certa desconfiança para uma Governação que se quer séria.

O facto de sermos exigentes e rigorosos connosco e com aqueles com quem colaboramos leva a que a margem de erro diminua em qualquer que seja a situação ou projeto em que nos envolvamos.

Infelizmente, a culpa morre sempre solteira, ninguém quer ficar com ela. O pior é que quem tem a maior quota-parte da responsabilidade, lança o manto da desculpabilização e reparte a culpas por todo.

Os projetistas não querem ser culpados até porque os seus projetos passam por diversas entidades que deveriam denunciar os erros que lá possam constar, e esses erros passam sem que ninguém dê por eles.

Os empreiteiros também não querem ser os responsáveis porque apenas estão a cumprir com o que está no projeto.

Por fim, o membro do Governo responsável por esta matéria fala em “responsabilidade solidária”.

Mais uma vez, sacode-se a água do capote para não se beliscar ninguém.

A linha ideológica do CDS-PP é por todos conhecida; não somos fundamentalistas, pelo que não exigimos 0% de derrapagens financeiras nas obras públicas, mas entendemos que, a bem do rigor e da transparência que é exigida a quem lida com os dinheiros de todos nós, não se deve tornar em regra o que está concedido às exceções.

O que consta é que não há obra que não derrape, ora por erros e omissões, ora por imprevistos. O que pretendemos é que estas derrapagens a ocorrerem não se transformem no objetivo primordial das empresas, já que a legislação em vigor permite ultrapassar o valor inicial da obra em 25%, ou seja, $\frac{1}{4}$ do valor contratual.

Consideramos que se o valor base com que a obra é lançada a concurso for apurado de forma realista e se o valor considerado anormalmente baixo for adequado, por forma a que não existam propostas Kamikaze, muitas vezes apresentadas por empresas cuja situação financeira está fragilizada e que cometem autênticos “suicídios” na esperança de recuperar o lucro nas derrapagens, julgamos que é possível evitar-se essas mesmas derrapagens.

Há propostas – como é do conhecimento de todos – com valores que muitas vezes mal cobrem os custos decorrentes da obra, tentando compensar esse baixo valor com os 25% disponíveis para “derrapar”.

Não nos podemos esquecer que o projeto apresentado a concurso deve conter as informações necessárias, para que os possíveis candidatos possam elaborar um orçamento adequado à obra que vão executar.

Em suma, o CDS-PP pretende ver reduzida uma eventual atratividade das derrapagens orçamentais. No entanto, entendemos que uma margem tão apertada, como a proposta pelo BE, pode não ser a mais realista.

Porém, entendemos, por outro lado, que não se deve continuar a “esbanjar” mais 25% do preço contratual em derrapagens, permitindo que o que deveriam ser exceções continuem a constituir regra.

Assim, consideramos aceitáveis as alterações propostas pelo PSD, uma vez que vão de encontro à nossa posição sobre esta matéria.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As propostas de alteração do Grupo Parlamentar do PSD demonstram pelo menos a vontade de mudar, a vontade de impor algum rigor. Podemos não estar completamente consonantes com a margem de 10%, o que nos interessava eram os 5%, mas a abertura por parte do Grupo Parlamentar do PSD demonstra já alguma vontade e, por isso, não teremos quaisquer problemas em votar favoravelmente a proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PSD.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor acredita?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Ao que isto havia de chegar! Volta Zuraida, estás perdoada!

O Orador: Agora, o que acontece neste momento é que o Grupo Parlamentar do PS é o único, fica isolado, portanto, não quer mudar a situação atual, quer manter tudo tal e qual como está e vai continuar a alimentar certos interesses com uma margem de trabalhos a mais de 25%.

Aliás, até tem demonstrado alguma intenção de, em vez de 25%, quem sabe chegar aos 50, aos 60 e aos 70. Assim, nunca haverá derrapagens, isso é garantido!

Deputado Bruno Belo (PSD): Assim, ficam com os prejuízos!

O Orador: Se colocarem a margem de trabalhos a mais até 100, 120%, bem, só se as obras derraparem até aos 200%. Portanto, aumentando a margem, claro que resolvem o problema das derrapagens, porque passa a não haver. Portanto, querem manter tudo tal e qual como está, ou então quem sabe agravar para poder continuar a alimentar os interesses do costume.

Obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isto já foi abordado pelo PSD. Já foi!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Código de Contratos Públicos é essencial às atividades quer do setor público, quer do setor privado e está intimamente relacionado com o desenvolvimento económico e social do todo nacional, pelo que nós devemos atuar naquilo que é específico da Região, em que o Código não responde ou que efetivamente não corresponde ao interesse da própria Região e essa atuação deve ser efetuada dentro daquilo que são os limites impostos pelas diretivas comunitárias.

Em relação à proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, relativa ao artigo 23.º do regime de trabalhos a mais, em primeiro lugar, Sr. Deputado, convém saber o que são trabalhos a mais e de acordo com o CCP, no n.º 1, do artigo 370.º, os trabalhos a mais são definidos e têm de obedecer a todos os requisitos seguintes, todos: “a sua espécie ou quantidade não tenha sido prevista no contrato; digam respeito à execução da mesma obra; se tenham tornado necessários na sequência de uma circunstância imprevista; não possam ser técnica ou economicamente separáveis do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra; ou embora separáveis sejam estritamente necessários à conclusão da obra contratada.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vou descobrir uma citação de um ex-membro do Governo que falava sobre trabalhos a mais antes do trabalho começar, que agora é deputado!

(Aparte inaudível do Deputado José Contente)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se denuncie!

O Orador: Sr. Deputado, com esta definição de trabalhos a mais eles estão perfeitamente balizados e não é por se dizer uma inverdade muitas vezes que ela se torna uma verdade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essa parte é verdade!

O Orador: Efetivamente hoje os trabalhos a mais são uma falsa questão na realidade das obras públicas na Região. Como já foi aqui referido, foi devidamente aferido por uma auditoria do Tribunal de Contas e esta proposta, que é uma cópia da proposta que o Bloco de Esquerda já apresentou em 2009 e que curiosamente foi rejeitada também com os votos do PSD e do CDS-PP, ...

Deputado André Bradford (PS): Era outro PSD!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As coisas mudam!

O Orador: ... ignora alterações que aconteceram no Código de Contratos Públicos a nível nacional.

Efetivamente, o Código de Contratos Públicos a nível nacional tinha uma restrição de trabalhos a mais para 5% que entretanto foi alterada para 40%. A diretiva comunitária refere que os trabalhos a mais podem ir até 50%.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Oh!

O Orador: Na Região nós temos o limite de 25%, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Metade!

O Orador: ... muito mais restritivo do que aquilo que se passa na República, muito mais restritivo do que aquilo que a Europa impõe nas diretivas comunitárias.

Mas, Sr. Deputado, esta proposta tem um efeito certamente contrário àquele que o Sr. Deputado pretendia, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque aquilo que se vai verificar aqui, com este tipo de restrição e partindo do pressuposto que temos obras que efetivamente ultrapassam os 5% de trabalhos a mais, é que isto vai levar a sobrecustos na realização da obra, porque vai implicar haver novos processos concursais para esses trabalhos a mais, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe a escola de São Carlos!

O Orador: ... vai implicar o desenvolvimento dos trabalhos das empreitadas, podendo levar, inclusivamente, à sua suspensão e a ter que pagar indemnizações aos seus empreiteiros que as estão a realizar, e vai ainda trazer uma outra agravante, que é depois a da capacidade de responsabilizar ou uma entidade, ou outra, pela execução, ou por eventuais anomalias na execução desta obra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Secretário não está a descrever o processo da construção da Biblioteca de Angra, pois não?

O Orador: Portanto, e como foi dito, há aqui questões que têm a ver com dificuldades de conjugação de trabalhos na mesma obra. Esta proposta ignora os outros mecanismos de controlo que existem para as obras públicas, nomeadamente a questão da revisão do projeto e a responsabilidade por erros e omissões.

Não nos podemos esquecer que qualquer contrato de trabalhos a mais é sujeito à fiscalização do próprio Tribunal de Contas.

Em relação ao n.º 2, do artigo 43.º, há aqui um conjunto de equívocos, Sr. Deputado, logo à partida porque esta proposta ignora que a produção de efeitos deste n.º 2, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe a biblioteca! Ainda não está pronta e já tem trabalhos a mais!

O Orador: ... na redação dada pelo Decreto-lei n.º 149/2012, está condicionada à entrada em vigor do diploma que estabelece o regime aplicável à revisão do projeto.

Além disso, há mais um equívoco, ao se colocar como limiar um milhão de euros, Sr. Deputado, quando o próprio artigo, o n.º 2, deste mesmo artigo, impõe que a revisão do projeto deve estabelecer para todas as empreitadas que estão em alvará de classe 3, ou seja, todas as empreitadas com valor maior ou igual a 664 mil euros. Esta é claramente uma situação que não se enquadra e que tem um lapso na proposta apresentada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema são os trabalhos a mais!

Deputado José Contente (PS): Não é um problema, é uma falha!

O Orador: Por outro lado, há aqui uma outra situação, que já foi aqui referida, e que tem a ver com a revisão do projeto e imputar responsabilidade exclusivamente à entidade que faz a revisão do projeto.

Isto é uma situação que está a ser alvo de uma grande discussão a nível nacional, porque há aqui (como também já foi dito) responsabilidades do próprio autor do projeto, há direitos do autor do projeto, a entidade revisora só pode efetuar alterações se o autor permitir que as mesmas sejam feitas, portanto, não faz sentido que a responsabilidade seja imputada exclusivamente à entidade revisora, mas faz sim sentido olhar numa perspetiva de partilha de responsabilidade entre todos os intervenientes e que eles próprios causaram efeitos nefastos para aquilo que é o bem público.

Em relação à redução do limiar do preço anormalmente baixo para o valor de 40%, ou melhor, para 10% do valor em relação ao valor base.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema são as obras que não estão acabadas, mas já têm trabalhos a mais!

O Orador: Esta é uma redução totalmente excessiva e despropositada, até porque hoje o Código de Contratação Pública não impede que qualquer dono de obra possa colocar um valor do limiar do preço anormalmente baixo, mais restritivo do que os 40%. Isto permite sim que o dono da obra faça uma gestão do lançamento da obra no sentido também de promover a concorrência e inclusivamente fomentar que se venha a obter valores mais baixos em termos da concretização destas obras, permitindo-se assim que o erário público tenha vantagens com as mesmas.

Há aqui a notar, também como já disse, que esta é uma proposta decalcada da proposta de 2009.

É curioso que em 2008 o Código de Contratação Pública para a Região, com os 25% de limite para trabalhos a mais, foi aprovado por unanimidade nesta Casa ...

Deputado Miguel Costa (PS): E bem!

O Orador: ... e a alteração que foi efetuada posteriormente foi aprovada também por maioria, com os votos contra do Bloco de Esquerda e do PCP.

Em suma, Srs. Deputados, estamos perante uma proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda que efetivamente não tem trabalhos a mais, mas que tem muitos erros e muitas omissões.

Quanto à alteração à proposta apresentada pelo PSD, Srs. Deputados, essa tem claramente trabalho a menos e demagogia a mais.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ...

Vou deixar o Sr. Deputado João Bruto da Costa ...

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Artur Lima possa fazer a sua intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora tem razão!

O Orador: Sempre que eu falo, V. Exa. fala! Compreendo, fico lisonjeado com o seu entusiasmo!

Sr. Secretário Regional, aqui esta proposta, acho que nos tempos que correm nós temos que estar atentos ao bom uso e à utilização dos dinheiros públicos, como eles são utilizados e todas as medidas que visem uma utilização rigorosa, um controlo desse dinheiro. É absolutamente necessário!

Já percebi que o Sr. Secretário há bocado não percebia nada de aviões, mas de obras públicas o senhor percebe, porque aí foi bastante claro. Há obras que precisam de uns trabalhos a mais para ficarem prontas, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Foi tirar o brilhantismo ali à Sra. Deputada!

Deputado Francisco Coelho (PS): Exatamente!

O Orador: ... o problema, Sr. Secretário, é quando a obra não está pronta, não se vislumbra quando é que fica pronta, não se sabe depois de três adjudicações, a obra ainda não está pronta e já tem mais de um milhão de euros de trabalhos a mais.

Quero saber se o senhor acha isto normal.

Isto é o caso da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo.

O senhor acha bem, acha normal, que a obra ainda não esteja pronta e já tenha 1.2 milhões de euros de trabalhos a mais?

Quer explicar-me isso? Porque eu não consigo perceber, mas como já percebi que o senhor é *expert* em obras públicas vai naturalmente explicar-me como é que uma obra que não está pronta ... Vai explicar também se não é necessário controlar este tipo de abuso e de mau uso de dinheiros públicos. É só essa questão que quero fazer-lhe.

Para as obras acabadas é necessário haver controlo, e para as inacabadas, Sr. Secretário, como é que fazemos?

Quem é que é responsável por aquele dinheiro?

Quem é que nós vamos responsabilizar?

A questão é tão simplesmente esta e o senhor naturalmente vai esclarecer a da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo. Ao fim de três adjudicações e 1.2 milhões de euros de obras a mais como é que isto ainda não se controla, não se fiscaliza, não se responsabiliza?

A questão é esta.

O Sr. Vice-Presidente também, naturalmente, pode esclarecer alguma coisa sobre essa matéria.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Foi tirar o brilhantismo ali à Sra. Deputada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aqui, não há dessas coisas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista reafirma que importa garantir o maior rigor possível na execução de obras públicas, bem como em todas as suas fases de procedimento e esta proposta do Bloco de Esquerda simplesmente quer passar para a opinião pública que mudar a percentagem dos trabalhos a mais resolve o problema todo e todas as questões que levantou aí, muitas delas não têm nada a ver com os trabalhos a mais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso mudar o Governo, também é verdade! Mudar o Governo e essa bancada!

Deputado Francisco Coelho (PS): Para isso vai ter que mudar os eleitores!

O Orador: Acusa o Governo de falta de planeamento. Por algum motivo este Governo Regional lançou a Carta das Obras Públicas, para permitir que haja uma programação e planeamento de todas as futuras obras públicas na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Também criou o catálogo dos materiais endógenos, catálogo esse que impõe que em todos os cadernos de encargos todos os projetos a serem realizados na Região tenham que ter os materiais produzidos e transformados na Região.

Mais uma medida de apoio ao rigor e à transparência.

Depois de todas estas medidas, também a montante na fase de programa base e de projeto, nós consideramos que está em vigor na Região Autónoma dos Açores um modelo de contratação público adequado para a Região em que vivemos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional do Turismo e Transportes)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário do Turismo e Transportes:

Sr. Deputado André Rodrigues, realmente todos nós temos praticamente a certeza que mudar as percentagens não torna o Governo mais eficiente. Isso é uma verdade! E muito menos mais competente.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é que disse isso há bocado!

O Orador: Nós sabemos perfeitamente que o Governo vai continuar a não fazer uma análise dos desvios. Nós sabemos que o Governo vai continuar a não ser eficiente em avaliar as tais derrapagens.

Deputado José Contente (PS): E os 40% do Governo da República? Como é que se encaixa nesse diploma?

O Orador: E mais do que isso! Há pedacinho falava em 3,16% na média das derrapagens ou dos trabalhos a mais que foram auditados.

Deputado André Rodrigues (PS): Os adicionais!

O Orador: Qual é o problema então do Partido Socialista aprovar a proposta do Bloco de Esquerda com as alterações do PSD?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: As percentagens são 10%, estão perfeitamente enquadráveis na média das derrapagens. Perfeitamente enquadráveis!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, convido o Partido Socialista a também dar um contributo e mostrar vontade em querer melhorar, em querer aperfeiçoar o sistema.

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, não consigo resistir e tenho que citá-lo: “Se não fomos nós a provocar o descalabro das contas públicas, porque temos nós de pagá-las?”

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

Deputados Bruno Belo e Luís Garcia (PSD): O especialista em derrapagens!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é bem em derrapagens, é mais em *slides!*

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para esclarecer uma questão que ficou aqui no ar.

Queria começar por dizer ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda que nós rejeitamos integralmente as acusações e as generalizações que o senhor faz sobre a falta de rigor de dinheiros públicos pela parte do Governo e do PS.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é absolutamente falso e o senhor não pode (e tem de aprender isso, permita-me que lhe diga) vir aqui proferir acusações e afirmações que não consegue provar.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor confunde a exceção com a regra, fazendo uma generalização que é absolutamente falsa.

Para ver se nos entendemos (não vou entrar aqui em grandes pormenores, porque quer o Sr. Secretário, quer o meu colega já referiram), não posso deixar de referir a auditoria que o Tribunal de Contas efetuou a sessenta e oito contratos públicos nos Açores e detetou apenas doze casos, ou seja, 17%, em que existiram trabalhos a mais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ou seja 20%!

Deputados Bruno Belo e João Bruto da Costa (PSD): Acha pouco?

O Orador: Esses trabalhos a mais representaram um acréscimo de apenas 3,6% de despesa.

Portanto, uma situação perfeitamente normal, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quantos milhões?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a Escola de Ponta Garça?

O Orador: ... muito longe daquilo que se procurou aqui dizer.

O que é também importante referir, para além daquilo que já foi dito, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as Portas do Mar? E a Escola de Ponta Garça?

Deputado André Bradford (PS): Não sei. Não sou do Tribunal de Contas!

O Orador: ... é que esta proposta que neste momento está em vigor nos Açores é muito mais restritiva do que aquilo que é permitido na Europa, que são trabalhos a mais até 50%, e muito mais rigorosa do que aquilo que está em vigor a nível nacional que, como foi muito bem dito pelos colegas, é de 40%.

O senhor faz uma pergunta: por que é que nós não alteramos o regime em vigor?

Porque o regime em vigor é um bom regime e é um regime equilibrado que concilia uma gestão rigorosa das finanças públicas com a flexibilidade que nós temos que ter para poder terminar e gerir as obras nas devidas condições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Contente, esteve a dar alguma aula hoje, ou não?

O Orador: Isto também se aplica àquilo que disse o Sr. Deputado Bruno Belo, que deveria fazer esta proposta ao seu Governo da República, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já cá faltava!

O Orador: ... que defende trabalhos a mais de 40%. Portanto, o senhor faça uma anteproposta de lei que isso poderá ser ponderado pelo PS e será certamente um grande contributo que o senhor dará para a governação do país.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Que vergonha!

O Orador: Permita-me que lhe diga, Sr. Deputado, é preciso também ter algum limite e esta tendência irresistível do PSD em alinhar na mais diferente demagogia fica-lhe mal. Aliás, é um registo que particularmente da sua parte não estávamos habituados.

Mas o que interessa aqui referir, queria só apontar mais um aspeto que para nós é muito importante, é que esta proposta, Sr. Deputado Paulo Mendes, para o

Partido Socialista, tem um mérito. Ela é absolutamente reveladora sobre a natureza do Bloco de Esquerda. Sob um discurso sedutor e insinuante quase sempre o Bloco de Esquerda apresenta propostas inexequíveis, demagógicas, erradas.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Este é um exemplo de uma proposta que, apesar de falhar por completo como provámos aqui no diagnóstico, não deixa de apresentar um conjunto de propostas que uma pessoa que não esteja devidamente a acompanhar o debate e minimamente por dentro do assunto, pode achar que é de facto a solução para o problema, mas acontece que não é e como ficou provado a sua proposta a ser implementada iria representar mais custos, mais morosidade e mais despesa pública. Por isso, a proposta do Bloco de Esquerda é politicamente demagógica, tecnicamente errada e financeiramente desastrosa. Por isso mesmo merece um absoluto chumbo da parte do PS.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional do Turismo e Transportes)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado José San-Bento.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, que alívio, não é?

Finalmente aquela famigerada margem de 5% da responsabilidade do governo de Sócrates e do ministro da altura, Mário Lino, foi alterada e por quem?

Pelo governo do PSD e do CDS-PP.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Francisco Coelho (PS): O CDS e o PSD passaram para 40%!

O Orador: Portanto, para si é um alívio. Já não tem que andar aqui a explicar a incoerência de ter 5% na República e 25% na Região como regra.

Deputado José San-Bento (PS): Não há incoerência nenhuma!

O Orador: Portanto, isso é um alívio como nunca vi!

Quanto ali à declaração final do Sr. Deputado André Rodrigues.

A questão não é saber se este código é adequado à Região. É muito mais do que isso! É saber se este código é adequado aos bolsos dos açorianos e açorianas.

Isso sim!

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, o PSD/Açores não tem problema nenhum em tomar decisões diferentes daquelas que foram tomadas na República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Já demonstrou isso por várias vezes.

Não é novidade para si que o PSD/Açores tome as suas decisões a pensar nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não posso deixar de registar também que V. Exa. por diversas vezes elogiou o trabalho de auditoria que foi efetuado pelo Tribunal de Contas aos processos que foram auditados, no entanto, gostava que o senhor explicasse-me o porquê de se ter oposto a que esta mesma instituição fosse ouvida no âmbito da comissão ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora!

O Orador: ... e foi o Partido Socialista que se opôs a que o Tribunal de Contas fosse ouvido por mais do que uma vez.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Hipocrisia!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, gostava que explicasse-me e reiterava a pergunta que fiz há pedacinho: qual é o problema do Partido Socialista em votar

esta proposta se o limite dos trabalhos a mais e a média dos trabalhos a mais está perfeitamente dentro daquilo que é proposto?

Ainda não me conseguiram responder a isso também.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Bem, Sr. Deputado Paulo Mendes, não há nenhuma incoerência da parte do Partido Socialista e nós estamos aliviados, de consciência absolutamente tranquila e, portanto, não há em relação a isso o mínimo problema da nossa parte.

Aquilo que existiu na altura e nós explicámos ... Aliás, convido-o, não sei se o fez, mas se o fez não se lembra, a reler os termos do debate e o próprio relatório da comissão da proposta de 2009, em que é perfeitamente claro, na altura, do atual Deputado José Contente, em que é feita uma explicação com sustentação técnica sobre as condições especiais geomorfológicas dos Açores que recomendavam uma percentagem de trabalhos a mais menos restritiva.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a Biblioteca de Angra?

O Orador: Portanto, da nossa parte não houve incoerência nenhuma. Tivemos uma posição absolutamente clara que preservava o rigor da gestão pública com base em estudos científicos e na opinião de especialistas que inclusivamente estiveram na comissão.

Portanto, nenhuma incoerência.

Quanto àquilo que diz o Sr. Deputado Bruno Belo, obviamente nós não temos problema nenhum. Aliás, o que foi dito sobre isso foi o entendimento do Partido Socialista. A nossa posição é que o Tribunal de Contas deve ser ouvido por esta Assembleia a propósito do parecer que damos para a sua lei orgânica e obviamente das contas da Região. É essa a nossa postura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tem problema nenhum! Não quer, não tem problema nenhuma!

O Orador: Foi isso que foi dito à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda e é bom também que se diga, Sr. Deputado, não se esqueça, que tive a oportunidade de referir, e o meu colega Manuel Pereira também, que sobre esta questão dos contratos era perfeitamente possível a qualquer força política, através do estudo de relatórios do Tribunal de Contas, ter um acervo vastíssimo sobre a própria posição do Tribunal de Contas sobre esta matéria.

Portanto, nós nunca considerámos que a nossa opinião e o chumbo dessa diligência (até porque na altura se impunha uma urgência para esse diploma subir a plenário em abril, coisa que não aconteceu), nós nunca entendemos isso de forma alguma como um bloqueio ao trabalho dos deputados da comissão. De forma alguma!

Aliás, repito, nós chamámos a atenção que, fazendo um trabalho que certamente seria moroso e exaustivo, mas não deixava de ser um trabalho perfeitamente ao alcance de qualquer força política, era possível compreender e, enfim, ficar por dentro ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já está enrolado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A língua está a ficar enrolada!

O Orador: Não estou enrolado de forma nenhuma!

... daquilo que era a opinião do Tribunal de Contas sobre os trabalhos a mais.

Portanto, esta é uma polémica perfeitamente estéril do nosso ponto de vista.

Muito obrigado.

Deputados Francisco César e Miguel Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga qualquer coisa sobre a Biblioteca Pública de Angra!

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas referir que uma das prioridades do Governo dos Açores tem sido um controle muito forte na execução e em tudo o que envolve a gestão do bem público.

A este propósito eu próprio solicitei um levantamento de um conjunto de obras que foram efetuadas a partir de 1 janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013

...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as outras?

O Orador: ... (que é precisamente o período onde terminou o relatório do Tribunal de Contas) e aquilo que se verifica nestas vinte e duas obras que têm um montante global de valor de adjudicação de 72 milhões de euros, em termos de trabalhos a mais, é que os mesmos tiveram uma variação negativa de 1.54%, ou seja, em vez de termos um sobrecusto com o erário público, tivemos foi uma poupança para o erário público de 1 milhão e 104 mil euros.

Deputado Bruno Belo (PSD): Ainda vai receber dinheiro!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, está bem patente que esta é uma falsa questão, esta é uma questão que em nada contribui para o desenvolvimento da Região e esta é uma questão que curiosamente o PSD e o CDS-PP na República passam de cinco para quarenta numa perspetiva de dinamizar o próprio mercado e as obras públicas terem uma fluência maior e na Região querem impor uma política mais restritiva, que todos nós sabemos vai dificultar o desenrolar das obras e que vai acarretar mais encargos para o erário público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a Biblioteca de Angra?

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, o que eu disse, mantenho, e o rigor é algo que me acompanha desde a minha vida profissional e estará sempre comigo também na vida política.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Biblioteca de Angra está incluída nessas obras?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga qualquer coisa sobre a Biblioteca Pública de Angra!

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Secretário, uma questão muito simples e muito rápida.

Dessas suas declarações que proferiu agora deduzo que o exemplo da Biblioteca de Angra é um exemplo para seguir. É um exemplo para nós proliferarmos pela Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora!

Deputado José Contente (PS): Têm uma porta deste tamanho e olham apenas para um!

O Orador: Para além da obra em si, do tempo do prazo da obra, do valor da obra, acho que a melhor referência que o senhor podia utilizar aqui para justificar as derrapagens, ou as ausências delas, era realmente a Biblioteca de Angra.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco Coelho (PS): Em vez de falarem apenas sobre essa obra, porque não faz uma exposição ao Governo?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não me digam que o Sr. Deputado Francisco Coelho não está contente com aquela obra!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo, penso que podemos passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tendo sido rejeitado na generalidade, vamos avançar com a nossa Agenda.

Sr. Deputado Duarte Freitas, pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para pedir um intervalo regimental, Sra. Presidente, de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17 horas e 20 minutos.

(Eram 16 horas e 51 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que reocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 26 minutos)

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Entramos no ponto nove da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução n.º 7/X – “Serviço público de rádio e televisão nos Açores”**, apresentada pelo Governo Regional.

Esta matéria rege-se pelos artigos 146.º e 147.º do Regimento e para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência que é pedida para a análise e votação desta Proposta de Resolução por parte desta Assembleia prende-se com o facto de estar a decorrer neste momento um período de análise em que o Governo da República, pela voz do Sr. Ministro Poiães Maduro, apresentou à Região uma proposta relativamente ao serviço público de rádio e televisão.

Nós entendemos, na sequência daquilo que tem sido a ação e a atuação do Governo Regional relativamente a esta matéria, que há toda a conveniência em termos uma posição regional sobre essa matéria.

Pomos à consideração da câmara esta Proposta de Resolução que em nossa opinião naturalmente consubstancia aquilo que é o núcleo crítico, digamos assim, o denominador comum na nossa análise que poderá ser conseguido nos elementos, ou nos limites, ou nos princípios estruturantes da negociação que se seguirá.

O facto é que este é o único plenário que se realiza no termo do prazo que foi fixado pelo Governo de apresentação de uma contraproposta ao Governo da República sobre essa matéria. Estamos interessados em ter esta posição regional e naturalmente que a urgência deriva daí.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem o Bloco de Esquerda sobre a problemática da RTP Açores uma posição assumida, a qual radica, na nossa opinião, em pressupostos sólidos.

O serviço público de rádio e televisão é uma necessidade do estado de direito democrático ...

Presidente: Esta fase do debate é apenas para que cada um dos grupos e representações parlamentares possam, querendo, concordar ou não com a urgência.

Deduzo assim que não havendo inscrições, vamos então votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido então aprovada a urgência, dou novamente a palavra ao Sr. Presidente do Governo para apresentar esta Proposta de Resolução.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Governo apresenta a esta câmara e que coloca à consideração da mesma para a sua votação e a sua análise, ou para a sua análise e sua votação, é em primeiro lugar um ato que é tributário da postura que o Governo Regional tem assumido neste processo de busca do consenso, de busca de uma posição regional que julgamos dever ser prosseguida, dever ser tentada e dever de haver um esforço concreto na sua consensualização e na forma como a Região se apresenta perante o Governo da República no tratamento da questão do serviço público de rádio e televisão, aqui, nos Açores.

A proposta é apresentada e visa fundamentalmente tornar patentes aqueles que são os aspetos, independentemente da posição nos seus aspetos mais concretos, que julgamos poder ser entendidos como o denominador comum das posições de todos os partidos políticos em relação a esta questão do serviço público de rádio e televisão.

É esse o nosso esforço e é essa a nossa intenção de forma a que o trabalho que agora se desencadeará a partir desta questão possa contar também, neste momento e nesta fase, com uma pronúncia efetiva da Assembleia Legislativa da Região.

Nós valoramos como positiva a abertura demonstrada pelo Governo da República, pelo Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, o Dr. Poiães Maduro, relativamente a esta questão.

Valoramos também como positivas as declarações que os vários partidos com assento parlamentar têm proferido quanto à busca de um consenso e à busca de um denominador comum à volta desta questão.

O Governo naturalmente que não ficará imóvel na hipótese que queremos acreditar ser remota de não aprovação, ou de não aprovação consensual, de uma Proposta de Resolução sobre esta matéria, mas julgamos que é importante para este processo, para a posição que os Açores têm a defender nesta matéria, que possamos juntar as vozes de todos na defesa do serviço público de rádio e televisão, aqui, nos Açores.

É esta forma, é este objetivo também que leva a que o Governo apresente esta Proposta de Resolução e que o Governo coloque, suscite neste plenário a discussão sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Estão agora então abertas as inscrições para o debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Começou V. Exa. por falar em consensos e pediu V. Exa. contributos para este assunto e para esta questão que nos preocupa a todos e que acho que nos devia unir a todos.

Correspondemos ao apelo que fez de mandarmos o nosso contributo (modesto, com certeza!) até dia 5 de maio e também fizemos um esforço de tentar, enfim, consensualizar, conforme falámos, sobre esta proposta.

O problema, Sr. Presidente, é que da análise cuidadosa que fizemos disto não podemos ir ao encontro das suas expetativas e não podemos ir com pena, porque achávamos que, na sequência do apelo que fez e do contributo que demos e que outros naturalmente terão dado, esta proposta devia ser uma proposta conjunta de todos, assinada e subscrita por todos os grupos parlamentares e aí, sim, ela era consensual.

Devíamos ter iniciado um diálogo para que no fim se apresentasse uma proposta, porque esta, Sr. Presidente, não passa de um conjunto de intenções e uma carta-branca ao Governo que depois não sei qual é proposta material que o Governo vai fazer ao Governo da República e à televisão SA, porque também temos de entender, como V. Exa. dizia a respeito da SATA um dia destes, que a RTP, SA tem uma administração e que o Governo da República também, tirando as questões de serviço público, não se meterá nas questões de gestão da Rádio e Televisão de Portugal que tem a sua delegação nos Açores.

Gostaríamos que este Parlamento tivesse exercido, que nunca o exerceu, as suas competências também de definição desse serviço público, segundo também estipula o artigo 56.º da Lei da Televisão no seu n.º 3.

Era nesse sentido que nós achávamos que devia ser a proposta conjunta dos Açores, que devia ser uma proposta que reunisse um representante de cada um dos partidos aqui, ou de cada um dos grupos parlamentares, e que se negociasse, consensualizasse, como já fizemos noutras matérias, e aí, sim, era a proposta da Assembleia Legislativa Regional dos Açores materializada, consensualizada.

Neste momento, esta sua proposta é um conjunto de intenções que nós não sabemos qual será a proposta efetiva do Governo, além de discordarmos de alguns pontos que aqui vêm, nomeadamente o ponto seis, o ponto onze.

Acho que a proposta que se faz, Sr. Presidente, é se ainda é possível que possamos negociar, consensualizar, uma proposta de todos os grupos parlamentares para se apresentar ao Governo da República.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por valorizar o esforço do Governo Regional, designadamente feito por V. Exa., Sr. Presidente do Governo, e reconheço isto porquê?

Até pela leitura quer dos considerandos, quer dos doze pontos resolutivos.

Há de facto, no meu entender, no entender da Representação Parlamentar do PCP, um esforço para encontrar uma solução consensual. Sem dúvida para a Representação Parlamentar do PCP é a leitura que faço e reconheço efetivamente que o texto que nos é apresentado aqui, independentemente de outras críticas que lhe possam ser feitas, como o Deputado Artur Lima se referiu, e em coerência com aquilo que tem sido a posição da Representação Parlamentar do PCP, tem de facto um aspeto (não falo dos considerandos, porque não votamos os considerandos), um dos pontos, principalmente um dos pontos da Proposta de Resolução que V. Exa. nos apresentou, ao qual a Representação Parlamentar do PCP não pode dar aval e aí julgo que regimentalmente não é possível fazermos uma votação separada dos pontos.

A Representação Parlamentar do PCP ...

Estou a referir-me exatamente ao ponto onze que, não o dizendo explicitamente, deixa em aberto a possibilidade da criação de uma empresa regional, não definindo exatamente os contornos dessa empresa, o que julgo que também é o tal esforço de consenso que V. Exa. fez nesta Proposta de Resolução, mas a verdade é que por uma questão de princípio (e o PCP tem defendido sempre que esta incumbência é do Estado, integralmente do Estado) não podemos abdicar deste princípio relativamente a esta questão.

Dizer Sr. Presidente do Governo, dizer a V. Exa., - mas julgo que tem consciência disso - que por parte da Representação Parlamentar do PCP ao longo de todo o tempo, designadamente a quem me antecedeu aqui na bancada do PCP, para as grandes questões como é esta, uma grande questão de dimensão regional e de importância regional, que a Representação Parlamentar do PCP tem feito sempre um grande esforço para acompanhar aquilo que são tomadas de posição consensuais ou o mais consensuais possíveis que a Região Autónoma dos Açores tem.

Portanto, Sr. Presidente (aliás só V. Exa., o Governo, é que podem alterar o Projeto de Resolução), percebo que não poderá eventualmente abdicar desta questão do ponto onze, mas a Representação Parlamentar do PCP não pode acompanhar, digamos, não pode votar favoravelmente esta iniciativa, aliás,

como, em termos de alguns contatos informais que fizemos à volta disto, já lhe tinha transmitido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem o Bloco de Esquerda sobre a problemática da RTP Açores uma posição assumida, a qual radica, na nossa opinião, em pressupostos sólidos.

O serviço público de rádio e televisão é uma necessidade do estado de direito democrático para a defesa e o exercício da própria democracia.

O serviço público de rádio e televisão é um direito constitucional assumido. As condições que de acordo com a Constituição impõem a existência da autonomia são, em nosso entender, as mesmas que apontam para a existência de um serviço público de rádio e televisão dotado de autonomia.

O serviço público de rádio e televisão, pese embora todas as vicissitudes, é o melhor garante de defesa, da isenção informativa e da qualidade na programação.

Portanto, a melhor defesa deste serviço público em todos os seus aspetos é a existência de uma empresa nacional, dotando as suas estruturas nas regiões autónomas da necessária autonomia.

Em defesa da isenção, da independência, do rigor e da qualidade do serviço público somos contrários à existência de empresas regionais.

Em função destes pressupostos temos defendido, aliás desde sempre, a existência de um quadro da RTP, da RTP Açores, dotado de autonomia financeira, administrativa e editorial.

Esta RTP Açores devia manter os três centros de produção e a capacidade de acompanhar, em todas as ilhas, a vida das suas comunidades, em todas as suas vertentes.

Acompanhamos o repúdio generalizado que existe na Região pelo estado decrépito tecnológico de equipamentos e de instalações a que chegou a RTP Açores, mas não podemos acompanhar que este facto sirva de pretexto para que um tão importante serviço público de uma sensibilidade acrescida seja palco de instrumentalização ou de instrumentalizações abusivas.

A preocupação que existe na Região sobre as reais pretensões do Governo da República são mais do que legítimas.

Lembramos, por exemplo, que em tempos não muito distantes se chegou a avançar a hipótese de fecho quase total deste serviço.

Queremos defender a RTP Açores, pois é um serviço vital para os açorianos e açorianas hoje e no futuro.

Por todas estas razões não podemos acompanhar a Proposta de Resolução apresentada pelo Governo Regional.

Esta Proposta, para além de mostrar um total desinteresse pelos trabalhadores e trabalhadoras da RTP Açores, é um cheque em branco para soluções que são contrárias aos pressupostos que dão consistência à nossa posição sobre a RTP Açores.

Gostaria de interpelar o Sr. Presidente do Governo Regional acerca do ponto seis da parte resolutiva da Proposta de Resolução apresentada: esse ponto seis que implicações é que terá no futuro se esta Proposta vier a ser aprovada?

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD/Açores tem vindo a trabalhar sobre esta matéria.

Há alguns meses apresentou uma proposta que foi pública, reafirmou-a neste plenário, sugeriram dados novos ainda esta semana, razão pela qual continuamos a trabalhar. Ainda ontem estivemos aqui na Horta em trabalhos sobre esta matéria. Amanhã mesmo vamos ter uma reunião com a Câmara de Comércio de Ponta Delgada que entretanto pronunciou-se publicamente dizendo que tinha associados seus interessados em discutir o assunto. Portanto, fizemos disso menção também à Presidência do Governo que para além daquilo que já foi o nosso contributo público, estamos continuando a trabalhar sempre num espírito de boa-fé, tentando contribuir para aquilo que é a recuperação, ou refundação, digamos, do serviço público de rádio e televisão nos Açores, atendendo a que passámos décadas de desinvestimentos e neste momento é preciso reiniciar este serviço, assegurando os trabalhadores, os meios técnicos e a cobertura da Região com a forma isenta e editorialmente qualificada.

Portanto, aquilo que temos vindo a dizer publicamente é que devemos estar todos disponíveis para de boa-fé refletirmos, trabalharmos, tentando finalmente encontrar uma solução de uma vez por todas para o serviço público de rádio e televisão dos Açores e também de alguma forma até, se podemos dizer, testar a boa-fé do Governo da República, porque é preciso reconhecer que várias vezes ficámos desiludidos com vários governos da República sobre esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas para testarmos a boa-fé do Governo da República uma coisa também se impõe: é que exista também boa-fé na Região.

A minha intervenção inicial está de alguma forma perturbada por algo que já ouvi hoje aqui. Ouvi da boca do Sr. Deputado Artur Lima, presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular, que tinha havido conversações sobre esta Proposta de Resolução entre o PP e o Presidente do Governo, teriam falado.

Do Deputado Aníbal Pires a mesma coisa.

Deputado André Bradford (PS): Ninguém falou em conversações!

O Orador: Não sei se terá havido mais conversas com mais alguns grupos parlamentares.

Sr. Presidente do Governo, estranho não ter sido contactado sobre esta Proposta de Resolução. Aliás, o Sr. Presidente do Governo já me contactou sobre outras matérias de relevante interesse institucional para a Região Autónoma dos Açores.

Portanto, desde logo fico perturbado sobre aquilo que é ou não a boa-fé que tem de existir primeiro na Região, que aliás vem no seguimento de afirmações e acusações com base em textos truncados que há dois dias o Sr. Presidente do Governo fez aqui em relação à minha pessoa.

Portanto, neste sentido, fica muito difícil avançarmos muito mais neste debate sem clarificarmos por que é que houve contactos com toda gente e com o maior partido da oposição não houve, quando o Sr. Presidente do Governo já fez esses contactos noutros aspetos, noutras circunstâncias em relação a assuntos tão importantes como este para a Região Autónoma dos Açores.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, acho que a boa-fé prega-se, mas exercita-se ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e neste caso começámos mal a discussão desta Proposta de Resolução.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com todo o gosto que esclareço o Sr. Deputado Duarte Freitas quanto à questão dos contactos.

Quando foi entregue esta Proposta, ela foi entregue ontem de manhã se não me falha a memória, e ao longo da manhã esperava que ela fosse entregue aos grupos parlamentares.

Não sei se ainda da parte da manhã, se da parte da tarde, fiz um contato com o Sr. Deputado Aníbal Pires, com o Sr. Deputado Artur Lima, com o Sr. Deputado Paulo Estêvão a perguntar se já tinham recebido a Proposta.

Disseram-me que já tinham ou que estavam a receber. No caso do Sr. Deputado Aníbal Pires disse que ainda não tinha recebido, daí deduzi que a Proposta já estava a ser entregue e não fiz mais contatos nenhuns.

Deputado Luís Garcia (PSD): Que desculpa mais esfarrapada! Isso não é para um Presidente do Governo!

O Orador: Os senhores estão a pôr em causa a verdade das minhas palavras.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não deixe que uma verdade estrague a sua história!

O Orador: Desafio qualquer um dos Srs. Deputados com quem falei, a dizer se houve mais alguma conversa sobre esse assunto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente ontem à tarde o Sr. Presidente do Governo ligou-me e perguntou-me se já tinha recebido a Proposta e se tinha analisado a Proposta.

Disse: “Recebi. Ainda não a vi bem e, portanto, depois direi alguma coisa.”

O Sr. Presidente do Governo disse: “Pronto, sim senhor, fico então à espera”.

Ponto.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Houve mais algum contacto?

O Orador: Não senhor.

Houve esse contato de me perguntar se eu tinha recebido e se a tinha e eu disse efetivamente que a tinha visto, ainda não tinha analisado totalmente e o Sr. Presidente ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah! Foi só para saber se tinham recebido. Agora é carteiro!

O Orador: Foi rigorosamente isso que se passou.

O Sr. Presidente confirmará exatamente aquilo que acabei de lhe dizer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era só para dizer que não interessava saber sobre o PSD.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Artur Lima.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação a esta questão, antes da intervenção de fundo, testemunhar em relação a este episódio a minha parte.

O Sr. Presidente perguntou-me se já tinha recebido a Proposta. Eu disse que já tinha recebido, disse-lhe que já a tinha lido e disse que concordava e que iria votar favoravelmente.

É isso que vou fazer.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente penso que ao fim da manhã, não posso precisar, o Sr. Presidente do Governo perguntou-me se já tinha recebido a Proposta de Resolução.

Disse-lhe que não sabia, que não a tinha visto ainda. Quando cheguei à bancada verifiquei se tinha ou não a iniciativa na minha bancada ou no *mail*. Não estava. Tive o cuidado de dizer ao Sr. Presidente do Governo que ainda não tinha recebido e na altura o Sr. Presidente do Governo até me informou que efetivamente “não recebeu, porque estava a ser distribuída agora.”

Mais tarde, por isso é que falei em contatos informais, tomei a iniciativa de falar com o Sr. Presidente do Governo e dar-lhe conta das minhas reservas relativamente ao artigo 11.º, aliás, como referi.

Portanto, de facto houve estes contatos a que chamei de informais, mas penso que ... Perdoem-me, mas foi isto que se passou.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi contactado?

Deputado Luís Garcia (PSD): Podia ter perguntado aos serviços da Assembleia!

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Pensava que esta matéria merecia outro tipo de consideração por parte da bancada parlamentar do PSD.

Deputado Luís Garcia (PSD): Podíamos ter construído um projeto de resolução todos!

O Orador: Pensava que tinha chegado a hora de procurarmos, pelo menos fazermos um pequeno esforço que fosse, consensualizarmos aquilo que é possível de consensualizar sobre esta matéria, para falarmos com aqueles que têm boa parte da culpa do problema por que passa a RTP Açores, falarmos com eles a uma só voz, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... para sermos nós os representantes dos açorianos, juntarmos as nossas vozes para darmos força à voz dos Açores em Lisboa.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Pensava que era este o debate que nós íamos fazer, mas acabo de constatar que um *fait divers*, uma “piadola”, é a resposta que os senhores têm para os problemas da RTP Açores.

Os senhores estão mais preocupados em saber quantos telefonemas cada um recebeu, do que em dizerem aqui, concretamente, de que é que estão dispostos, a que é que vêm e que vontade é que têm de facto de tornar a voz dos açorianos mais forte perante aqueles que em Lisboa têm que decidir.

Portanto, tenho pena que assim seja, mas a mim compete-me transmitir a posição do Partido Socialista sobre a Proposta do Governo e começo por fazê-lo saudando e reconhecendo o esforço digno, empenhado, de consideração que o Governo Regional fez por este Parlamento ao procurar no final dos trabalhos

parlamentares desta sessão encontrar uma solução que possa ser abraçada pela maioria das bancadas, ou por todas idealmente as bancadas deste Parlamento, para que de uma vez por todas possamos passar das declarações de intenções à volta do consenso para um consenso prático, efetivo e que tenha peso.

Esta iniciativa define os termos de uma forma sensata, de uma forma abrangente em que devemos todos com firmeza dizer aquilo que queremos para o serviço público de rádio e televisão nos Açores, aquilo que queremos para que ele seja um serviço que nos conheça, que nos respeite, que nos seja próximo, seja, no fundo, um reflexo daquilo que nós somos especificamente no país e mais especificamente em cada uma das nossas ilhas. Um serviço público que não continue a fazer com que fiquemos à mercê de jogos de interesses, jogos de forças que se passam no universo nacional da RTP e que tanto nos têm prejudicado.

Era esta e é esta, do nosso ponto de vista, a hora de revigorar a nossa convicção neste tipo de serviço público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há muitos anos!

O Orador: Este documento teve essas preocupações. É nítido que procurou, até com base naquilo que foram as posições dos partidos nesta casa no debate que realizámos logo no início dos nossos trabalhos parlamentares, fazer esse esforço de retirar daí aquilo que era passível de ser consensualizado. Está aqui plasmado nestes vários pontos.

É certo que alguns partidos têm objeções de princípio, quase intransponíveis, mas depois contra isso é difícil encontrar alguma solução que possa ser viável, mas também é certo que outros procuram desculpas para não se associarem, ou pelo menos para não dizerem por que é que em substância não se associam a esta iniciativa.

Sr. Deputado Duarte Freitas, e vou terminar Sra. Presidente, aquilo que o senhor está a fazer, as iniciativas que está a tomar ultimamente, como por exemplo, visitar uma delegação da RTP Açores, tudo isso o senhor pode continuar a fazer. Nada do que o senhor possa assumir aqui como posição do PSD sobre esta matéria, o facto de eventualmente poder subscrever este

documento, não o impede de continuar a visitar as delegações da RTP Açores no Faial, em Angra, em Ponta Delgada. Pode continuar a fazê-lo!

Também não o impede de reunir com o Sr. Professor Mário Fortuna e com a Câmara do Comércio sobre as iniciativas, ou as intenções que parecem existir por parte da Câmara do Comércio. O senhor pode continuar a fazer isso. Portanto, isso não é óbice para o senhor não assinar, não aprovar ou não se juntar a esta iniciativa. Agora, o que o senhor está a fazer e o que o PSD está a fazer é a criar uma janela temporal, ou a alargar uma janela temporal com essa desculpa e com outras desculpas, que o impede de em tempo útil se juntar a esse nosso esforço.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: O que o senhor procura fazer é arranjar um conjunto de desculpas que prolonguem para o infinito a posição do PSD/Açores sobre esta matéria e ela só é útil, só é válida e só corresponde aos direitos e interesses dos açorianos que votaram no PSD se for tomada agora neste momento aqui.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Só assim é válida porque a negociação, quando os senhores quiserem se dignar a dizer aos açorianos o que pensam sobre este assunto, até é capaz de já estar terminada.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): Uma intervenção inteligente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo:

Aquilo que expressei aqui foi pena por não ter sido também contactado pelo Sr. Presidente do Governo, porque estava naturalmente disponível, como tenho estado neste caso e em muito outros, como o Sr. Presidente do Governo bem sabe (como o Sr. Presidente do Governo bem sabe!), para dialogar, para discutir, para dar um contributo.

Portanto, se o Sr. Presidente do Governo fez questão de falar com todos os outros, ou com quase todos os outros partidos por aquilo que se sabe, e fez questão de não falar com o PSD/Açores sobre esta matéria, nós registamos, Sr. Presidente. Está no seu direito.

Como estou no meu direito de dizer que quem pediu, como é o meu caso, boa-fé no diálogo regional fique também de pé atrás em relação a esta atitude e sobre mais não quero falar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Porque o mais importante de facto é nós pensarmos sobre o caso em concreto, mas não deixa de ser relevante e significativo este facto que acabámos aqui de discutir. É politicamente, na minha opinião, muito relevante.

O PSD/Açores vai abster-se na votação desta Proposta de Resolução ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Aliás, já vem sendo apanágio!

O Orador: ... aqui apresentada pelo Governo Regional, como já outras forças políticas o expressaram que se vão abster ou que vão votar contra, isto também prova que se o Sr. Presidente do Governo quisesse mesmo uma posição consensual ou até unânime certamente teria feito um melhor trabalho, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... porque sei que o senhor sabe fazê-lo, só talvez o senhor não o tenha querido fazer.

E vai abster-se não por não se rever em boa parte das considerações que esta Proposta contém sobre o serviço público, mas sim pelo que ela demonstra quanto à falta de interesse do Governo Regional e do Partido Socialista para resolverem, efetivamente, os problemas da RTP e da RDP Açores.

A verdade é que o Partido Socialista nunca teve uma vontade verdadeira, uma posição coerente e uma ideia consistente sobre o serviço público de rádio e televisão. O PS já defendeu tudo e o seu contrário: ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Não se preocupe agora com isso, preocupe-se com o que está aqui!

O Orador: Já defendeu que não se devia fazer nada por considerar que o serviço público era uma responsabilidade exclusiva da República;

Já defendeu uma empresa participada pela Região;

Já defendeu uma televisão regional.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é relevante!

O Orador: O Partido Socialista nunca quis resolver os problemas da televisão açoriana quando o Governo da República era da responsabilidade do Eng.º José Sócrates.

Agora quer fazer da RTP/Açores mais um motivo de guerrilha ao Governo da República.

Deputado André Bradford (PS): Não é guerrilha nenhuma!

O Orador: Entre trabalhar numa solução ou inventar desculpas para nada fazer, o PS e o Governo Regional preferem sempre as desculpas para nada fazer.

Como sempre dissemos, a proposta apresentada pelo Governo da República não é perfeita nem esclarecedora, nem de perto, nem de longe. Necessita de muitas explicações. E necessita, por isso mesmo, de um grande trabalho de aproximação e de negociação entre ambas as partes – aproveitando, desde logo, a disponibilidade de abertura manifestada já aqui pelo Governo da República e também pelo Governo Regional.

Num processo negocial de boa-fé (e repito de boa-fé), não pode haver abertura de um lado e intransigência do outro.

Deputado André Bradford (PS): Não há intransigência nenhuma!

O Orador: Não pode haver boa-fé de um lado e não haver boa-fé do outro. Para testar a boa-fé do outro lado, temos que garantir a boa-fé do outro lado.

Antes, o Governo Regional dizia-se disponível para dialogar e criticava o Governo da República por ter uma posição aparentemente fechada.

Agora, o Governo da República manifesta-se disponível para dialogar e o Governo Regional quer fechar-se numa posição em vez de começar a negociar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): O senhor não leu o que está aqui!

O Orador: Aliás, esta Proposta do Governo da República não é coincidente com a proposta que foi defendida pelo PSD/Açores.

Mas isso não invalida que esta proposta não possa ser considerada, esclarecida, debatida e melhorada.

Esta é a grande diferença entre querer encontrar soluções ou preferir criar problemas.

É por isso que estamos a ouvir os açorianos, como já aqui foi falado. Ouvimos os trabalhadores e os dirigentes da RTP/Açores e amanhã mesmo vamos ouvir os empresários regionais.

Mas não estamos apenas a ouvir. Estamos a escutar e a considerar as preocupações e as aspirações dos profissionais da comunicação pública e das forças empreendedoras da nossa sociedade, que acham que há aqui uma oportunidade de fixar nos Açores mais-valias de emprego qualificado para os nossos jovens.

Deputado André Bradford (PS): Se demorar mais seis meses, não faz mal!

O Orador: Não concordamos, mas percebemos, a pressa do Governo Regional. É a pressa de quem não tem uma ideia para a RTP/Açores mas tem a ideia de que é melhor continuar com problemas na Região do que encontrar soluções com a República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não temos, por isso, a mínima dúvida: se a proposta do ministro Poiares Maduro tivesse sido apresentada pelo Governo de José Sócrates, ela seria encarada pelo Partido Socialista como uma boa proposta de trabalho. Não sendo uma proposta de trabalho de um governo socialista, já se percebeu que o objetivo é fazer guerrilha, provocar problemas, criar dificuldades.

Para o PSD/Açores, o mais importante é chegar a uma solução.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Afinal é uma boa proposta ou não é?

O Orador: Uma solução que acautele o essencial. E o essencial é garantir o serviço público audiovisual regional, salvaguardar os trabalhadores da televisão e da rádio e modernizar os meios operacionais para melhorar o serviço prestado. Aqui estamos, por isso, prontos para ajudar a construir uma solução. Prontos para trabalhar com todos.

Se o Governo Regional estivesse mesmo interessado em construir soluções, não apresentaria esta proposta de resolução agora, nem da forma como há pouco clarificámos que ela foi apresentada, nomeadamente a outras forças políticas nesta casa. Estaria primeiro a ouvir os empresários dos Açores e a pedir explicações ao Governo da República. Estaria primeiro a dialogar com todos os partidos aqui desta casa como já noutras circunstâncias, pelo menos com o PSD/Açores.

Esta proposta de Resolução e a forma como ela foi aqui apresentada é típica de quem está preparado para sacrificar o serviço público de rádio e televisão nos Açores em nome dos seus interesses partidários e não de quem deseja verdadeiramente construir consensos e soluções.

Deputados Luís Garcia e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Que é isso!?

O Orador: Não votamos contra porque esta proposta reafirma algumas das posições que defendemos.

Mas não votamos a favor porque ela afirma um Governo Regional que, como se provou e comprovou aqui mesmo nesta casa, quer guerrear em vez de negociar. O Governo Regional naturalmente está do lado do PS e dos interesses do PS na guerrilha com a República.

O PSD/Açores está e estará do lado dos interesses dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Tem que se esforçar mais, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas clarificar e reiterar um aspeto que ficou comprovado pelas intervenções dos Srs. Deputados Aníbal Pires, Artur Lima e Paulo Estêvão que o único contato que houve da parte do Presidente do Governo com esses partidos, a propósito desta Proposta de Resolução, foi o de confirmar se já tinham recebido.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Perguntasse aos serviços da Assembleia!

Deputado António Marinho (*PSD*): Tinha perguntado aos serviços da Assembleia se já tinham distribuído o diploma!

O Orador: Portanto, a partir do momento em que eu próprio também recebi aqui a Proposta de Resolução, não liguei para os restantes partidos políticos, reconhecendo-lhes embora o direito de valorarem isso como entenderem.

Mas há algumas coisas aqui que precisam de ser esclarecidas e de ser ditas neste momento.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Foi importante o contato com todos, menos com o maior partido da oposição!

O Orador: Não reconheço este Governo Regional e a atitude do Governo Regional naquele quadro que foi pintado pelo Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Duarte Freitas teve, à semelhança de outros partidos nesta Casa, cerca de quinze dias, se não me falha a memória, para apresentar uma proposta e não se pode agora dizer sobre esta proposta, se o Governo quisesse consenso, não a tinha apresentado.

O CDS-PP apresentou um contributo escrito dizendo quais as linhas que deviam mediar esse contributo.

O PCP também.

O Bloco de Esquerda também.

Portanto, a culpa é do Governo?

Oh, Sr. Deputado Duarte Freitas, não é do Governo. Não é do Governo! É do PSD, ...

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... que até ao momento não quis contribuir para este debate, que hoje se prova que não quer contribuir para este debate e não é o Governo Regional que quer fazer uma guerrilha ao Governo da República.

O que fica demonstrado aqui é que é o PSD, porque quer usar o serviço público de rádio e televisão dos Açores, para fazer guerrilha ao Governo Regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD não está do lado dos açorianos. Não é pelo facto do Sr. Deputado Duarte Freitas bater no peito e dizer que está do lado dos açorianos que está.

Se o PSD estivesse do lado dos açorianos fazia aquilo que outros partidos nesta Casa já fizeram.

Posso não concordar com algumas das propostas que me chegaram, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: ... mas reconheço a vontade, o contributo e a disponibilidade para construir uma solução de consenso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O único partido que até este momento apenas não apresentou essa solução, como critica o Governo por querer construir uma solução de consenso, é o PSD/Açores.

Deputados Berto Messias e José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Isso não é estar ao lado dos interesses dos Açores, é estar isolado contra os Açores e contra os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Paulo Mendes, aproveito para o saudar nesta primeira intervenção, dirijo-me especialmente a V. Exa., desejando as maiores felicidades no exercício do seu mandato parlamentar, fazendo votos para que o seu trabalho também contribua para benefício dos Açores e dos açorianos.

Indo concretamente à questão que me colocou e a questão diz respeito ao ponto seis da Proposta.

Sr. Deputado Paulo Mendes, há uma coisa que não faço e que tento sempre por não fazer, que é dizer uma coisa aqui, sabendo que vou fazer outra coisa depois. Para lhe comprovar isso vou tomar a liberdade de me socorrer de uma troca de ... de uma conversa que houve em 2012, com a Subcomissão de Trabalhadores da RTP exatamente a propósito desse aspeto.

Apresentei a proposta e a Subcomissão de Trabalhadores interpelou-me depois para clarificar alguns aspetos.

Com a licença da câmara passava a ler-lhe essa troca de conversações que julgo que é elucidativa quanto àquilo que eu penso, àquilo que o Governo entende e quer dizer com esse ponto seis, independentemente do senhor, do Bloco de Esquerda, concordar ou não com este aspeto, mas é isso que penso e é minha obrigação dizer isto aqui.

Este é o teor de *mail* que dirigi à Subcomissão de Trabalhadores em que agradecia a mensagem, o interesse em conhecer e indo diretamente às questões que me são colocadas. Agora faço uma citação da pergunta que me tinha sido feita pela Subcomissão de Trabalhadores:

“O que quer significar ao referir que os direitos dos recursos humanos que eventualmente não sejam contratados pela nova empresa devem ser acautelados pela RTP num processo que será acompanhado pelo Governo Regional?” Fim de citação.

A minha resposta em 14 de junho de 2012 e a minha resposta hoje é:

“O que pretendo dizer com esta referência é que segundo a proposta que apresentei a organização do serviço público de rádio e televisão na Região

Autónoma dos Açores caberá a uma nova empresa de capital social inteiramente pública e regional. É essa nova empresa que deverá organizar o serviço público, bem como determinar os recursos humanos segundo critérios exclusivamente técnicos de organização, de gestão, que sejam necessários para assegurar o seu funcionamento e o cumprimento do seu objeto social.

Relativamente aos recursos humanos que são funcionários da RTP e que eventualmente não sejam contratados pela nova empresa, a sua situação deve ser acautelada pela sua entidade patronal, ou seja, pela RTP.

No âmbito da proposta apresentada considero ser obrigação do Governo Regional acompanhar a situação dos recursos humanos da RTP.”

Depois havia uma outra questão:

“Pode daqui entender-se [colocava-me a Subcomissão de Trabalhadores] que a nossa empresa regional não assume o compromisso de absorver todos os recursos humanos da RTP nos Açores à data da eventual implementação desta solução?”

A minha resposta na altura e a minha resposta hoje é esta:

“Em consciência e com verdade essa garantia não pode ser dada *a priori*. Como resulta do explanado no ponto anterior, é a nova empresa que deve organizar tecnicamente o serviço e, por isso, determinar os recursos humanos para cumprir a sua função.”

Outra questão que me era colocada pela Subcomissão de Trabalhadores:

“Pode inclusive inferir-se que a nova empresa tanto poderá contratar todos ou alguns, como nenhum dos atuais trabalhadores da RTP nos Açores?”

E a minha resposta foi e é:

“A orientação que entendo dever ser transmitida pela acionista Região Autónoma dos Açores, representada pelo Governo dos Açores, à nova empresa açoriana de serviço público de rádio e televisão é que a contratação dos recursos humanos que seja necessária para a sua atividade deve ser feita no universo de colaboradores do centro regional dos Açores da RTP/RDP, ou seja, o meu entendimento é que apenas nos casos em que as competências de recursos

humanos necessários à atividade da nova empresa não existirem no atual universo da RTP/RDP é que essa nova empresa poderá contratar fora.

Para além disso, julgo ser também útil clarificar que o meu entendimento é que nessa contratação dos atuais recursos da RTP devem ser garantidos os direitos de que usufruem.

Na esperança de ter clarificado este processo ...”

Há um aspeto aqui que mudou. É verdade! É o aspeto que admito que não seja a constituição de uma empresa regional, admito que possa ser uma questão do centro regional dos Açores com participação do Governo, ou seja, aquilo que nesse âmbito considero essencial é que o centro de decisão esteja nos Açores.

Em relação aos recursos humanos é esse o meu entendimento e é isso que pretendo significar com esse ponto seis da Proposta de Resolução que submeti a esta Casa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tanto está o Governo interessado em construir um consenso que consciente que o nosso Regimento apenas admite uma votação na especialidade no caso das propostas de resolução referente a propostas de alteração que sejam apresentadas e como apenas o proponente da proposta de resolução é que pode apresentar propostas de alteração, gostava de informar a câmara que em relação ao ponto que já foi identificado como um problema por parte da Representação Parlamentar do PCP, o Governo acaba de dar entrada numa proposta de alteração na Assembleia que diz sumariamente o seguinte. Uma substituição para o ponto onze que elimina a referência a “empresa” e diz: “Reafirma que os eventuais direitos que venham a caber à Região na nomeação dos responsáveis do serviço público de rádio e televisão nos Açores deve caber por maioria de dois terços ao Parlamento dos Açores, mediante proposta do Governo Regional”.

Elimina-se qualquer referência a “empresa”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Onde é que isso entra se não for numa empresa? Isso é uma falácia!

O Orador: Mas gostava de dizer mais: essa proposta tanto pode ser chumbada pelo PCP, como aprovada pelo PCP.

Se por aí for possível construirmos um consenso, gostava também de dizer que o Governo está na disposição de apresentar propostas de alteração a cada um dos onze pontos dessa Proposta de Resolução ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... para que não reste a mínima dúvida que o Governo está genuinamente interessado, empenhado em construir uma solução que possa recolher o consenso desta Casa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Em vez de pedir urgência devia pedir para baixar à comissão!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, prescindo.

Presidente: Passo então a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora temos uma questão nova e em função do que o Sr. Presidente do Governo Regional anunciou, o PCP deixa de ter qualquer objeção relativamente ao Projeto de Resolução e votará favoravelmente.

Há pouco quando pedi a palavra era para reiterar aquilo que anunciei e não o fiz há pouco porque tivemos uma interpelação promovida pelo PPM logo na terça-feira e eu na altura tive oportunidade de enunciar os princípios que o PCP tem relativamente a esta questão.

Não conhecendo a redação, mas o Sr. Presidente do Governo da forma como o anunciou ali, o PCP deixa de ter qualquer objeção e votará favoravelmente a Proposta de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford ...

Deputado André Bradford (PS): Prescindo.

Presidente: Sendo assim a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Atendendo não só a que pelos vistos havia alguma disponibilidade do Sr. Presidente do Governo para dialogar e teve a preocupação de saber se toda a gente tinha recebido a Proposta de Resolução, à exceção do PSD/Açores, mas atendendo também à nossa disponibilidade sempre para dialogar e à sua abertura agora alterando o ponto onze, vou anunciar que vamos fazer uma proposta para baixa da Proposta de Resolução à comissão, com processo de urgência, para que possamos então aí sim, em diálogo efetivo, poder no próximo plenário aprovar esta Proposta de Resolução.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que nós estamos a assistir agora aqui é o único partido que nem apresentou contributos, nem tem uma posição já definida sobre esse assunto (PCP, Bloco de Esquerda, CDS-PP apresentaram contributos; o PPM já definiu a sua posição), o único partido que ainda não definiu a sua posição sobre esse assunto vem pedir mais tempo.

Tiveram tempo para apresentar uma proposta, não o fizeram e agora vêm pedir mais tempo, sabendo que o Governo tem (já o sabiam desde a primeira hora) um compromisso público com o Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento

Regional e que é o de até ao dia 14 (se não me falha a memória) deste mês apresentar uma contraproposta e encetar a negociação sobre esta matéria.

Sr. Deputado Duarte Freitas, peço imensa desculpa, mas as coisas não funcionam assim.

O senhor chega tarde e a más horas a este debate. Quis disfarçar-se do paladino do consenso. Começou por levantar um problema grave de ciumeira política quanto ao facto de não lhe ter telefonado a perguntar se o senhor tinha recebido a Proposta. Agora quer que a Proposta baixe à comissão.

Só peço uma coisa ao PSD/Açores: definam-se!

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Organizem-se!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No sentido de associar o PS à questão e à opinião manifestada pelo Sr. Presidente do Governo, registar com muita satisfação o facto do Governo ainda ter redobrado neste debate os seus esforços de busca de consensualização de posições.

Já a atitude inicial era de louvar, o facto de estar disponível para reescrever todos os pontos resolutivos desta iniciativa de acordo com aquela que foi a disponibilidade dos vários partidos é algo que deve ser salientado como de grande nobreza democrática e vontade de resolver o assunto.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor tem alguma coisa contra decidir, ou contra comprometer-se, ou contra a assumir-se?

O Sr. Deputado é incapaz de, sobre esta matéria, como também sobre outras, dizer ao que vem, decidir, decida qualquer coisa, comprometa-se Sr. Deputado! Deixe as manobras dilatórias, deixe as desculpas, deixe as atividades paralelas e concentre-se naquilo que é fundamental para os destinos desta Região. É fácil e coaduna-se perfeitamente com aquelas que são as suas obrigações.

O Sr. Deputado tinha até 5 de maio para se pronunciar (uma margem de duas semanas), ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... para fazer chegar um contributo escrito ao Governo Regional sobre a proposta do Governo da República.

Deputado José Ávila (PS): E não fez?

O Orador: O Sr. Deputado não fez chegar nenhum contributo escrito. O seu partido não fez chegar nenhum contributo escrito.

Qual é a justificação?

Entenderam que o prazo era indicativo e não obrigatório e ainda tinham umas visitas para fazer às delegações da RTP.

Anunciou no debate aqui pouco depois que não tinha sido possível enviar um contributo escrito, porque tinha agenda marcada sobre essa matéria e que ainda naquele dia ou no dia seguinte (já não me recordo) ia visitar a delegação da RTP na Horta e como tal também no debate não podia assumir posições de forma definitiva sobre esta questão, porque dessa visita e de outras iniciativas ia depender aquilo que o PSD pensava afinal sobre a questão da RTP.

Sr. Deputado, hoje confrontado com esta iniciativa governamental que procura agregar (ou ontem, aliás, muito bem lembrado, não foi hoje, o senhor sabe disso desde ontem, apesar de não ter recebido o telefonemazinho que esperava), desde ontem confrontado com a iniciativa, com tempo para pensar, com tempo para consubstanciar a sua posição, com tempo para analisar criticamente os pontos resolutivos desta iniciativa, o Sr. Deputado disse zero sobre os pontos resolutivos desta iniciativa.

O Sr. Deputado até disse mais, disse: “Se calhar até subscrevo tudo o que está nos pontos resolutivos desta iniciativa, só que como não recebi um telefonema ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade, Sr. Deputado! Seja sério!

O Orador: ... e como tenho uns contatos para fazer não me vou pronunciar e vou-me abster numa matéria fundamental para os destinos da Região.”

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ou seja, Sr. Deputado, o senhor concordar, concorda, mas não se compromete. É uma pena que o PSD tenha optado por essa via.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Caros colegas Deputados, aquilo que o Sr. Deputado André Bradford aqui referiu e que de alguma forma foi referido pelo Sr. Presidente do Governo é preciso que fique bem claro que não é verdade e foi o senhor próprio Presidente do Governo que há dois dias disse que o PSD tinha uma proposta que nós já apresentámos.

O Sr. Presidente tanto disse que o PSD tinha uma proposta, como até disse que o PSD (sugeriu!) se tinha contra dito na proposta.

Deputado André Bradford (PS): Onde é que isso está?

O Orador: Não é verdade, Sr. Presidente?

Portanto, mais do que isso, Sr. Deputado André Bradford, o PSD apresentou uma proposta, reafirmou-a aqui no plenário já há bastante tempo, conforme ficou comprovado ela era coerente com aquilo que tinha proposto e até devo dizer quando o PSD apresentou essa proposta no seguimento de uma visita às instalações da RTP foi criticado pelo Partido Socialista, inclusivamente penso até que pelo Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Não conseguiu explicar a ironia!

O Orador: É extraordinário!

Penso que até foi o Sr. Deputado André Bradford que criticou a proposta do PSD/Açores e agora diz que não temos propostas.

Deputado André Bradford (PS): A proposta é de há dois anos!

O Orador: Aquilo que nós apresentámos quando visitámos as instalações da RTP Açores, aquilo que reafirmámos aqui no plenário, foi uma proposta do PSD/Açores, como já tinha sido também no programa eleitoral de 2012.

Portanto, propostas do PSD/Açores temos, mais do que isso: elas têm sido coerentes!

Quem não tem tido propostas e muito menos coerência é o Partido Socialista e essa história já foi por demais contada nesta Casa e fora desta Casa.

Portanto, o PSD/Açores apresentou uma proposta, tando era frontal e clara que ela foi objeto de crítica até pelo Sr. Deputado André Bradford que talvez esteja esquecido, como além do mais aquilo que nós informámos a Presidência do Governo era que, face às novas informações, novos desenvolvimentos que havia no espectro social, económico e cultural dos Açores em relação a esta matéria, ...

Deputado André Bradford (PS): Como por exemplo?

O Orador: ... nomeadamente por aquilo que foi nota pública dos empresários regionais, era importante falar com estas pessoas.

Vamos lá ver uma coisa: não é importante para o Governo Regional antes de fazer, submeter a este Parlamento regional uma Proposta de Resolução falar com empresários que eventualmente estão interessados neste projeto?

Deputado André Bradford (PS): É importante, mas não tem nada a ver com isto!

O Orador: Não será importante o Governo Regional, ...

Deputado André Bradford (PS): A sua posição política não tem nada a ver com isto!

O Orador: ... sabendo que há empresários interessados nesta matéria, se quer de facto consensualizar, aproveitar esta disponibilidade e falar com eles?

Olhe, o PSD vai fazê-lo amanhã e acho que o Sr. Presidente do Governo também naturalmente vai ter que acabar por fazer.

Se é assim, e se o Sr. Presidente do Governo está disponível para alterar pontos que aqui colocou, se calhar até está arrependido de não ter dialogado com o maior partido da oposição, mas isso não está em causa, como se arrependeu

ontem também, ou anteontem, de ter usado palavras que não eram as que eu tinha usado e acabou por pedir desculpa, mas não é isso que está em causa, não é esse o essencial, não é isso o mais importante, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor devia ter percebido a ironia!

O Orador: ... o mais importante é de facto mostrar boa-fé, mostrar abertura e é por isso mesmo, porque há processos dentro desta Casa para baixar à comissão e a comissão ter uma posição até à data limite que o senhor referiu que é indicativa, tal como também o senhor próprio disse em público que a data de 5 era indicativa, ...

Deputado André Bradford (PS): Já estamos a 8!

O Orador: ... o senhor afirmou-o em público mesmo no dia 5, sabe bem qual foi a missiva que nós lhe transmitimos, se há toda essa boa-fé que se baixe à comissão.

Nós fizemos entregar um requerimento à Mesa ...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é boa-fé, são interesses!

O Orador: ... para que se baixe à comissão e na comissão se possa dirimir todas estas questões, acertar os pontos que eventualmente estejam errados. Isso prova da parte do PSD não só a boa-fé, mas a vontade de encontrar uma solução que não quer dizer que seja aquela que o PSD já apresentou, ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não se quer é comprometer!

O Orador: ... mas estamos disponíveis para discutir, sendo que a nossa proposta era diferente da do Governo da República, era diferente da do Governo Regional, mas para discutir com todos na comissão. Agora podemos ter essa oportunidade de demonstrar, todos nós, essa boa-fé.

Portanto, entregámos uma proposta de baixa à comissão na Mesa da Assembleia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De facto a Mesa recebeu um requerimento nos termos do artigo 134.º, um requerimento de baixa à comissão.

O nosso Regimento define que, admitido o requerimento, ele é colocado de imediato à votação, sem direito a debate nem declarações de voto, pelo que é o que faremos de imediato.

Está então à votação o requerimento para baixa à comissão desta Proposta de Resolução, apresentado pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é que é vontade de diálogo!

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O requerimento de baixa à comissão foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor o CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vemos bem quem está isolado na vontade de diálogo!

Presidente: Tendo sido rejeitado o requerimento, vamos continuar então o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O nosso Regimento define este modelo de debate.

Vejo que há uma interpelação, um diálogo, um debate direto entre o Governo, o PSD e mais algumas forças políticas, portanto, a minha intervenção surge um pouco desenquadrada desta dinâmica deste processo, mas como já prescindí duas vezes, vou ficar aqui o resto da noite a prescindir da palavra, portanto, vou apresentar aquela que é a posição do PPM.

A nossa posição é absolutamente ...

O meu método é ler o documento. Li a Proposta e li os diversos pontos.

Como sabem, na interpelação parlamentar apresentei dez pontos que para nós eram (chamem-lhe dez vetores) importantes e que na nossa perspetiva resumiam, sintetizavam a posição do PPM nesta matéria.

Li cada um destes pontos e estou de acordo com todos os pontos. Portanto, nesse sentido a posição do PPM é a de votar favoravelmente.

Resumidamente o que é que o documento diz?

Diz que a proposta do Governo da República não é adequada. Não era adequada! Estou de acordo.

Diz que a proposta do Governo da República tem um mérito de iniciar um processo de diálogo e de negociação. Estou de acordo.

Diz que a televisão, o serviço público de rádio e televisão é da responsabilidade do Estado. Estou de acordo.

Diz que é necessário implementar um processo de modernização da instituição utilizando os diversos mecanismos que estão ao nosso alcance e também que são uma responsabilidade do Estado, que o Estado aliás não tem vindo a cumprir. Estou de acordo (esta última parte fui eu que acrescentei, é da minha autoria).

O quinto ponto diz que não se deve proceder à divisão do serviço público de rádio e televisão nos Açores. Estou de acordo.

Aliás, era um dos pontos que tinha referenciado no âmbito do meu discurso.

Depois tem aqui o sexto ponto que foi problematizado pelo Bloco de Esquerda e que diz o seguinte (vale a pena pormenorizar um pouco mais): “No processo relativo à criação de condições para o funcionamento do serviço público de rádio e televisão nos Açores, deve estar sempre presente que constitui responsabilidade da RTP acautelar os direitos dos trabalhadores do centro regional dos Açores da RTP, responsabilidade que não pode, sob circunstância alguma, ser alijada neste processo.” Estou de acordo, portanto, em relação a esta matéria.

Aliás, decorre também da lei. Decorre da lei!

Portanto, esta é uma responsabilidade efetiva.

Depois, há aqui dois pontos que considero fundamentais para concluir este processo que são os pontos dez e onze.

Diz o seguinte, dez: “Considera essencial que, independentemente da concreta solução organizativa e estrutural para o serviço público de rádio e televisão, seja

garantido que o respetivo centro de decisão administrativo, financeiro e editorial esteja na Região.” Estou de acordo e era um dos pontos que já tinha tido a oportunidade de referenciar no meu discurso.

Décimo primeiro: “Reafirma que, caso seja considerada como adequada a existência de uma estrutura empresarial regional, é passível de cumprir esse desiderato a nomeação dos respetivos responsáveis, pelo Parlamento, por maioria de 2/3, mediante proposta do Governo Regional.” Também estou de acordo.

Aliás, esta proposta foi apresentada em primeira mão pelo PPM neste Parlamento há seis anos, que esta nomeação do conselho de administração deveria ser ratificada aqui, deveria ser submetida ao Parlamento dos Açores, deveria ser aprovada por uma maioria qualificada, no sentido de evitar o perigo de uma hipotética governamentalização do canal.

Estou de acordo, embora aqui há algo que também considero fundamental. É que neste processo de decisão, além da maioria de 2/3, também contribua um terceiro partido para evitar uma situação de bipolarização.

Portanto, nesse sentido, o conjunto de propostas, estes vetores que são apresentados pelo Governo Regional em relação a esta negociação, o PPM dá o seu acordo político e vamos votar favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que é importante nós relembrarmos talvez neste momento o que está aqui em causa.

Da mesma forma que não há obrigação nenhuma do Governo apresentar esta Proposta de Resolução a esta Assembleia, também não há obrigação nenhuma desta Assembleia aprovar ou votar esta Proposta de Resolução, aprovar ou sequer votar.

Portanto, o que nós estamos a falar aqui é: há um processo que envolve um aspeto decisivo, na minha opinião, da nossa, chamemos-lhe, Região, da nossa autonomia.

Como o Governo Regional tem inteira legitimidade para conduzir dentro da sua esfera e das suas competências este assunto, não ignora que a Assembleia já se pronunciou na legislatura passada, através de um relatório que já foi aqui citado, sobre essa matéria.

Nós entendemos que tendo em conta a importância deste assunto ele deve ter (dá mais força à posição dos Açores) esta resolução aprovada. Ter esta resolução aprovada naquilo que o Governo considera ser o máximo denominador comum em relação às posições de todos os partidos e até admite, para não comprometer nenhum partido, apresentar propostas de alteração que permitam, em relação a um ponto que haja discordância, que esse partido não se vincule a todo o teor da resolução.

Portanto, é necessário sabermos bem o que é que estamos aqui ...

O Governo convida, ao apresentar esta Proposta de Resolução, a Assembleia a pronunciar-se nestes termos e sobre essa matéria. Só, mais nada!

Segunda questão, há um compromisso de calendário que eu tenho e é público e não é possível no próximo plenário (o próximo plenário não ocorre em tempo) cumprir esse compromisso de calendário que tenho.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, este assunto deve ser decidido neste plenário. Daí o pedido de urgência, daí o pedido de dispensa de exame em comissão, daí a abertura demonstrada pelo Governo em relação a esta matéria.

Indo mais concretamente a algumas questões que foram aqui colocadas.

Sr. Deputado Duarte Freitas, suspeito que não percebeu o que se passou aqui ontem com a questão da coerência, do pedido de desculpas, mas gostava já agora de clarificar o que se passou aqui ontem.

O que se passou aqui ontem sob a aparência de um engano, de um pedido de desculpas, uma irritação, foi só uma coisa muito simples: o PSD reafirmou

(reafirmou!) que em relação ao centro de decisão ele deve estar 51% lá fora e a Região só deve ter 49%.

Deputado Berto Messias (PS): Ficou muito claro! Muito bem!

O Orador: Foi isso que se passou ontem e ter acusado o Governo de ter dito uma coisa, ter dito outra, não ter dito, há também uma coerência em tudo aquilo que o Governo disse e que é exatamente o oposto daquilo que o PSD disse, que é: o centro de decisão deve estar na Região.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Se percentagens houver que dividir, a Região deve ter no mínimo 51% e lá fora devem estar 49%.

Portanto, o senhor deu-se por muito feliz ontem com essa circunstância toda, mas reconheço-lhe a coerência de manter que efetivamente quem deve mandar no serviço público de rádio e televisão não são os açorianos, mas é lá fora com 51%.

Sr. Deputado Duarte Freitas, o incómodo com esta Proposta de Resolução não tem nada a ver com telefonemas para saber se recebeu a Proposta. Não tem nada a ver com tempo. O PSD teve tempo como todos os outros partidos que se pronunciaram tiveram tempo para apresentar.

O único problema do PSD com esta Proposta de Resolução é o ponto dez, quando diz que a Assembleia “considera essencial que, independentemente da concreta solução organizativa e estrutural para o serviço público de rádio e televisão dos Açores, seja garantido que o respetivo centro de decisão administrativo, financeiro e editorial esteja na Região.” É isso que os senhores não querem aprovar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo:

O Sr. Presidente do Governo sabe bem, que havendo vontade política, podia-se mandar a comissão parlamentar encarregue destas matérias para se pronunciar em nome do Parlamento regional dentro do tempo, mesmo sendo indicativo, dentro desse tempo.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não brinque connosco!

O Orador: A verdade é que ficou aqui expresso na proposta que o PSD apresentou de baixa à comissão quem é que ficou isolado, não querendo dialogar. Quem ficou isolado, não querendo dialogar foi o Partido Socialista e foi o Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: De resto, Sr. Presidente, é bom que desse lado se entendam. É que o Sr. Deputado André Bradford dizia que o PSD/Açores não tinha propostas, o Sr. Presidente até diz que têm propostas e que têm sido coerentes nas propostas ... Têm que se entender!

Deputados Berto Messias e José San-Bento (PS): *Fait divers!*

O Orador: Têm que se entender, porque esses desentendimentos do Partido Socialista em relação à postura dos outros partidos não são assim tão graves, grave mesmo é o desentendimento que o Partido Socialista e o Governo têm consigo próprios, que diz uma coisa um dia, diz outra, outro dia.

Já quis uma empresa 100% regional paga pela República, ...

Deputado José Ávila (PS): Não apoiado!

O Orador: ... já quis uma empresa do continente ...

Não se sabe o que é que o Partido Socialista e o Governo querem sobre esta matéria.

Aliás, o Sr. Presidente do Governo foi Secretário da Presidência durante muito tempo e podia ter feito tanto, tanto pelo serviço público de audiovisual na Região e não fez nada sobre o serviço público de audiovisual na Região.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não precisa ficar gago!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Estava distraído em Bruxelas!

O Orador: Agora num momento em que partindo de posições que o PSD já partiu, afirmando que essas posições não são consensuais, não são idênticas àquelas que são as posições do Governo da República, não são idênticas àquelas que são as posições de outras forças políticas, mas disponível para dialogar, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Não é verdade!

O Orador: ... atendendo até a novas emanações que surgem da sociedade civil nos Açores, aquilo que nós pedimos é uma oportunidade para o diálogo. Aquilo que nós pedimos é uma oportunidade para o diálogo, não estando preso às nossas posições, mas estando preso ao interesse superior do serviço público de audiovisual na Região e àquilo que são as novas emanações da sociedade civil dos Açores.

Essa oportunidade para o diálogo os senhores aqui, perante a votação do nosso requerimento, disseram “não, não queremos dialogar”, ficaram isolados na vontade de não dialogar e levar avante a vossa posição. Contra isso fica claro quem é que tinha boa-fé, quem é que tinha má-fé nesta posição.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente do Governo:

Ora bem, em primeiro lugar, devo também aqui sublinhar, enfim, a disposição genuína e parece-me que de boa-fé do Sr. Ministro Poiares Maduro em tentar resolver o problema da RTP Açores.

É uma premissa que todos nós, pelos vistos, concordamos aqui.

Agora vejo com alguma preocupação esta alteração ao ponto onze que foi agora feita e vou explicar porquê, Sr. Presidente.

Todos nós já percebemos que os dinheiros públicos (para usar aqui uma expressão que já foi usada) são um meio escasso, quer dizer, não abundam por aí os dinheiros e não consigo vislumbrar se não tivermos uma estrutura empresarial que possa eventualmente recorrer a outros fundos que não públicos, ou seja, que possa recorrer a fundos comunitários para o seu apetrechamento tecnológico, de instalações, etc. (e parece-me que esta era uma medida positiva da proposta do Ministro Poiares Maduro), eu, na minha interpretação, parece-me que este ponto onze da maneira como está redigido impede que tenhamos uma estrutura empresarial nos Açores. Sem esta estrutura empresarial não é possível financiar a RTP Açores. Temos que ter bem consciência disso, porque sobre a RTP nacional (e isto já não é um problema da República ou do Governo Regional; o Governo Regional poderá eventualmente financiar com aquilo que lhe for possível, mas também não terá recursos ilimitados para isso), a RTP, SA nós já conhecemos infelizmente algumas das posições do conselho de administração e algumas das medidas restritivas que impõe ao atual centro regional dos Açores que em nada tem a ver com o Governo da República. Portanto, são medidas de gestão empresarial, Sr. Deputado André Bradford, como o senhor sabe melhor do que eu. Acho que chega a um determinado ponto, que é esfera empresarial, e vejo muito difícil que não se possa ...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): O Sr. Deputado André Bradford já esqueceu das referências que fez em relação à SATA!

O Orador: Acho que era interessante, que devíamos explorar (estamos disponíveis para isso) e tentar encontrar aqui uma solução que ...

Votámos favoravelmente o requerimento de baixa à comissão do PSD com o intuito do diálogo e de procurar o consenso e não desistimos disso, acho que o devemos fazer. Visitei todas as instalações da RTP Açores, fui talvez o primeiro a fazê-lo (todas!), falei com muitos funcionários da RTP Açores, falei com muitos jornalistas, falei com muita gente e considero que a RTP Açores é fundamental, como foi até agora, para a coesão social, territorial dos Açores, mas considero também, como já disse, que há uma dívida da República de todos os governos, não é só deste, para com a Região Autónoma dos Açores e para com a RTP Açores. É este que vai ter de assumir essa responsabilidade, pois às vezes acontece, mas eu, Sr. Presidente do Governo, acho que devemos até ao limite das nossas forças (o PSD, com todos os partidos) procurarmos aqui um consenso o mais amplo possível.

Como por exemplo no ponto dez, Sr. Presidente, também tenho dúvidas, porque não quero prescindir de uma tutela de lá (e bem, concordo) como está em grande parte aqui no ponto dez.

O que não concordo é com o centralismo interno e não posso prescindir que neste ponto dez também não fique acautelado, ou na nossa proposta tem que ficar acautelada a autonomia editorial dos três polos, das três delegações da RTP Açores. Isso para mim é fundamental para garantir um serviço público de isenção, de qualidade e de independência.

Deputado Francisco César (PS): É importante?

O Orador: É, Sr. Deputado Francisco César. Pensando que não tem muita importância.

Deputado André Bradford (PS): É uma questão de organização!

O Orador: É exatamente, Sr. Deputado André Bradford. É exatamente por isso, por uma questão de organização, que naturalmente será essa estrutura regional que irá fazer (a empresa ou não ser empresa) como parece também, com a informação, embora aqui o ponto cinco não seja taxativo, não seja impositivo, mas a mim parece-me que era aconselhável aqui uma outra redação, porque a informação nos Açores ...

E repesco aqui o que o Sr. Deputado Aníbal Pires já disse e que nós estamos a dizer: é que isto não é só televisão, é também rádio (é também rádio! tenho um carinho muito especial pela rádio) e devemos ter muita atenção à RDP e a esta separação da informação que aliás na rádio está separado. Há que fazê-lo na televisão também e aqui é dúbio este ponto cinco, Sr. Presidente.

E o seis acho que também ...

Vamos lá ver uma coisa: compreendo que os trabalhadores fiquem com alguma ansiedade com este ponto seis, porque sejamos absolutamente objetivos nesta análise. Se quem decidir (não sei quem é que vai decidir) que dos 134, só quer 70, os que restarem são da responsabilidade da RTP, SA, mas a RTP, SA ... Esta gente também não vai viver para o continente.

O que a RTP, SA vai fazer é despedi-los com justa ou sem justa causa. Sejam absolutamente realistas nisso. Portanto, também temos que ter algum cuidado com isto.

Pode dispensá-los, Sr. Deputado Bradford, e eles não vão ficar cá a receber um ordenado e uma reforma antecipada. Não vão ficar!

Portanto, não vamos também dizer “estes a gente dispensa-os e a RTP, SA que resolva”. Eu sou daqueles que defende, como o senhor sabe, que é preciso reestruturar a RTP Açores para ela ter sobrevivência, eficácia e eficiência.

Por isso, apelo a que haja aqui o maior consenso possível e que nos sentemos, mas todos, para conseguirmos ...

Porque eu também não posso, nem devo defraudar sequer, porque não é esse o meu comportamento político, as boas intenções, a boa vontade do Sr. Ministro Poiares Maduro e das garantias que nos deu da sua total abertura para colaborar com o Governo Regional e com a Assembleia para chegarmos a um consenso, o maior possível também entre a Região e a República, de maneira a que tenhamos uma RTP Açores essencial para a nossa autonomia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para primeiro esclarecer o Sr. Deputado Duarte Freitas que eu não disse que o senhor não tinha proposta, ou que o PSD não tinha proposta. O que eu disse é que o senhor não é capaz de assumi-la ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Assumi! A 7 de novembro eu disse aqui!

O Orador: ... e de concretizá-la, de pô-la ao serviço da solução do problema. Foi isso que eu disse e reafirmo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Disse aqui!

O Orador: Aliás, foi o senhor que disse que precisava de reformular e nestes contatos que vai concretizar, nestas visitas que vai fazer às delegações e na reunião que vai ter com o Professor Mário Fortuna vão ajudá-lo a concretizar e a afinar a sua posição sobre a matéria. Não fui eu que disse, foi o senhor.

Em segundo lugar, a questão da coerência.

O senhor dá muito valor à questão da coerência.

Deputado Luís Garcia (PSD): É uma coisa que o senhor não dá!

O Orador: Agora o que o senhor não diz ...

A coerência não é um valor em si mesmo, Sr. Deputado, e o senhor pode ser coerente e estar sempre errado.

Aliás, é o caso mais dramático, é quando a pessoa é coerente, mas está sempre errada. Estava errada no princípio, fica errada a meio e chega ao fim errada. Esse é o problema com a sua coerência. É que o senhor está errado, mas gaba-se de ser sempre coerente, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos tentar o consenso!

O Orador: ... mas continua errado e isso é dramático.

Deputado Luís Garcia (PSD): É por isso que os senhores nunca tiveram posição, foi para não estarem errados!

O Orador: É dramático porque o senhor aqui, neste debate, já deu provas de não ser coerente.

Como é que votou o PSD o requerimento de urgência deste diploma e desta iniciativa?

Votou a favor.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não sabíamos que estavam disponíveis para alterar. Só soubemos agora que estavam disponíveis para alterar!

O Orador: O que é que fez o PSD na primeira oportunidade?

Requerimento para remeter o diploma e a discussão para a comissão, ou seja, como é que isso se compatibiliza, Sr. Deputado?

Isso é uma demonstração de coerência, parece-me!

Deputado Rogério Veiros (PS): É urgente ou não é urgente?

O Orador: Outra questão: querem os senhores diálogo, clamam!

Dizem que a sua proposta de baixa à comissão é para que se faça diálogo, para que se possa gerar diálogo em torno desta Proposta, mas nós vamos com o debate já bastante adiantado e o Sr. Deputado ainda não disse nada sobre os pontos resolutivos desta Proposta.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já disse sim senhor!

O Orador: Portanto, faça favor, concretize, avance, assumo que é para nós podermos então tomar uma posição concreta.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor tem um ouvido seletivo!

O Orador: Sr. Deputado, para terminar esta minha intervenção, dá-me a ideia da maneira que o senhor fala, dá-me um pouco a ideia que o senhor acha que há duas oposições: há a oposição e depois há o PSD, que é uma coisa acima da restante oposição.

O PSD é um partido que precisa de mais tempo do que os outros. Está aqui o Sr. Deputado Artur Lima a fazer um esforço para consensualizar. Disse quais eram as suas dúvidas, até disse que disposição é que tinha para corrigir no diploma os problemas que ele tem.

O Bloco de Esquerda fez a mesma coisa.

O PCP fez a mesma coisa.

O Sr. Deputado precisa de mais tempo, porque é o PSD, não são estes partidos, os partidos mais pequenos, que têm alguns votantes. É o PSD! Portanto, precisa de reunir com a sociedade civil toda e mais alguma para depois, quando vier a manifestar a sua posição, já não ser útil, porque como o senhor já ouviu da boca

do Sr. Presidente do Governo pelo menos três vezes hoje não é útil uma posição do PSD que ultrapasse o dia 14 de maio, Sr. Deputado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Para 14 de maio ainda faltam sete dias!

O Orador: Não é útil uma posição desta Assembleia que não seja tomada nesta sessão legislativa, Sr. Deputado. O senhor já percebeu isso?

Digo-lhe outra vez: não é útil!

Portanto, o senhor vai ter que se assumir, vai ter que falar do diploma, vai ter que ser igual ao resto da oposição, porque o senhor e o seu partido são iguais ao resto da oposição. O que varia é a percentagem de votantes ou o número de votantes. Os direitos, as obrigações são iguais e, portanto, se os outros são capazes de fazer um esforço de conciliação, o senhor também devia ser e o seu partido também devia ser.

Se os outros foram capazes de entregar um contributo escrito até ao dia 5 de maio, o senhor, que é oposição igual aos outros, também devia ter feito esse esforço.

Não fez e isso deve ficar salientado por muitas desculpas que o senhor queira arranjar.

Para terminar mesmo gostava de fazer uma citação, uma leitura breve Sra. Presidente de uma citação para se ver como é que este Governo Regional procura resolver este assunto, a união que procura criar, o consenso que procura estabelecer para dar força à posição dos Açores e como é que outros, que têm o mesmo problema, o mesmo estatuto, a mesma responsabilidade, se pronunciam sobre esta matéria: “Nós [e estou a citar] fizemos uma contraproposta verbal que foi transmitida pelo Vice-Presidente do Governo ao Ministro Adjunto, o Dr. Maduro, e hoje mesmo vou fazer uma carta ao Dr. Maduro, por quem tenho a maior amizade e consideração, explicando que não podemos aceitar uma coisa que estraga e leva ao encerramento do centro regional por vias travessas.”

Esta é a posição oficial da Madeira sobre a proposta do Sr. Ministro Poiares Maduro.

O Governo Regional do PSD na Madeira tem este pronunciamento sobre esta questão, sobre a disponibilidade do Sr. Ministro Poiares Maduro e sobre a resolução do problema.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Citar o PSD Madeira! Isto é um momento histórico!

O Orador: O Governo Regional dos Açores ...

Ah, sobre a oposição da Madeira não faço ideia, porque o Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira nunca procurou saber qual era a posição do Parlamento, nem perguntou aos partidos da oposição que opinião tinham sobre esta matéria.

Aqui estamos nós, todos, o Sr. Deputado Artur Lima, o CDS-PP, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, o PCP, o PS à procura de soluções, a tentar fazer um documento que espelhe a nossa vontade e do outro lado está a oposição que tem mais direitos do que as outras oposições, que é o Sr. Deputado Duarte Freitas, a dizer que precisa de tempo.

Os açorianos perceberam onde é que o senhor quer chegar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo:

É assim, não é?

Do Turismo e Transportes, peço desculpa! Ainda não me habituei às designações da orgânica do Governo, peço imensa desculpa.

Gostaria de vir de novo ao debate pelo seguinte.

O requerimento foi votado e não vamos discutir mais isso, mas o diálogo, na minha opinião, continua a ser possível, porque nós estamos cá todos, temos tempo e não é a primeira vez que se encontram aqui soluções. Estou lembrado de pelo menos uma situação relativamente à Base das Lajes, em que entendemos fazer uma pausa no plenário, irmos para a sala da Presidência da Assembleia, os diferentes líderes, para procurarmos uma posição consensual.

Portanto, independentemente do resultado do requerimento do PSD, não vou tecer nenhuma consideração sobre isso (nenhuma!), penso é que não se esgotou a possibilidade de diálogo e de entendimento em função dessa decisão que o plenário tomou.

Portanto, se houver essa disponibilidade, julgo que nós teremos a possibilidade de continuar este diálogo.

Só estou a dizer isto porque parece-me que há aqui disponibilidade de todos para se encontrarem soluções que garantam que a Região fica com uma posição o mais consensual possível, logo, mais forte, mais fortalecida.

Penso que é essa a ideia. É pelo menos essa a interpretação que estou a fazer, é pelo menos esse esforço que o PCP fará se todos assim o quiserem fazer.

Relativamente aqui a algumas questões que o Deputado Artur Lima colocou e relativamente a algumas reservas relativamente ao ponto dez, que tem toda a legitimidade, quando se refere à questão daquela centralidade em São Miguel, ou do centralismo em São Miguel, relativamente a esta formulação que está aqui, julgo que esse problema (e até já posso ir adiantando alguma coisa), julgo que havendo disponibilidade, se se acrescentar qualquer coisa ao fim do décimo ponto como “com um modelo organizacional descentralizado”, que eventualmente satisfará algumas destas preocupações do Deputado Artur Lima, bem assim como alguma preocupação que o Deputado Artur Lima e mesmo o PSD tenham relativamente à questão do ponto cinco.

Porque o ponto cinco “considera que, do ponto de vista da estrutura do serviço, não é aconselhável nem adequado, a divisão do serviço público de rádio e televisão nos Açores.” Isto aparentemente contraria, digamos, a proposta que o

Ministro Poiares Maduro fez, mas a mim não me parece que a forma como isso está redigido ...

Por isso é que logo no princípio da minha primeira intervenção cumprimentei o Presidente do Governo, reconhecendo que ele fez um esforço de diálogo e de procurar aqui um denominador comum relativamente àquilo que são as nossas posições e da forma como está escrito aqui penso que também está aconselhado. Está é “aconselhável”, não está a dizer que não pode ser.

Por exemplo, quando eu aceito a alteração que é feita à redação do ponto onze, aquilo não é garantia absoluta para o PCP que não venha a existir uma empresa. Não é uma garantia absoluta!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Mas deixou de lá constar, portanto, isso já satisfaz aquilo que é o meu princípio e o esforço que também quero fazer.

Sra. Presidente, vou acabar, mas só mais um instantinho.

Portanto, é um contributo também que estou a dar para este esforço de encontrarmos aqui uma solução que sobretudo fortaleça a posição da Região Autónoma dos Açores. É apenas isso e é este apelo que também no fundo gostaria de deixar à câmara, uma vez que podemos e, julgo eu, devemos fazer um esforço de diálogo para encontrarmos aqui a melhor solução para a Região Autónoma dos Açores, a melhor solução para as açorianas e açorianos.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela sua tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

Peço desculpa, Sr. Presidente, o Sr. Deputado Duarte Freitas pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Para uma interpelação.

Sra. Presidente, atendendo àquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires aqui veio trazer e atendendo a que temos de fazer todos os esforços para chegar a uma solução de consenso, que não seja apenas a uma solução do Partido Socialista ou do Governo e até para que se possa corrigir textos como este que foi

apresentado que percebo um pouco à pressa e que não dignifica, inclusivamente em função do que se passou recentemente com outros diplomas, aquilo que são os documentos que saem desta Casa, eu pediria um intervalo regimental de 30 minutos e assim teríamos durante toda a noite para trabalhar, todos os grupos parlamentares, em diálogo, e chegar aqui a um consenso para amanhã termos um documento que expressasse a vontade consensual deste Parlamento e assim se provaria também a nossa vontade de diálogo perante todos os açorianos.

Mesmo tendo votado contra o requerimento de baixa à comissão que o PSD apresentou, eis mais uma oportunidade para encetarmos o diálogo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, sendo 7 horas, poderei conceder e naturalmente é regimental os 30 minutos, mas podemos recomeçar os trabalhos às 19 horas e 30 minutos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Podemos fazer uma Conferência de Líderes para interrompermos por aqui!

Presidente: Propõe que se faça essa Conferência de Líderes?

Peço então aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente que se aproximem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o intervalo que foi requerido é regimental. Regressamos às 19 horas e 30 minutos.

(Eram 19 horas e 06 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

(Eram 19 horas e 35 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço então que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PSD):** Uma interpelação, Sra. Presidente, no sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos exatamente pelos motivos que foram apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa. Teremos de voltar novamente a plenário?

Presidente: Peço aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se abeirarem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu um intervalo regimental de 15 minutos. É regimental.

Regressamos daqui a 15 minutos.

(Eram 19 horas e 40 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

(Eram 19 horas e 55 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Mendes pede a palavra para?

Deputado Paulo Mendes (BE): Um intervalo regimental.

Presidente: De 15 minutos.

Deputado Paulo Mendes (BE): Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: O intervalo é regimental e considerando o nosso horário ...

Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

Para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma interpelação para informar que aproveitando a janela de oportunidade que ainda se mantém de diálogo, o PSD/Açores vai tentar entrar em contato com o Governo Regional e com os outros partidos políticos desta Casa para chegarmos a um entendimento, para tentar ser aproveitado pelo Governo, que é quem pode alterar o documento amanhã.

Deputado Francisco César (PS): Tem de ser a partir de uma determinada hora?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, considerando o pedido de intervalo regimental por parte do Bloco de Esquerda e considerando o nosso horário, vamos interromper os trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas. Uma boa noite a todos.

(Eram 20 horas)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Iasalde Fraga Nunes

Manuel Alberto da Silva Pereira

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Maurício Mendonça Santos

Documentos entrados

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Libertar o país da austeridade permanente, em defesa do estado social, dos salários e das pensões (oitava alteração à Lei n.91/2001, de 20 de agosto - Lei de Enquadramento Orçamental).

– n.º 91/X – n.º 591/XII/3

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 05 – 02

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 22;

Assunto: Procede à oitava alteração à lei de enquadramento orçamental, revogando as normas expressas no Tratado Orçamental – n.º 92/X – n.º 592/XII/3

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 05 – 02

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 22.

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece as regras a que deve obedecer a denominação de venda dos géneros alimentícios provenientes de «porco preto», em estado fresco ou transformado – MAM – (Reg. DL 141/2014).

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2013 – 04 – 14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 05.

3 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores - n.º 31/X](#)

Autor: PSD

Data de Entrada: 2014 – 04 – 30

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 06 – 03;

Assunto: [Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º s 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio e 2/2014/A, de 29 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional – n.º 32/X](#)

Autor: PCP

Data de Entrada: 2014 – 05 – 05

Indeferido a Admissibilidade.

4 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que proceda às alterações e transferências orçamentais necessárias para dotar os Hospitais E.P.E. e as unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização dos pagamentos em atraso aos seus fornecedores - n.º 69/X](#)

Autor: CDS-PP

Data de Entrada: 2014 – 05 – 07

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que proceda ao não financiamento público ao Colégio de São Francisco, em Angra do Heroísmo - n.º 70/X](#)

Autor: BE

Data de Entrada: 2014 – 05 – 07

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

5 – Proposta de Resolução:

Assunto: [Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2013 - n.º 6/X](#)

Autor: ALRAA

Data de Entrada: 2014 – 04 – 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: Até 30 dias após a receção do parecer do Tribunal de Contas.

Assunto: [Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores - n.º 7/X](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2014 – 05 – 07

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

5 – Requerimento:

Assunto: [Plano de Revitalização da ASTA Atlântida, SA.](#)

Autores: António Marinho, Luís Maurício e Jorge Macedo (PSD)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 05

Referência: 54.03.00 – N.º 235X.

6 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Levantamento feito pela SRECC sobre as necessidades permanentes e transitórias do Sistema Educativo Regional da RAA](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 05

Referência: 54.06.00 – N.º 213X.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/X - Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A de 23, de maio e 2/2014/A, de 29 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional

Autor: PCP

Data de Entrada: 2014 – 05 – 05

Indeferido a Admissibilidade;

Assunto: Recurso quanto aos fundamentos da rejeição do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/X – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º s 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio e 2/2014/A, de 29 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”

Autor: PCP

Data de Entrada: 2014 – 05 – 07;

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 69/X - “Recomenda ao Governo Regional que proceda às alterações e transferências orçamentais necessárias para dotar os Hospitais E.P.E. e as unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização dos pagamentos em atraso aos seus fornecedores”

Autor: CDS-PP

Data de Entrada: 2014 – 05 – 07:

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 70/X Recomenda ao Governo Regional que proceda ao não financiamento público ao Colégio de São Francisco, em Angra do Heroísmo

Autor: BE

Data de Entrada: 2014 – 05 – 07;

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução n.º 7/X – “Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores”

Autor: Governo

Data de Entrada: 2014 – 05 – 07;

Assunto: Ofício a remeter um Voto de Louvor sobre a Resolução n.º 25/2014 da Assembleia da República favorável ao acordo entre Portugal e Espanha para criação do bloco funcional do Espaço Aéreo Sudoeste

Autor: Assembleia Municipal de Vila do Porto

Data de Entrada: 2014 – 05 – 06.

8 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 05 – 05;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 554/XII/3 – Regime das matérias classificadas](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 05 – 07;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 05 – 07;

Assunto: [Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014 - Cria o Regime de Integração Excecional dos Docentes Contratados por Concurso Externo Extraordinário em 2014.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 05 – 05;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 05 – 05;

Assunto: [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que diz respeito à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, que altera o Regulamento \(UE\) n.º XXX/XXX do Parlamento Europeu e do Conselho \[Regulamento relativo aos controlos oficiais\] e que revoga o Regulamento \(CE\) n.º 834/2007 do Conselho \[COM \(2014\) 180](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 05 – 02;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 64 — “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que diligencie no sentido de alargar a abrangência do Cartão Interjovem aos jovens Açorianos até aos 35 anos de idade, inclusive”](#).

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 04 – 30

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 05 – 05.

9 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.º s 58, 59 e 60 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A redatora, Ana Sofia Machado